

Jornal da Unicamp

Campinas, março/abril de 2002 – ANO XVI – Nº 173 – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



CIDADES EM PÂNICO
Simpósio faz diagnósticos e busca saídas para violência urbana
Caderno Temático

LOBATO, MAIS HISTÓRIAS
Familiars doam acervo pessoal do escritor ao Cedae
Especial 1



SUORTE DA UNIVERSIDADE
Os serviços essenciais que garantem a excelência da Unicamp
Especial 2



Curso para jovens do MST ensina sobre grilos e grilagens
Páginas 10, 11, 12, 13

Unicamp completa dez anos de avaliação docente
Páginas 14, 15

DE PROFESSOR PARA PROFESSOR

Em parceria com as prefeituras, a Unicamp leva o Curso de Formação de Professores do ensino básico para 20 cidades da região de Campinas, num grande e belo projeto para elevar o nível da educação, firmando a interação entre universidade e sociedade.

Páginas 8 e 9

Os brasileiros da pré-história

“Os antigos habitantes do Brasil”, livro escrito pelo professor Pedro Paulo Funari, do Departamento de História da Unicamp, conta a origem dos povos que habitavam nosso país antes mesmo de ele ser descoberto. A linguagem e as ilustrações são voltadas ao público infantil e infanto-juvenil (de 7 a 11 anos de idade). Este é apenas o primeiro de dez livros que comporão a coleção “Nossa História”, coordenada pela professora Ernesta Zamboni, da Faculdade de Educação.

Página 16



PARA QUE A CHAMA NUNCA SE APAGUE

Especialistas do Brasil e do exterior reúnem-se na Unicamp, por três dias, para discutir a produção de energia nos próximos 20 anos. Mas foram apresentadas propostas e projeções que se estendem por até um século.

Páginas 3, 4, 5 e 6

LEITORES
LEITORES

SEU
ESPAÇO



imprensa@obelix.unicamp.br



Na luta

Um dia desses chegou até minha mão, o *Jornal da Unicamp* que é publicado mensalmente, achei muito interessante, trata de assuntos atuais, polêmicos, entrevistas com personalidades importantes e super inteligentes, além de reportagens muito boas de contextos históricos importantíssimos, confesso que adorei o jornal.

Eu sou uma pessoa que adora ler, estudar, e estou sempre com a mente aberta para obter novos conhecimentos e ampliar minha vida cultural, por isso é que estou mandando esta carta para saber como adquirir este jornal, o que devo fazer para recebê-lo em minha casa, pois gostaria muito de obtê-lo.

Ultimamente venho dedicando a minha vida aos estudos, a leitura de bons livros, de grandes escritores brasileiros do passado e de jornais; e acho que seria muito importante para mim poder ser leitora do jornal de vocês. Meu maior sonho é ser estudante da universidade de vocês, fazer parte desse mundo maravilhoso que é a Unicamp; já pensei em desistir desse sonho por causa da dificuldade que é conseguir um lugar dentro dessa universidade, mas depois voltei atrás, e percebi que tudo é possível quando tem força de vontade, e isso eu tenho, por isso vou continuar lutando para conseguir o meu lugar.

Termino por aqui, deixo meu endereço para que possam comunicar comigo e digam o que eu deva fazer para que eu possa ser leitora do jornal de vocês. Ficarei aguardando ansiosa por notícias, um forte abraço para todos que fazem parte da redação do jornal, vocês estão de parabéns.

Juciane Fernandes da Silveira
Campinas

Polêmica

É impressionante: basta alguém explicitar o óbvio sobre a atual política do Estado de Israel – isto é: que Ariel Sharon é nazista; que os seus soldados usam as mais

mortíferas armas para assassinar crianças e adolescentes e que um setor da sociedade israelense pratica o apartheid contra os palestinos – , basta dizer isso para que esse alguém seja acusado de “anti-semitismo”, “falsificador da história”, “simpático ao holocausto” e estultices semelhantes. Foi o que fizeram o historiador Peter Demant e Medad Medina, cônsul de Israel em São Paulo, na última edição deste jornal.

Encerro a minha participação nesta polêmica artificial com as palavras do brilhante jornalista e intelectual Michael Warchawski, em artigo originalmente publicado na revista *Foi et Développement* (nº 297, out.2001). Em tempo: Warchawski é membro de uma família de judeus ortodoxos e vive em Jerusalém desde 1965, onde cursou a escola talmúdica.

“A relação de forças [entre israelenses e palestinos] nunca deixou de se exprimir, perpetuando uma assimetria cada vez mais bumilbante: os palestinos devendo mostrar permanentemente suas intenções pacíficas, particularmente reprimindo as forças políticas hostis aos acordos, enquanto que em Israel a extrema direita e os colonos estavam no governo e promoviam uma campanha cheia de ódio contra os Acordos de Oslo.

(...) A violação sistemática dos acordos assinados não decorria unicamente, da parte de Israel, de uma simples má vontade ou de uma desonestidade gratuita, mas muito mais de uma atitude: a do professor frente ao aluno, do pai frente à criança, do diretor da prisão frente ao prisioneiro. (...) É uma atitude tipicamente colonial.

Tipicamente colonial, igualmente, é a falta de escuta do outro. Do ponto de vista do colonizador, o colonizado não tem uma palavra autônoma, também não tem o verdadeiro conhecimento da realidade. Tal como uma criança, é preciso lhe dar a palavra, convencê-lo daquilo que ele é e deve ser, ensinar-lhe o que é bom e o que é ruim, inclusive o que é bom para ele. Esta é a razão profunda pela qual não se negocia, dita-se, dá-se... E repreende-se para punir. Felicita-se quando os palestinos demonstram que aprenderam bem e os repreendem quando eles se fazem de surdos. Uma tal atitude não é somente típica de negociadores teimosos e de militares obtusos, é própria de toda a sociedade israelense, inclusive de seus intelectuais de esquerda. É o que o editor do Haaretz, Doron Roseblum, denunciou com ironia pelo vocábulo ‘estilo didático’.

(...) É sobre a base de uma verdadeira mentalidade racista e de comportamentos de conquistadores que Israel reconbeceu a OLP, em 1993, e tenta resolver o conflito em seis anos”.

José Arbex
Professor, historiador e jornalista

Desinformação

Prezados jornalistas. Sou a favor da criação de um estado palestino independente. Respeito o direito de autodeterminação dos povos. No entanto, lhes escrevo para registrar meu mais profundo pesar no que tange a total desinformação da maioria dos profissionais da mídia brasileira no que se refere ao conflito árabe-israelense, sendo que a conseqüência desta falha de formação e de informação faz com que se expressem de maneira tendenciosa a respeito da questão.

Quando estudante no científico e freqüentadora do “quadrilátero da cultura” em Sampa, os maiores nomes

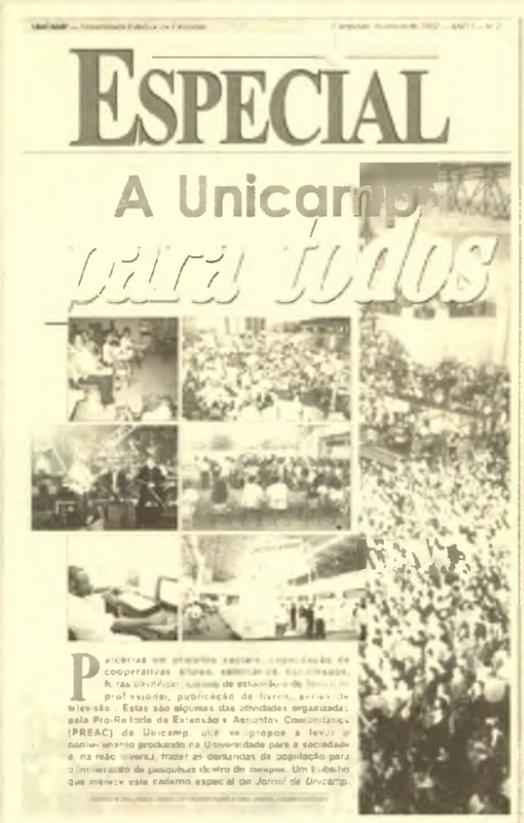
do jornalismo eram aqueles que “se formavam nos bancos de jardins”, como a si próprios se definiam, e faziam parte da elite intelectual de nosso país. Prefiro continuar acreditando que a falta de objetividade que atualmente grasse em nossos meios de comunicação, deva-se tão somente às falhas no ensino médio e superior de nosso país e não a um sentimento anti-judaico latente.

Etel S. Wengier

Apresentação

João Maurício, parabéns pelo trabalho da edição de fevereiro do *Jornal da Unicamp*. Ficou muito boa a apresentação do jornal, a diagramação e o texto.

Rubens H. Sonntag



Articulada

Muito boa a matéria sobre a *RTVUnicamp*. Bem articulada, clara e esclarecedora. Parabéns e obrigado.

Carlos Bottesi
DMM/IA

Suicídio

Prezado Carlos Lemes, recebi já há alguns dias o *Jornal da Unicamp*. Gostei muito da matéria (“Por que eles querem se matar”, edição de novembro/2001), ficou bem legal. Parabéns, você fez um bom trabalho.

Blanca Werlang
Pesquisadora entrevistada pelo JU

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor Hermano Tavares. Vice-reitor Fernando Galembeck. Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Alvaro Penteado Crósta. Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Roberto Teixeira Mendes. Pró-reitor de Pesquisa Ivan Emilio Chambouleyron. Pró-reitor de Pós-Graduação José Cláudio Geromel. Pró-reitor de Graduação Angelo Luiz Cortelazzo.

Jornal da Unicamp Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. **Correspondência e sugestões** Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. **Telefones** (0xx19) 3788-7865, 3788-7183, 3788-8404. **Fax** (0xx19) 3289-3848. **Homepage** <http://www.unicamp.br/imprensa>. **E-mail** imprensa@obelix.unicamp.br. **Editores** Luiz Sugimoto, Álvaro Kassab e Manuel Alves Filho. **Redatores** Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa, Antônio Roberto Fava, Isabel Gardenal e Maria Alice da Cruz. **Fotografia** Antoninho Perri, Neldo Cantanti e Dário Crispim. **Edição de Arte** Oséas de Magalhães. **Diagramação** Dário Mendes Crispim. **Colaboradores nesta edição** Carlos Tidei, Tatiana Fávaro, João Maurício da Rosa, Wanda Jorge, Paulo César Nascimento. **Ilustrações** Félix e Luís Carlos Paulo Silva. **Serviços Técnicos** Clara Eli de Mello, Dulcinéia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Impressão** ArtPrinter Gráficos & Editores.: (11) 6947-2177. **Publicidade** JCPR Publicidade e Propaganda: (19) 3295-7569

ENERGIA
ENERGIA

O futuro energético

Especialistas brasileiros e estrangeiros, reunidos por três dias na Unicamp, discutem a produção de energia nos próximos 20 anos

CARLOS TIDEI

ctidei@reitoria.unicamp.br

Ampliar a oferta de energia, promovendo o desenvolvimento com impacto ambiental reduzido e preservando as fontes energéticas, é o maior desafio das comunidades científicas na atualidade. O conceito de energia alternativa, intensamente investigada no século passado, hoje é sinônimo de energia renovável.

De acordo com especialistas brasileiros e internacionais reunidos de 18 a 20 de fevereiro na Unicamp, durante a conferência "Sustentabilidade na geração e uso de energia no Brasil: os próximos 20 anos", não há projeção de futuro energético para a humanidade sem se considerar fontes como as do vento, da luz e do calor solar, da biomassa e até do movimento das marés. Fontes inesgotáveis ou renováveis, que garantam a preservação ambiental, em contraponto com a atual prioridade dada ao petróleo, carvão e gás.

As dificuldades esbarram na viabilidade econômica desses sistemas frente aos preços dos combustíveis fósseis. Mas os avanços da tecnologia revelam que este caminho é irreversível, embora não esteja sendo trilhado com a velocidade que desejam muitos cientistas preocupados com o aumento da poluição mundial. Uma maior eficiência na produção e uso de fontes de energia tradicionais têm ajudado a amenizar os impactos ambientais.

Segundo José Goldemberg, secretário do Meio Ambiente de São Paulo, sustentabilidade é o tipo de desenvolvimento que permite atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer as oportunidades das gerações futuras. Afirma que os sistemas de energia são complicados justamente porque implicam impactos ambientais. Estudos revelam que os combustíveis fósseis não sofrem crise iminente de esgotamento, embora as fontes fiquem longe dos locais de consumo.

As energias renováveis são atraentes, mas ainda caras. Somente agora o preço do etanol está se equiparando ao da gasolina. Entre as providências necessárias estão o uso mais eficiente dos automóveis, com redução de consumo e de emissão de gases, a implantação de energias renováveis e a pesquisa de novas tecnologias. "Os problemas sociais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento são diferentes. No mundo todo, 2 bilhões de pessoas não têm acesso a energia elétrica e 1,5 bilhão vivem com menos de um dólar por dia", informa Goldemberg.

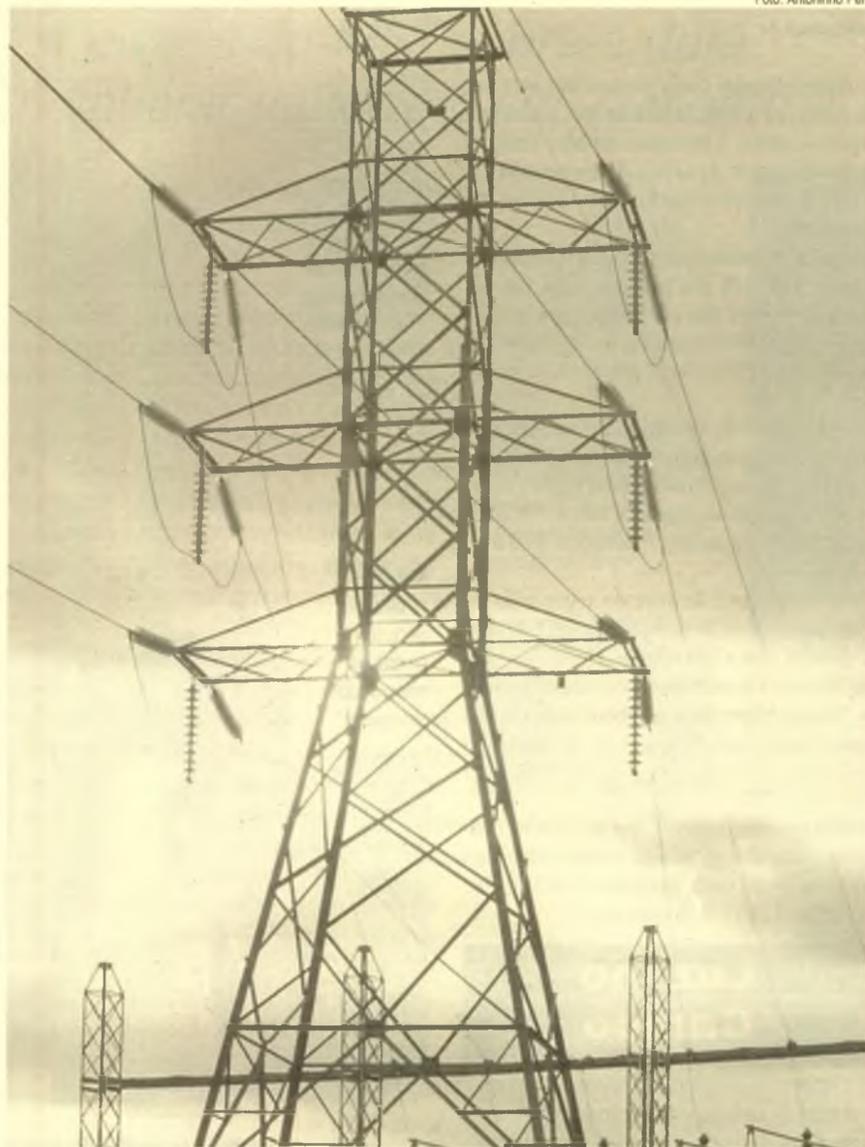


Foto: Antoninho Perri



Foto: Neldo Cantani

Jannuzzi: racionamento trouxe melhor uso

A questão do gerenciamento

Sérgio Valdir Bajay, professor da Unicamp e atuante no Ministério das Minas e Energia, afirma que o governo procura fazer sua parte, com um melhor gerenciamento do sistema. Explica que o Plano Decenal de Gestão de Energia faz projeções de crescimento do gás na matriz energética brasileira. Existem dificuldades de coordenação entre as três formas de gerenciamento – política pública, planejamento da expansão e regulação de mercado -, até então administradas por diferentes órgãos. Um novo modelo está em curso, estimulando a competição e investimentos privados, com a valorização da regulação entre as formas.

Os planos decenais são elaborados em ciclos anuais, com necessidades de estudos para segmentos do setor – gás, carvão, biomassa, energia eólica, etc. – e para dar subsídios ao MME e CNE, mas não estão devidamente aparelhados para um bom planejamento de expansão. "Hoje se utiliza um instrumento singular, o modelo computacional *New Wave*, que simula 2.000 níveis sintéticos de energia efluentes, e projeta cenários de crescimento entre 5,5% e 6,3% ao ano", explica Bajay.

A integração econômica entre os países vizinhos, e os baixos preços dos campos brasileiros, principalmente o de Campos, proporcionarão um crescimento do uso de gás natural como fonte de energia, na proporção de 38 milhões de metros cúbicos por dia em 2001 para 60 milhões em 2005. Apesar de expressivo, o aumento não será capaz de suprir a demanda na década. Pela oferta atual, o Brasil responde por 61% do fornecimento e a Bolívia por 39%; em 2005, a Argentina entrará com 10% e o Brasil com 51%, mantendo-se o percentual da Bolívia. O uso predominante do gás dentro de três anos será para produção de eletricidade.

Para Gilberto Januzzi, da Unicamp e do MCT, a eficiência no uso final da energia aumenta a confiabilidade, reduz a necessidade de investimentos, reduz impactos ambientais, aumenta o acesso dos consumidores e reduz os custos. O comportamento do consumidor no período do racionamento despertou para o melhor uso de equipamentos. Nos anos 70, o mercado investiu na construção de energia farta e barata. Em 1990, um projeto de lei determinou investimentos elevados em conservação de energia, o que trouxe benefícios econômicos. Os investimentos em curso foram acelerados por conta da crise.



Foto: Neldo Cantani



Foto: Neldo Cantani

Bajay (esq.) e o reitor Hermano Tavares abrindo o evento: ênfase para as fontes alternativas

O potencial hidráulico

O aproveitamento do potencial hidráulico pode ser melhorado por meio da gestão, que atualmente é feita por bacias hidrográficas, levando em conta a administração conjunta da sociedade. A opinião é do pesquisador Marco Aurélio Vasconcelos Freitas, da Agência Nacional de Águas (ANA).

Embora pareça abundante no mundo, a distribuição de água está na seguinte proporção: 97,5% de água salgada e 2,5% de água doce. Da água doce, 76,7% estão em geleiras, 22,1% em lençóis subterrâneos e apenas 1,2% na superfície. Esta é a razão da escassez de água em muitos grandes centros, como São Paulo. A energia hidráulica no mundo representa apenas 2,3% do total.

O Brasil possui quase 20% da água do planeta e 11,1% da produção hidrelétrica do mundo, com tendência de ser o maior produ-

tor nos próximos 10 anos, caso mantenha o crescimento anual de 4,41%, superior ao de Estados Unidos e Canadá, maiores produtores atuais. O potencial hidráulico brasileiro é de 260 GW, mas apenas 24% são aproveitados. Dos 76% não aproveitados, 52% correspondem à região amazônica.

A perspectiva de sustentabilidade prevê uso múltiplo da água e melhor aproveitamento das áreas de entorno das represas, como por exemplo, a exploração do turismo em Furnas. As maiores restrições são as grandes áreas de inundações, mas os conflitos podem ser administrados pelas vantagens da agricultura, irrigação, transporte por hidrovias, abastecimento humano, lazer e fronteiras de enchentes e cheias. No Brasil, 95% da energia é hidrelétrica e, em dez anos, esta será de apenas 81% — o restante virá de termoeletricas e outras fontes.



Foto: Antoninho Perri

Freitas: mais potencial hidráulico pela gestão

Energias de vanguarda

Produção de eletricidade utilizando a força dos ventos é a que mais cresce entre as fontes alternativas

CARLOS TIDEI

ctidei@reitoria.unicamp.br

Vento, luz solar e plantas são as fontes de energia listadas como promissoras para um futuro sustentável. Atualmente, a que mais cresce, na ordem de 30% ao ano, é a energia eólica, que produz eletricidade com a força dos ventos. A biomassa também aumenta consideravelmente, apostando-se no desenvolvimento da célula de combustível. A fotovoltaica e a heliotérmica, que usam a luz e calor do sol, têm aproveitamento modesto por enquanto, mas devem ser as principais fontes no próximo século.

No Brasil, a energia eólica apresentará um salto inigualável, estimando-se um crescimento na produção dos 20 MW instalados atualmente, para mais de 4.000 MW nos próximos anos. Isto por força da implantação de políticas governamentais de incentivo, entre elas a Pró-Eólica, que prevê a instalação de 1.050 MW até 2003; a Proinfra, com planos de 3.300 MW em todas as fontes renováveis; e dois pacotes aprovados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) em dezembro, da ordem de 3.500 MW de capacidade instalada.

Os dados foram divulgados por Everaldo Feitosa, do Centro Brasileiro de Energia Eólica, durante a conferência "Sustentabilidade na geração e uso de energia no Brasil: os próximos 20 Anos". Segundo Feitosa, o Brasil possui características excelentes de qualidade dos ventos em algumas regiões, como constância e direção uniformes, é um fator favorável para utilização do potencial eólico. "Os mesmos sistemas instalados na Europa, se adotados no aqui, proporcionam um rendimento 10% maior", garante.

"É um sistema perfeito, que independe de instabilidades políticas e de mercado, e que pode ser instalado em curto prazo", acrescenta. A média de tempo para instalação do equipamento é de nove meses, contra dois anos para a termoelétrica e até de décadas para a hidrelétrica.

Outras vantagens são a vida útil do equipamento, de 20 anos, e a participação da indústria nacional na fabricação desse material e na sua instalação. "Temos a tecnologia de plataformas em alto mar e de guindastes. Atualmente existem usinas de grande porte, cujos componentes são fabricados no Brasil", destaca. Feitosa informa que o país possui jazidas de ventos com potencial superior a 70.000 MW e prevê o aproveitamento de 12.000 MW até o ano 2010.

Ele defende, também, maior atenção a sistemas isolados em áreas remotas, que atualmente utilizam diesel como fonte para gerar eletricidade. Prega a integração de energia solar e eólica em usinas de pequeno porte, proporcionando autonomia. E cita o exemplo da usina de Fernando de Noronha, funcionando desde agosto de 2001, que é operada via satélite a partir do continente.

Energia eólica: Brasil apresenta características excelentes de ventos

Macedo: "Petróleo gera um emprego contra 150 do etanol"

Foto: Antoninho Perri



O potencial da cana

Um segmento da agroindústria brasileira está conseguindo uma produção de 300 milhões de toneladas ao ano, ou 24% da produção mundial, sendo metade para etanol. Isto em pouco mais de 1% da terra arável, com 324 usinas. O setor acaba de obter ganho de produtividade, atingindo o menor custo do mundo no período de 20 anos. Os dados foram fornecidos pelo professor Isaiás Macedo, assessor da Reitoria da Unicamp, para demonstrar o potencial do álcool como fonte energética.

Atualmente, existem 60 mil produtores de cana independentes, que precisam se preocupar com os impactos ambientais da atividade e aumentar a eficiência dos resíduos. Uma tonelada de cana gera 140 kg de bagaço, 140 kg de palha (geralmente queimada e perdida no campo) e 150 kg de açúcar.

O bagaço pode ser usado para gaseificação, assim como a palha. Algumas usinas aproveitam o bagaço para geração de energia própria, mas existe um potencial de 7 GW que pode ser exportado para o sistema e que não é utilizado. A emissão de gases proveniente da queima da palha – já proibida, mas ainda uma prática comum – corresponde a 10% de todas as emissões fósseis no Brasil.

Na produção de etanol, um dos desafios é eliminar aditivos com chumbo. O custo de produção está em US\$ 0,18, enquanto o da gasolina é de US\$ 0,21, e deve cair nos próximos cinco anos. A agroindústria da cana gerou, em 1997, 650 mil empregos diretos e 930 mil indiretos. "Enquanto a produção de petróleo gera um emprego, a de etanol oferece 150", afirma Macedo.

Lei amplia silvicultura

A lei de incentivo fiscal para o reflorestamento ampliou a silvicultura no Brasil. Foram desenvolvidos sistemas de cultivo mais eficientes, com maior proteção do solo, tais como a manutenção da capina manual que demanda grande mão-de-obra, o consórcio de leguminosas que mantém os nutrientes do solo, e o controle biológico das formigas e insetos.

Mas o uso de biomassa do eucalipto para energia ainda não existe no Brasil, informa Laércio Couto, da Universidade Federal de Viçosa. "Vemos somente produção de carvão para siderúrgicas e resíduos para co-geração, além de algumas tentativas de produção de álcool", lamenta. Segundo ele, a atividade gera 700 mil empregos diretos e 2 milhões indiretos.

O programa de fomento florestal estimula o consórcio com culturas agrícolas. Elas são atraentes porque reduzem o desmatamento e protegem a fauna, a flora e os recursos hídricos. A lei manda preservar 10% da propriedade com mata nativa.

Foto: Antoninho Perri



Feitosa: sistemas isolados em áreas remotas

Luz no Campo

Apesar de a quebra do monopólio de produção de energia garantir maior oferta no mercado, a universalização do acesso a ela no País é restrita, pelo fato de o investimento ser bancado pela iniciativa privada, nem sempre havendo interesse econômico em levar o benefício ao campo. Atualmente, 80% da população vivem em área urbana e 20% na área rural. Sem acesso a energia existem de 4 milhões a 5 milhões de domicílios, ou 20 milhões de pessoas, a maioria em regiões remotas.

Marcello Poppe, do MME, destaca a atuação do programa "Luz no Campo", do Prodem, que em dois anos praticamente dobrou o acesso à energia elétrica no meio rural. Estão sendo distribuídos 9 mil kits de eletrificação até 2003, visando contemplar pequenas comunidades que somam mais de 100 mil pessoas sem energia. Os kits contam com painéis de energia solar fotovoltaica, combinados com geradores a diesel, que garantem autonomia de fornecimento em áreas distantes.

"Recentemente as concessionárias lançaram serviços de recenseamento de domicílios não atendidos por energia elétrica. Isso revela uma mudança na cultura e também da sociedade", afirma Poppe.

Foto: Antoninho Perri



Poppe: oferta dobrada de energia no campo

Foto: Antoninho Perri



Fraidenraich: fonte heliotérmica é ilimitada

Tecnologia heliotérmica

Naum Fraidenraich, da Universidade Federal de Pernambuco, destaca que os recursos ilimitados da tecnologia heliotérmica fascinam as pessoas. O potencial é significativo em termos nacionais, mas não há investimentos importantes nessa tecnologia, com a ciência caminhando a passos lentos para viabilizá-la. "Existem milhares de patentes de coletores térmicos no mundo, mas poucas são viáveis comercialmente. São poucas e limitadas", afirma.

A conversão heliotérmica funciona com vapor de água em caldeiras para movimentar o gerador, e pode constituir sistema híbrido através da queima de biomassa. Uma experiência no deserto de Mojave, na Califórnia, produz 254 MW, correspondente a 90% desse tipo de energia no mundo. "Em 2020, contribuirá com 22% da energia total consumida", calcula Fraidenraich.

No Brasil, o uso mais popular, que tem crescido acentuadamente, é em coletores residenciais para aquecimento de água, que proporciona uma economia de consumo de 26%. A iniciativa nasceu em 1974. A partir de 80, cresceu o mercado e, em 99, o Brasil já possuía 244 mil metros quadrados de coletores; na Alemanha eram 366 mil e, na Europa toda, 814 mil. Atualmente, em vendas acumuladas, Brasil e Alemanha possuem mais de 2 milhões de metros quadrados.

ENERGIA
ENERGIA

As tendências mundiais

Especialistas dizem como EUA e Europa estão se preparando para enfrentar o problema de geração de energia

Foto: Neido Cantanti



Helena Li Chum:
plantas nucleares voltam nos EUA

O caminho escolhido pelos Estados Unidos

Quando o presidente George W. Bush assumiu a presidência, pediu uma retrospectiva dos últimos 25 anos sobre a energia no país, a fim de fazer uma avaliação dos programas e estudar novas diretrizes para pesquisas e incentivos. Nos EUA, 39% da energia vêm do petróleo, 23% do carvão, 8% nuclear, 23% sai do gás e somente 8% de fontes renováveis).

Segundo Helena Li Chum, do Laboratório Nacional de Energia Renovável dos EUA, plantas nucleares voltam a ser instaladas no país, apesar de protestos localizados. Os investimentos em carvão e energia renovável estão em segundo lugar. Recentemente, pesquisas com cem plantas resultaram em duas arbóreas e uma gramínea com grande potencial de geração de energia de biomassa, em ciclo combinado de plantio. Foi criada uma agência de controle para desenvolvimento de biomassa, integrando setores de energia com a agricultura e outras áreas.

Estão sendo implementados, também, incentivos ao investimento do setor privado para o estudo de 25 plantas que produzem metanol, com garantia de compra da energia. O aumento da produção e consumo de biomassa, em 30 anos, praticamente dobrou com o estímulo aos pequenos produtores independentes. Ao mesmo tempo, existe uma política de redução de poluentes. Uma parceria entre governo e setor privado levou à melhoria da eficiência dos automóveis, construções e equipamentos prediais.

Para Ralph Overend, também do Laboratório de Energia Renovável dos EUA, a biomassa faz parte do ciclo da energia solar, pois produz fotossíntese, fibras, alimentos e, por fim, carbono. Existe uma grande diversidade de biomassas, tais como fibras, cascas de árvores, esterco e compostos, com aplicações variadas como em alimentos, combustíveis e em produtos químicos para gerar eletricidade e calor. Das muitas formas de conversão, o processo mais avançado é o de gaseificação através da hidrólise, e o mais simples é a combustão, usada em 97% dos casos.

Foto: Neido Cantanti



CARLOS TIDEI

ctidei@reitoria.unicamp.br

A pesar de a conferência na Unicamp abordar a sustentabilidade nos próximos 20 anos, várias palestras projetaram cenários para o desenvolvimento sustentável até por cem anos, como na de Nebojsa Nakicenovic, do Instituto de Aplicação de Sistemas e Análises de Luxemburgo, Áustria. Na projeção para um século, os consumos de carvão, óleo e gás cairão, a energia nuclear será extinta, a hidroelétrica ficará estável e crescerá as de biomassa, eólica e solar.

Foto: Neido Cantanti



Nakicenovic, da Áustria: projeção para os próximos cem anos

A energia solar deverá ser a maior fonte em 2100. A disponibilidade de recursos e reservas talvez não seja fator

limitante no futuro, pois a energia renovável tende ao crescimento gradativo. "Apesar de toda a diversidade de fontes de energia, a estrutura de uso final se modifica, passando de sólido para líquido e finalmente para gases, mais limpos", acredita Nakicenovic.

Ele alerta que são necessários investimentos da ordem de US\$ 500 bilhões por ano, pelos próximos 20 anos, para reverter a atual tendência, e o retorno pode não ser consistente. O custo de produção de energias fotovoltaica, eólica e biomassa deve ser reduzido com produção de escala, a exemplo do preço do etanol. Enquanto isso, o custo da energia nuclear crescerá na medida do aumento do lixo atômico, e o dos combustíveis fósseis na medida da oferta.

Fontes de energia irão suprir 50% da demanda

PAULO C. NASCIMENTO

pcnpress@uol.com.br

As fontes de energia renovável, como a biomassa, a energia eólica e a solar, poderão contribuir com até 50% do suprimento global de energia na segunda metade deste século. A previsão foi apresentada pelo professor Wim Turkenburg, da Utrecht University (Holanda), ao falar sobre "Uma visão geral das energias renováveis". Especialista em energia e meio ambiente e chefe do Departamento de Ciência, Tecnologia e Sociedade da universidade holandesa, Turkenburg destacou o potencial energético das fontes alternativas em relação aos combustíveis fósseis e, citando um estudo desenvolvido em 1998, lembrou que, já naquele ano, elas respondiam por 14% da demanda mundial de energia.

"As energias renováveis demandam muito capital e seus custos para os consumidores não são competitivos frente aos custos das energias convencionais", afirmou Turkenburg. Segundo ele, substanciais reduções de custo podem ser alcançadas com adicionais desenvolvimentos tecnológicos e, principalmente, com a expansão do mercado consumidor por meio de políticas de incentivo ao uso de energias alternativas.

De acordo com o pesquisador, países em desenvolvimento, como o Brasil, reúnem condições de utilizar amplamente fontes renováveis de energia em substituição aos combustíveis fósseis. O país, em sua opinião, poderia estimular e implementar de forma mais efetiva sistemas de geração solar, eólica e biomassa, ou mesmo sistemas híbridos dessas fontes, na implantação de novos sistemas ou na eventual substituição dos existentes.

Foto: Neido Cantanti



Turkenburg: visão otimista

Foto: Antoninho Perri



Overend: grande diversidade

A meta dos ingleses

Para alcançar o compromisso assumido internacionalmente de até 2050 diminuir em 60% as emissões atuais de carbono, os ingleses precisam reduzir os gases causadores do efeito estufa através do uso de energia renovável, não-poluente, tanto no consumo doméstico quanto no industrial.

Por isso, estudo realizado pelo governo inglês prevê a multiplicação por seis do número de usinas de energia eólica e de outras fontes renováveis até 2020, quando, segundo se estima, cerca de 20% da matriz energética do país serão de energias renováveis.

Contudo, esse esforço para uso de uma energia ecologicamente sustentada tem um custo. Os consumidores domésticos de eletricidade terão um aumento de até 6% na conta de energia, e os clientes comerciais de 12%, para custear uma opção energética ambientalmente correta.

Turkenburg afirma que a capacidade instalada de energia eólica nos países que a utilizam (hoje na ordem de 23 mil megawatts) cresceu cerca de 30% nos últimos cinco anos e deverá alcançar a casa de dois mil gigawatts em 2030, com a adoção de modelos de turbinas cada vez mais sofisticados e potentes.

O uso da energia solar também cresceu significativamente em países como Japão, EUA e na Europa – sobretudo devido ao seu emprego na eletrificação rural – e tem grande chance de desenvolvimento como a eólica. (PCN)

Combustíveis biológicos

Os esforços para aumentar a competitividade dos combustíveis de base biológica estão fazendo surgir nos EUA um novo modelo de planta de refino, as biorrefinarias. Com operação semelhante à das refinarias tradicionais de petróleo, as biorrefinarias processam diferentes tipos de biomassa e geram ampla gama de combustíveis de base biológica. Podem também gerar eletricidade suficiente para suprir suas unidades produtivas e ainda comercializar o excedente para distribuidoras de energia elétrica.

A tecnologia do biorrefino não é nova. Na verdade, precursores do sistema são as indústrias que processam biomassa e têm na geração de energia um subproduto de sua atividade principal, como os moinhos de milho, plantas de processamento de soja e fábricas de papel e celulose. A diferença é que, dentro do novo conceito de biorrefinaria, os processos são maximizados e permitem a produção de maior variedade de produtos a partir do uso da biomassa.

Relatório recentemente elaborado pelo Conselho Nacional de Pesquisa do governo norte-americano considera as biorrefinarias fundamentais para tornar os combustíveis e demais produtos de base biológica mais competitivos em relação a seus equivalentes de base fóssil. Tanto que esses empreendimentos deverão receber subvenção governamental da ordem de US\$ 15 milhões por ano, durante cinco anos, para a comercialização de tecnologias de biorrefino. (PCN)

ENERGIA
ENERGIA



Moreira: morte com a fumaça



Nogueira: por novos motores



Foto: Antoninho Perri



Fyfe: "Para quê carro grande?"



Goldemberg: emissão de chumbo

É o fim do mundo?

Cientistas defendem a necessidade de se mudar a predominância dos combustíveis fósseis e adotar fontes mais limpas de energia

CARLOS TIDEI

ctidei@reitoria.unicamp.br

A ameaça de um futuro trágico também faz parte das preocupações dos cientistas. Pelas projeções da IPCC – agência das Nações Unidas que mede emissões de poluentes –, o aumento da poluição, resultado da escalada global do desenvolvimento energético, revela a necessidade de se mudar a predominância do uso de combustíveis fósseis para fontes mais limpas de energia. José Goldemberg declara grande preocupação com o impacto ambiental, como o causado pela emissão de chumbo, que cresceu 18 vezes nas últimas décadas. As emissões de carbono, por sua vez, também provocam sérias consequências ao clima: aumento da temperatura global, com forte impacto na produção de alimentos e o derretimento de geleiras.

Nebojsa Nakicenovic, cientista de Luxemburgo, alerta que não basta trabalhar o desenvolvimento tecnológico, mas também o comportamento do ser

humano em relação ao consumo. Opinião compartilhada por William Sefton Fyfe, da Universidade de Otago, Nova Zelândia, para quem a qualidade mais universal é a diversidade. "Não podemos produzir energia adequada e limpa para bilhões de pessoas, mas se continuarmos a fazer o que estamos fazendo, o aquecimento global pode resgatar a sobra de Chernobyl, o dia do julgamento final. O desastre seria nossa escolha", adverte.

"Ghandi dizia que, quem consome mais do que necessita, está cometendo um crime", filosofou Othon Leonardos, da Universidade de Brasília. "A ciência e tecnologia estão destruindo a nossa casa", reforça. Segundo ele, a biosfera apresenta trocas complexas e o grande desafio do nosso tempo é sobreviver, e se possível viver com qualidade. Existem estatísticas inacreditáveis: no Estado de Goiás, as matas, que ocupavam 20% do território, foram reduzidas a uma área de 0,3%, por conta da revolução agrícola que devasta nosso habitat. "Precisamos de uma nova agenda para esse século, atacando o

problema comportamental que nos impede de desligar a máquina, de acumular coisas e abusar da terra", professa.

"Quem precisa de carro grande? Para conquistar mulher bonita?", questiona Fyfe. "Não precisamos de carro, mas de outra arquitetura. A qualidade da educação é a chave. Precisamos pensar globalmente, mas agir localmente", deduz. Fyfe diz que a humanidade possibilitou a destruição em massa com a energia nuclear convencional, não existindo forma segura de descartar resíduos. "Países vão fechar as usinas nucleares, mas os riscos continuam".

O armazenamento de plutônio oferece risco de vazamento em estruturas de concreto. O lixo atômico dos EUA está depositado em uma área vulcânica, enquanto na Suécia este lixo é revestido de cobre por mais segurança. "Se você não conseguir apertar a descarga em sua casa, a vida vai ficar difícil. É mais ou menos o que está acontecendo no mundo. A Shell pretende usar combustíveis biológicos e sua fonte de matéria-prima é a Amazônia", denuncia Fyfe.

O combustível do seu carro

PAULO C. NASCIMENTO

pcnpress@uol.com.br

A produção, em maior escala, de motores capazes de operar com diferentes combustíveis, foi defendida no segundo dia do encontro por Luiz Augusto Horta Nogueira, presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ele argumentou que, frente ao inevitável caráter não renovável das reservas de petróleo e gás natural, é oportuno o desenvolvimento de sistemas combinados com energia renovável. Mas só tecnologia não basta: a viabilidade de alternativas energéticas no mercado automotivo depende da confiança do consumidor.

Nogueira observou que as reservas de combustíveis fósseis são necessariamente exauríveis e devem ser utilizadas com a clara noção de sua inerente e irreversível exaustão. Assim, na busca de uma perspectiva sustentável para a indústria do petróleo e do gás natural, é importante que se considerem as possibilidades de transição

para fontes energéticas mais brandas.

No caso do Brasil, salientou ele, algumas destas alternativas já estão identificadas e devem ser reforçadas, especialmente aquelas associadas ao uso das bioenergias, como o álcool, cujo potencial brasileiro é reconhecido. "Com o Programa Nacional do Alcool, o etanol hidratado efetivamente passou a deslocar parte da demanda de gasolina, exigindo motores exclusivos para este combustível e determinando a existência de uma frota cativa de veículos a etanol, como de resto existe uma para veículos a gasolina", lembrou.

O presidente da ANP esboçou ainda um outro cenário possível, em que as bioenergias atuariam como complemento e não como combustíveis exclusivos, proporcionando uma transição mais suave. Exemplos dessa complementaridade entre biocombustíveis e combustíveis fósseis são os veículos multicompostíveis (*flexible fuel*), que trabalham com misturas de gasolina-etanol anidro. De acordo com Nogueira, motores com essa tecnologia equipam uma frota de quase um milhão de carros nos Estados Unidos.

Fabricantes nacionais de auto-peças e sistemas de ignição dominam a tecnologia do

flexible fuel, e alguns veículos de linha já saem das montadoras para as ruas equipados com motores multicompostível. Se isso não ocorre em maior escala, deve-se provavelmente à postura conservadora do mercado, acredita o presidente da ANP. "Não existe motor de ignição por centelha que trabalhe com derivado de petróleo puro. Ou ele trabalha com álcool hidratado puro ou com mistura de gasolina e 24% de etanol. E essa mescla é extremamente favorável quando o país é obrigado a fazer ajustes de política energética em função até de condicionantes internacionais", declarou.

Para ele, a adoção mais efetiva de alternativas bioenergéticas seria extremamente útil, até como forma de resgatar o programa do álcool no Brasil, que passa por uma fase de indefinição importante, sofrendo o risco de ter sucateada toda uma infraestrutura logística de armazenamento e distribuição disponível. "Há mais de um ano o álcool é um combustível absolutamente competitivo frente a gasolina. Então, se o problema não é o preço, é a falta de maior confiança do mercado nessa tecnologia que nos impede de avançar no campo dos biocombustíveis", criticou Horta.

Fumaça mortal – José Roberto Moreira, da USP, apresentou estudos revelando que a emissão de carbono cresce mais no setor de transporte; na indústria e na construção ela diminuiu; na agricultura, é estável. Na cidade de São Paulo, o número de mortes causadas pelo dióxido de enxofre emitido por motores de combustão decresceu com o rodízio e os investimentos em tecnologia, que melhoraram a qualidade do ar. Mas muita gente ainda morre em decorrência da fumaça.

Antes não havia estatísticas confiáveis sobre os reais impactos da poluição na saúde da população. Hoje se tem como fato que doenças respiratórias e cardiovasculares estão diretamente relacionadas com o nível de partículas no ar. Estudos epidemiológicos atuais medem os níveis diários de poluição e a morbidade – doenças respiratórias e cardiovasculares – e a mortalidade – relacionada em modelagem por técnicas de séries temporais.

Existe uma tendência sazonal de óbitos: morre-se mais em julho e menos em dezembro, onde se constata que o frio mata mais; morre-se mais também às segundas-feiras. Excluindo-se esses fatores, ou acompanhando a evolução dos números, é gradual o risco de morrer devido ao aumento da poluição, de enfarto no pico da poluição e de doenças respiratórias um ou dois dias depois. Na mortalidade relacionada com o monóxido de carbono, sofrem mais as crianças.

PESQUISA
PESQUISA

O corpo também pensa

Tese de doutorado aborda os movimentos corporais como manifestação da inteligência

JOÃO MAURÍCIO DA ROSA

jmauricio@reitoria.unicamp.br

A pessoa que levanta um copo de água faz isso com a mesma naturalidade de quem lê um jornal e caminha ao mesmo tempo. Esses dois gestos, nos quais pouco reparamos, exigem ajustes motores bastante complexos e são exemplos singelos da autonomia do corpo, o chamado "sistema periférico". Ou seja, os movimentos ocorrem sem comando do cérebro (o sistema central), numa prova de que o corpo também pensa.

Este é um dos princípios da tese de doutorado "Educação Física: o comportamento corporal como uma possibilidade de manifestação da inteligência humana", defendida pelo professor Maurício Teodoro de Souza, na Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp.

"Para a perspectiva evolucionista, alguns gestos realizados durante os milhões de anos da existência humana, e que hoje nos parecem muito simples, foram construídos durante nosso desenvolvimento e incorporados de modo muito eficaz", diz o pesquisador do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Inteligência Corporal Cinestésica (Nepicc). "Imagine que você está lendo e andando. Você não fica elaborando sua marcha, pois este é um movimento que já possui autonomia. Caso tropece, o sistema irá entrar em funcionamento para resolver o problema", explica.

Ao contrário deste exemplo, os gestos de dirigir um carro ou digitar no computador exigem interferência cerebral para provocar o que os estudiosos chamam de *feedback* – ou comunicação de retorno. "Nesse caso, acho interessante lembrar que, quanto mais interagimos com o meio ambiente, mais o nosso sistema perceptual age para nos informar como estamos realizando a tarefa", raciocina Maurício.

O professor entende que manifestar um comportamento inteligente significa solucionar uma situação-problema determinada pelo contexto sócio-cultural e elaborar novos produtos para garantir sua sobrevivência. "Os gestos de dançar, nadar ou correr são classificados como habilidades gerais e, portanto, movimentos glo-



Mauro Teodoro durante defesa de tese: movimentos sem comando do cérebro

bais. E, quando usados para a resolução de situações-problema, podem ser considerados manifestação de inteligência, assim como as habilidades específicas (dobradura, pintura, cirurgia, detalhes de movimentos realizados por esportistas etc.)", adianta.

Este processo estaria em evolução desde os primórdios e, seu principal exemplo, na sobrevivência da espécie. "Há milhões de anos, a humanidade vem solucionando questões referentes a sua sobrevivência e criando produtos para melhor conviver nos mais diversos tipos de ambiente", argumenta.

Através desta abordagem antropológica, o autor procura não valorizar apenas o aspecto biológico ou ambiental da evolução humana, mas a verificação de que os comportamentos são manifestações da inter-relação e interdependência da estrutura biológica com a transmissão cultural dos hábitos comunitários herdados pelo homem para melhor sobreviver.

"Entendemos os comportamentos corporais como manifestação do funcionamento mental é compreender a motricidade humana em sua complexidade, que declara a dinâmica de interações do organismo humano", explica o professor.

A proposta original

O trabalho de Maurício Teodoro de Souza foi elaborado a partir da proposta original de compreensão da manifestação corporal como inteligência de Howard Gardner. Professor adjunto de Neurologia na Boston School of Medicine e de Psicologia na Harvard University, Gardner começou seus estudos na área das ciências cognitivas em meados da década de 70. É um dos responsáveis pelo Project Zero na Harvard Graduate School of Education desde os anos 80. Seu livro explanando sobre as inteligências múltiplas foi publicado no Brasil em 1994, com o título "Estruturas da Mente: a teoria das inteligências múltiplas".

Em seu trabalho, o professor da Unicamp buscou maior fundamentação específica para a área de educação física, um fato que Gardner, o autor da teoria, não fez, preferindo deixar a sugestão para outros interessados. Mas Maurício deixa claro que, se o conceito específico de inteligência corporal cinestésica, literalmente falando, atribui-se a Gardner, outros autores como Jean Piaget, citado pelo próprio autor, se referem à importância do movimento na inteligência humana.

O pesquisador também se refere ao trabalho do filósofo português António Damásio, que entre outros aspectos, ressalta a importância de uma visão diferenciada do pensamento cartesiano (causa-efeito). Sobre Damásio, o trabalho mais presente de Maurício Teodoro é "O erro de Descartes", que contesta a visão cartesiana de que o ato de pensar é uma atividade separada do corpo. "Damásio enfrenta esta dicotomia afirmando que o corpo contribui com um conteúdo essencial para o funcionamento da mente normal. E que, se não fosse amparada no corpo, poderíamos ter uma mente, mas duvida que fosse a mesma que temos hoje".

Ligação íntima – Maurício lembra que os estudos em neurociência vêm enfatizando uma íntima ligação entre o uso do corpo e o desenvolvimento de outros poderes cognitivos. Desta forma, conclui-se que no uso hábil do corpo podemos explicar, por analogia, a relação dos processos de pensamento com as atividades físicas.

Desde as primeiras décadas do Século XX vem-se observando as relações dos comportamentos corporais com as funções normais, segundo o professor. "O interessante de nossa abordagem, baseada na teoria das in-

teligências múltiplas, é a equiparação das manifestações corporais ao status de inteligência – denominando-a de inteligência corporal cinestésica –, percebendo que é possível, no sentido específico, estimular e observar sua manifestação nas aulas de educação motora, acabando por contribuir, no sentido amplo, para a escolarização de um modo geral".

Por isso, Maurício ressalta a importância da valorização do período infantil e o conteúdo da educação motora no nível escolar, resgatando a importância do movimento no desenvolvimento do ser humano.

TRADUÇÕES
(Português - Inglês)

Prof. Terrence E. Hill
• Revisão de Textos em Inglês
• Transcrição de Fitas (português ou inglês)

ORION COMUNICAÇÕES
Emitimos nota fiscal

QUALIDADE E RAPIDEZ GARANTIDAS
12 ANOS NO RAMO

- Resumos
- Artigos para publicação no exterior

E-mail: orion@lexxa.com.br
Fones: (19) 3251-2258 / 3254-9106
Site com maiores informações e principais clientes: www.lexxa.com.br/orion

ZIP'S

NOVAS SUÍTES
c/ Hidro, TV 29, CD, e Frigobar.

Pernoite à partir de
R\$ 18,00
com café da manhã

Rua Alfredo da Costa Figo, 2267 - Pq. Santa Cândida FONE: (19) 3256-3423
Campinas - Mogi-Mirim ao lado do restaurante Lenha no Fogão 1.

**PETITO
AUTO CENTER**

TEMOS TODA LINHA
DE PNEUS PIRELLI

RETIRAMOS E ENTREGAMOS
SEU VEÍCULO NO LOCAL

ESTAMOS ABERTO DE 2ª À 6ª DAS 8 ÀS 18H E AOS SÁBADOS DAS 8 ÀS 13H

Rua Bento de Arruda Camargo, 256 - Pq. São Quirino - Campinas - SP
FONE/FAX: (19) 3256.7344 - 3256.0982

PROMOÇÃO IMPERDÍVEL

- NA TROCA DE PNEUS DO SEU CARRO CADA PNEU USADO VALE R\$ 3,00
- ALINHAMENTO COMPUTADORIZADO + BALANCEAMENTO R\$ 20,00
- AMORTECEDORES E ESCAPAMENTOS EM 4X SEM JUROS
- TROCA DE ÓLEO COM PREÇOS ESPECIAIS

PROMOÇÃO VÁLIDA ATÉ 31/03/2002

SISTEMA
CAMPNEUS
O SEU REVENDEDOR PIRELLI

Faga
PIRELLI

Um belo programa, que eleva nível da educação

Unicamp, em parceria com prefeituras, leva Programa de Formação de Professores do ensino básico para 20 cidades da Região Metropolitana de Campinas

RAQUEL C. DOS SANTOS
kel@obelix.unicamp.br

Um dos maiores problemas educacionais do Brasil – a limitada formação dos professores do ensino básico – começa a ser combatido na sua origem a partir de agosto, com o início das aulas do Programa de Formação de Professores na Unicamp. O curso é gratuito e o projeto está integrado à política pública de formação de professores em ensino superior.

Coordenado pela Faculdade de Educação (FE) e destinado aos professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental de 20 cidades da região, o programa atende aos requisitos da Lei de Diretrizes e Bases, que determina a formação superior para os professores das séries iniciais do ensino fundamental e estabelece um prazo de dez anos para a adequação dos professores não graduados.

A trajetória da educação básica no Brasil sofreu uma guinada histórica nas últimas décadas, privilegiando a massificação do ensino em detrimento da qualidade. Ampliou-se o número de vagas e o acesso dos menos favorecidos, mas prejudicou-se o conhecimento. O achatamento salarial e o aumento da carga horária dos professores afetaram o nível de ensino e promoveram uma grande migração para o setor privado, que teve um crescimento sem precedentes. A educação tornou-se um produto barato e a elite, que



Cerimônia para assinatura do convênio com as prefeituras: medida de reconhecido alcance social

predominava nas escolas públicas, migrou para escolas particulares, sendo seguida pelos bons professores.

“A dívida com os professores do ensino fundamental e infantil é imensa, não só pelo número de profissionais ainda não graduados, como pelo empobrecimento ocorrido na sua formação básica e média, em geral realizada nas próprias escolas públicas”, diz a professora Agueda Bernardete Bittencourt, diretora da FE.

Colega para colega – Para contornar em parte essas dificuldades, o programa contará com o envolvimento de 25 professores da Faculdade. Eles farão um trabalho inicial intenso com 72 profissionais auxiliares, pós-graduados pela própria FE, e que já atuam nas escolas municipais, têm experiência, portanto, quanto à realidade em que vivem os alunos e seus colegas professores na rede pública. Esta primeira etapa vai demandar 720 horas/aulas até agosto, sendo 480 teóricas e 240 práticas, com estágios nas unidades da Unicamp.

Será uma maratona para os docentes da Unicamp, que iniciam o programa ao mesmo tempo em que orientam o curso de graduação, até a sua conclusão, com carga horária de 1.800 horas em cada uma das dez turmas previstas, além de 400 horas de práticas culturais dentro da Universidade. E o trabalho não pára no fim do curso. Segundo

uma das coordenadoras do programa, Elisabete Pereira, a proposta é criar uma estrutura de educação continuada em cada um dos municípios.

Curso em três níveis – O programa conta com três níveis de curso: aperfeiçoamento, especialização com pós-graduação *latu-sensu* e graduação em Pedagogia. A expectativa é atingir em 2002, segundo a professora Agueda, 60 professores já graduados – para formação em pós-graduação – e 400 que serão graduados em Pedagogia ao longo de três anos. Estima-se que existam 2.780 professores da rede municipal de ensino da Região Metropolitana de Campinas necessitando do curso. Do total de 4.012 professores do ensino fundamental, 1.555 não são graduados. No ensino infantil estão 3.091 professores, sendo 1.225 sem formação superior.

“O ensino infantil não é obrigado, pela lei, a ter professores formados, mas para nós isto é uma exigência”, ressalta Agueda. “O Estado de São Paulo ainda é privilegiado, porque são poucos os profissionais que não possuem pelo menos o curso médio de Pedagogia, embora tenham avançado em titulação, em termos de cultura não houve evolução”, acrescenta. Nos próximos cinco anos, todos os professores da rede que ainda não possuem cursos de graduação e especialização, terão a oportunidade de acesso aos cursos universitários.

Projeto é uma construção coletiva

“Trata-se do projeto de maior alcance social da Unicamp e um ato heróico que deve ficar registrado”, destacou o reitor Hermano Tavares, ciente das dificuldades e importância do programa, durante a cerimônia de assinatura do convênio, em 14 de março, reunindo autoridades da região, entre prefeitos, secretários de educação municipais e representantes das prefeituras. Das 19 cidades da Região Metropolitana de Campinas que assinaram convênio de participação no programa, apenas Holambra ficou de fora. Amparo e Piracicaba, embora não façam parte da RMC, estão incluídas.

“O programa foi uma construção coletiva e hoje nos alegamos com a forma que tomou”, afirma o pró-reitor de Graduação, Angelo Cortelazzo. Segundo ele, o curso servirá de exemplo para outras ações em universidades de todo o País, principalmente pela estrutura inovadora. Para o vice-prefeito de Vinhedo, Elcio Bocaletto – representante do prefeito e presidente da RMC Milton Serafim –, a ação concreta para a qualificação dos professores permite uma

reflexão crítica, pois se trata de um projeto de popularização da Unicamp. “O conhecimento produzido na Universidade terá um efeito multiplicador nas salas de aula dos municípios. Portanto, é difícil dimensionar a importância do momento”, avaliou.

Propostas, discussões e muito empenho nortearam as reuniões do Fórum de Secretários de Educação ao longo do ano passado, até se chegar ao esboço final do programa. O primeiro contato se deu em um café da manhã no dia 10 de janeiro de 2001, dias depois da posse dos prefeitos da RMC. Inúmeros encontros se sucederam, diante do interesse dos secretários e da Unicamp na equação de problemas ligados às secretarias, principalmente referentes à formação de professores.

Inovador – Uma das coordenadoras do programa, Elisabete Pereira, explica que um dos princípios para a estruturação do curso foi justamente o de oferecer aos municípios a possibilidade de organizar atendimentos de educação continuada a seus professores, uma infra-

estrutura de formação em cada uma das secretarias. “O caráter inovador do projeto é o de possibilitar uma preparação integral e intensiva”. Para a coordenadora, a proposta é fruto de um processo de reflexão e crítica entre diferentes concepções sobre a formação de docentes.

De acordo com o assessor da Secretaria de Educação de Sumaré, José Carlos Mariano, atuante desde as primeiras reuniões, foi um período produtivo e de muitos questionamentos. “Era necessário buscar respostas para diversas questões, como a liberação de recursos e estrutura do curso”, comenta. Ele concorda com Cortelazzo quando o pró-reitor define o projeto como uma construção coletiva. “Em muitos momentos, as variadas idéias e maneiras de enxergar as coisas ajudaram a construir o curso”. O assessor entende também que o programa garante sustentação para se manter uma equipe de formação continuada em Sumaré. “Teremos um grupo de alto gabarito, que permitirá unir a teoria e a prática”.

ENSINO
ENSINO

Uma vocação para a qualidade

A concretização do projeto de qualificação de professores da rede municipal acompanha a história da Faculdade de Educação, segundo a diretora Agueda Bernadete Bittencourt. Há mais de 20 anos a faculdade é uma forté militante em favor da exigência do nível superior para os professores da educação infantil e de primeiras séries do ensino fundamental. "Sempre lutamos nas instâncias políticas para uma qualificação mais aprimorada e pela qualidade do ensino. A Faculdade tem a responsabilidade de ajudar na concretização desta fase". Para Agueda, trata-se de um projeto irreversível enquanto parceria, que trará bom retorno para as cidades da RMC.

"Acima de tudo, precisamos levar em conta que são profissionais que não tiveram acesso a uma universidade pública como a Unicamp", acrescenta a secretária de Educação de Campinas e também professora da FE, Corinta Geraldi. A preparação do curso na cidade foi discutida durante o ano passado.

No dia 18 de março teve início o curso de especialização para professores da rede municipal da região, com o objetivo de preparar professores-assistentes para docência no curso de Pedagogia da Unicamp. Somente em Campinas foram inscritas 251 pessoas, das quais 183 preenchiam todos os quesitos. Foram selecionados 42 professores para disputar as 15 vagas oferecidas pela Universidade. Diante da quantidade e da qualidade dos profissionais inscritos, havia na equipe a certeza de que todos tinham condições de realizar um bom trabalho. "Brigamos pela ampliação das vagas e conseguimos 18, mais uma lista de espera com dez nomes. Por fim, assumimos a liberação de



Professora Agueda, diretora da FE: esforço para saldar dívida histórica com professores das redes básica e média

28", disse Corinta.

Num universo de 4.000 professores da rede municipal em Campinas, existem 470 sem graduação, sendo 252 na educação infantil e 218 no ensino fundamental. A Prefeitura pretende incluir também os monitores, que somam mil funcionários, a grande maioria sem formação universitária. Para lecionar na rede municipal, a exigência anterior era de formação em magistério no 2º grau. O salário médio de um professor da rede é de R\$ 1 mil para trabalho em período integral.

CIDADES ENVOLVIDAS

Americana	Monte Mor
Amparo	Nova Odessa
Artur Nogueira	Paulínia
Campinas	Pedreira
Cosmópolis	Piracicaba
Engenheiro Coelho	Santa Bárbara D'Oeste
Hortolândia	Santo Antonio da Posse
Indaiatuba	Sumaré
Itatiba	Valinhos
Jaguariúna	Vinhedo

COORDENAÇÃO

O Programa de Formação de Professores na Unicamp foi aprovado por unanimidade na Congregação da Faculdade de Educação e na Comissão Central de Graduação (CCG), e posteriormente no CONSU, órgão máximo deliberativo da Unicamp. A coordenação do projeto está a cargo de um órgão colegiado, composto pelos professores da FE Elisabete M. A. Pereira (coordenadora geral), Sérgio A. S. Leite (coordenadora pedagógica) e Ângela Soligo (coordenadora de atividades culturais).

LANÇAMENTOS



A Editora da Unicamp e a Comvest estão lançando a coleção

15 Anos do Vestibular Unicamp, com as **questões** da primeira e segunda fases de seu vestibular, de 1987 até 2001. A coleção está dividida nos seguintes fascículos:

Redação

Questões da 1ª fase

Língua portuguesa e literaturas de língua portuguesa - 2ª fase

Ciências biológicas - 2ª fase

Química - 2ª fase

História - 2ª fase

Física - 2ª fase

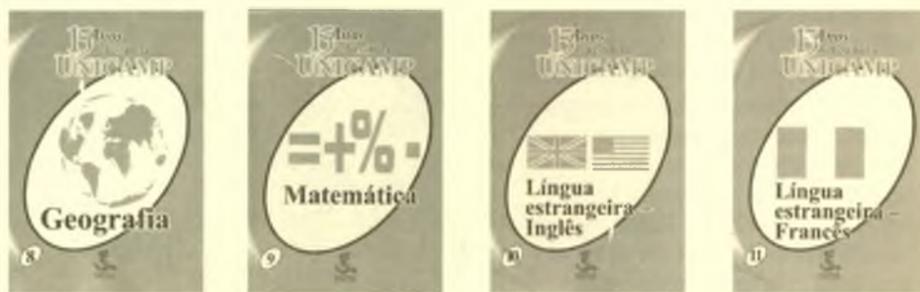
Geografia - 2ª fase

Matemática - 2ª fase

Língua estrangeira - Inglês - 2ª fase

Língua estrangeira - Francês - 2ª fase

Preço de cada fascículo: R\$ 10,00



vendas@editora.unicamp.br

LIVRARIAS DA
EDITORA DA
UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL
(19) 3788-7030

CICLO BÁSICO
(19) 3788-7740





Foto: Nildo Cantari

'Que o tabu não seja ressuscitado'

O MST não deve desistir dos cursos realizados na Unicamp para jovens do meio rural, apesar da mudança de Reitoria em abril próximo. Este foi o conselho do professor Alvaro Penteado Crósta, pró-reitor de Desenvolvimento Universitário, que falou no encerramento do evento em nome do reitor Hermano Tavares. Citando também o pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Roberto Teixeira Mendes, Crósta lembrou que cabe ao MST manter os entendimentos com os novos gestores, não só referentes aos cursos atuais como a novas parcerias.

Este foi o quarto encontro de jovens rurais, no quarto ano desta gestão da Unicamp, o que não é uma coincidência, segundo observou o pró-reitor. "Esta é a expressão da vontade política desta administração em abrir a Universidade para o MST. Houve outras tentativas anteriores que não vingaram, mas que comprovam nosso desejo de contribuir com o movimento". O professor lembra que esta contribuição não se deu sem custo para a administração, se lembradas as muitas críticas por parte da imprensa e da comunidade acadêmica, que não conseguiram compreender a importância da abertura da Universidade para esses jovens do campo.

Em 11 de julho de 1999, ano do primeiro curso, o reitor Hermano Tavares reagiu assim aos ataques do jornal *Folha de S. Paulo*: "É prática da universidade pública, instituição pluralista e democrática, abrir-se a todos os segmentos organizados da sociedade. Entendemos que os recursos da universidade pública devem ser utilizados para apoiar o desenvolvimento social, formando cidadãos que, no caso dos jovens do MST, jamais teriam acesso ao benefício do ensino que a universidade pública oferece", dizia a carta, lida por Crósta durante o encerramento do encontro.

Tais críticas, porém, ocorreram apenas no primeiro evento. "A imprensa mudou o foco nos cursos seguintes e não mais criticou. Creio que isso mostra que estávamos certos ao fazermos a parceria. Um tabu foi quebrado e vamos torcer para que não seja ressuscitado", disse Crósta. Ele destacou o papel de seu antecessor na PRDU, professor Luís Carlos Guedes Pinto, cuja atuação foi essencial para a parceria entre MST e Unicamp.

"De nossa parte, como membros da comunidade acadêmica, estaremos sempre prontos a prestar o nosso apoio para que esses encontros continuem ocorrendo", acrescentou. Para o pró-reitor, a luta do MST pela distribuição de terras é uma parte muito importante da luta por justiça social no Brasil. "É a forma mais eficaz de investir nesta luta é por meio da formação da juventude do MST, com o que a Unicamp está contribuindo".

O grande acampamento

Jovens sem-terra 'invadem' Ginásio da Unicamp no quarto Curso sobre Realidade Brasileira

CARLOS TIDEI

ctidei@reitoria.unicamp.br

Aproximadamente mil jovens sem-terra transformaram as arquibancadas do Ginásio de Esportes da Unicamp em um grande acampamento, durante o 4º Curso sobre Realidade Brasileira promovido pelo Movimento Sem Terra (MST), de 27 de janeiro a 6 de fevereiro. Em dez dias, o encontro reuniu filhos de trabalhadores rurais assentados ou acampados de todas as regiões do país, numa maratona de palestras e debates sobre a questão agrária.

A primeira impressão é a dos grandes festivais de música da década de 70, com centenas de jovens de aparência saudável reunidos em grupos e conversando animadamente entre mochilas, colchonetes e roupas e toalhas penduradas para secar. Além do cenário, que inclui pôsteres de personagens idolatrados, painéis alusivos ao Movimento Sem Terra e faixas com citações políticas e palavras de ordem, também se entoa hinos e músicas de conteúdo igualmente politizado, que os jovens conhecem e cantam juntos.

Recepção aos jovens sem-terra: reitor Hermano Tavares e prefeita Izalene Tiene na arquibancada

As diferenças, no entanto, superam as semelhanças com os festivais. Elas ficavam evidentes nas roupas simples e despojadas (camisetas, bermudas e chinelos de dedo) e nos temas das rodas, freqüentemente sobre formas de luta política e realidade social brasileira. A liberdade é limitada, com regras que proíbem álcool e fumo, e até o acesso e saída de pessoas do local em determinados momentos. No lugar das flores e cores berantes que enfeitavam os hippies, bonés e camise-

tas vermelhas com o símbolo do MST.

A cultura é seletiva. Eles são ensinados a desprezar o consumismo das elites e músicas vulgares como o Tchan e o funk do Bonde do Tigrão, mas cantam Raul Seixas e enaltecem letras de rap dos Racionais MC's e Gabriel O Pensador. As letras das músicas próprias do movimento convocam para a guerrilha e enfrentamento, com o objetivo de acabar com o capitalismo, o latifúndio e a burguesia. O lema é ocupar, resistir, produzir.

A organização impressiona. Sob normas rígidas de disciplina, não há sujeira e o comportamento do público é exemplar e coordenado: fica em silêncio absoluto quando é preciso e se manifesta ruidosamente quando solicitado: "Pátria Livre", provoca o locutor; "Unidos venceremos", responde o coro de jovens. "Reforma Agrária", reforça; "Por um Brasil sem latifúndio", rebate a massa. O mesmo procedimento é adotado - com todos em pé e brandindo o punho esquerdo cerrado - nos intervalos das palestras, algumas vezes fazendo uma espécie de jogral com outras brigadas (como são chamados os grupos de estudos). Os gritos de guerra incluem a combinação das palavras união, reforma agrária e revolução.

"No ano passado vieram 1.449 jovens, mas o espaço ficou apertado para tanta gente. Até agora já temos perto de 800 militantes", explicava Adelar Pizetta, coordenador do setor de Formação do MST e da Escola Nacional Florestan Fernandes, na abertura do evento. Delegações de alguns estados ainda estavam para chegar. Neste ano não vieram grupos de Alagoas, Espírito Santo e Amazonas. Mas todos os outros estados fizeram-se presentes.

Pedra a pedra - O reitor Hermano Tavares, que abriu as portas da Unicamp para o evento pelo quarto ano consecutivo, parabenizou os jovens pela beleza do espetáculo de abertura: com o ginásio às escuras, acederam velas e formaram, com serragem, o mapa do Brasil no meio da quadra. Depois, enquanto as luzes voltavam gradativamente, sempre com narração de fundo, outro grupo colocou uma pequena barraca de plástico preto em cada um dos estados, simbolizando as ocupações. O mapa era semeado e logo dava frutos, flores e plantas, colocados ao lado das barracas. No final, após uma procissão de velas em torno do mapa, a inscrição com grandes letras de papelão: "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil".

"Esta é uma oportunidade para que jovens que têm dificuldades de ingressar na universidade adquiram o conhecimento do que significa a realidade brasileira. Nesse mesmo momento, está acontecendo em Porto Alegre o Fórum Social Mundial, discutindo os problemas, as injustiças, dificuldades e empecilhos ao desenvolvimento do nosso povo. Temos certeza de que esses movimentos não se fazem por acaso. Fazem parte de uma vontade democrática do povo brasileiro, no esforço de melhorar e aperfeiçoar as relações e o fruto do trabalho. Pedra a pedra, nós construiremos base sólida de maior condição social para todos", discursou o reitor.

Também recepcionaram os participantes, a prefeita de Campinas, Izalene Tiene, Roberto Teixeira Mendes, pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Alvaro Penteado Crósta, pró-reitor de Desenvolvimento Universitário, Carlos Roberto Fernandes, administrador do Ginásio, e José Vitorio Zago, da Adunicamp.



Foto: Antoninho Perri

SOCIEDADE
SOCIEDADE

'2002 vai ser um ano de ocupações'

Stédile afirma que governo desrespeitou 700 mil famílias cadastradas e que elas lutarão por seus lotes

JOÃO MAURÍCIO DA ROSA

jmauricio@reitoria.unicamp.br

Gm 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário inaugurou um sistema inédito para a distribuição de terras no Brasil. Fez uma campanha publicitária convocando os sem-terra para que se cadastrassem nos Correios, com a promessa de contemplar todas as famílias interessadas. Até hoje, porém, segundo o MST, nenhuma das 700 mil famílias inscritas recebeu um lote sequer. Por isso, João Pedro Stédile, liderança nacional do movimento, afirma que 2002 vai ser um ano de ocupações.

"Como o governo é irresponsável e não tem compromisso nenhum com essas famílias, nós vamos continuar nos organizando e, durante o ano, haverá muitas lutas pela terra, muitas ocupações, justamente pelo pessoal que se cadastrou e agora se sente desiludido pela mentira vergonhosa do governo", acusou Stédile em entrevista ao *Jornal da Unicamp*, durante sua participação no IV Curso sobre Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural.

O dirigente disse que a estratégia de cadastramento pelos Correios foi elaborada pelo ministro Raul Jungman, do Desenvolvimento Agrário, numa tentativa de contestar os números de agricultores sem-terra divulgados pelo MST. "Ele queria apostar com a gente que o número de famílias que divulgávamos era só uma propaganda política de oposição. Achava que só meia dúzia se cadastraria e que nós ficaríamos desmoralizados. Mas apareceram em torno de 700 mil e o governo ficou com o pepino, porque nem uma única família recebeu o seu lote", afirmou.

Stédile aceitou o desafio do ministro apoiado em estatísticas que apontam para uma significativa redução das pequenas propriedades rurais no Brasil. Segundo ele, só nos últimos sete anos, 920 mil famílias de pequenos agricultores, com menos de 50 hectares, perderam suas terras. "Isso indica que o processo de concentração da propriedade continua cada vez maior. O modelo econômico não cria oportunidade para o pequeno agricultor melhorar suas condições de vida, deixando claro que está aumentando o número de sem-terra".

O Censo Agropecuário do IBGE de 1996, lembrou

o dirigente, detectou 4,5 milhões de famílias trabalhando na agricultura sem possuir terra, denunciando a potencial demanda por reforma agrária. Desde que foi criado, há 18 anos, o MST conseguiu assentamentos para 350 mil famílias, mas a situação é precária. "É uma realidade dura, porque o modelo de desenvolvimento econômico que o governo FHC vem implantando é subordinado às multinacionais, para as elites. Agora, além de lutar contra o latifundiário – aquele perdulário que esconde da sociedade extensas áreas improdutivas –, temos de lutar também contra o modelo econômico, para que se mude a lógica e que se estimule a pequena propriedade; para que o governo reorganize a agricultura, voltando-a ao mercado interno".

Desastre – Questionado sobre uma reportagem publicada recentemente pela revista norte-americana *Newsweek*, denunciando a reforma agrária brasileira como um desastre, Stédile afirmou. "A matéria falava o óbvio, aquilo que denunciávamos por todo esse tempo. Não está acontecendo reforma agrária no Brasil: são assentamentos pontuais, que os trabalhadores conseguem depois de ficar dois ou três anos acampados e brigando com o Poder Judiciário. Isto não é reforma agrária, é uma luta desesperada pela sobrevivência".

A reforma agrária, segundo o entendimento do MST, deveria significar a aplicação de um modelo econômico voltado para a agricultura familiar e para o mercado interno, em comunhão com uma melhor distribuição de renda urbana, que permita ao operário da cidade ter um salário maior para poder comer melhor. "Aí, o pequeno produtor vai produzir para ele. Hoje, todo o consumo interno vem do exterior, de países que plantam com subsídios, como a Argentina e os da Europa", exemplifica.

Stédile acrescenta que a política agrícola do governo extinguiu as famílias de agricultores que comercializavam sua produção, como do leite, queijo, frios e embutidos. "Hoje, três grandes multinacionais detêm o monopólio da produção e comercialização de produtos agro-industriais nessa área", comentou, citando Parmalat, Nestlé e Danone.

"Como o produtor com 10 hectares vai viver com 10 ou 15 vacas, se as multinacionais que controlam o mercado vão pagar R\$ 0,20 e até R\$ 0,10 por litro no verão, em algumas regiões? O pequeno produtor vai ter de vender cinco litros de leite para comprar um copo de água ou uma coca-cola. Esta relação de preços condena o camponês e o agricultor à pobreza perpétua. Por mais que eles produzam, não conseguirão melhorar de vida".

Ao priorizar a produção de alimentos para a exportação, insiste Stédile, este modelo poderá levar à escassez, num hipotético dia em que o salário do trabalhador brasileiro tiver um aumento real. "As feiras não terão produtos para atender a demanda, pois não existe uma política agrícola destinada a atender ao mercado interno. Vai faltar de leite a batata. O modelo de Fernando Henrique Cardoso não deixa espaço para a agricultura familiar, que produz alimentos para a população brasileira".

Foto: Neldo Cantani
Fotos: Neldo Cantani



Sampaio: "Passado explica o presente"

Nova campanha tenta mudar Constituição

A proposta do Curso sobre Realidade Brasileira é, principalmente, a de despertar a consciência dos quase mil jovens da área rural, entre 14 e 20 anos, filhos de assentados, vindos de todos os estados do Brasil. "Eles são a garantia da continuidade da luta pela terra no Brasil. Estão sendo preparados e formados para continuar a luta. Ensino a história do Brasil para mostrar como o passado explica o presente", afirmou o professor Plínio de Arruda Sampaio em sua palestra.

Segundo ele, a ocupação de terra não é mais uma posição política: há jurisprudência de que constitui uma manifestação cívica, uma forma de reivindicação; não é feita com objetivo de tomar terra, mas de fazer com que o governo cumpra uma determinação da Constituição. "A teoria da terra produtiva é um equívoco. Ela tem de cumprir uma função social, o que é muito mais que apenas produzir nela. É preciso manter a fertilidade, proteger o meio ambiente, cumprir a legislação trabalhista e garantir que as pessoas que nela vivem tenham uma vida humana. Se a propriedade não cumpre essas funções, é desapropriável", acrescenta o professor.

Os militantes e partidos de esquerda estão iniciando uma campanha nova para que haja mais oportunidades no campo, e para que se inclua entre os critérios de desapropriação o tamanho da propriedade. Como não há nenhum tamanho especificado na legislação, a idéia é limitar a extensão das terras. A deputada Luci Choinacki, do PT, apresentou Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que limita ao máximo de 35 módulos fiscais as propriedades rurais sob o domínio de uma mesma pessoa física ou jurídica (acima de 15 módulos fiscais, ou 75 hectares, já é considerada grande propriedade).

Na avaliação de Sampaio, para se conseguir a aprovação da PEC no Congresso será necessária uma campanha popular muito grande. "Se no lugar de um latifundiário tivermos 200 ou 300 agricultores com uma produção diversificada, melhor para o Brasil. Melhor para a natureza. Isto terá repercussão no modelo agrícola brasileiro, onde a primeira tarefa será garantir a alimentação", preconiza. Para ele, a distribuição de terras no país não é significativa, é feita a passo de cágado. "Existe uma manipulação estatística, onde se considera como assentados aqueles que já estão instalados na terra. Assentado é o desempregado que ganha um pedaço de terra", afirma. (C.T)

Jovens do MST e sua festa: palavras de ordem e música



Grilos e grilagens

A história da apropriação de terras no Brasil, segundo aula de João Pedro Stédile para os jovens do MST

JOÃO MAUCÍCIO DA ROSA
jmauricio@reitoria.unicamp.br

Grilo é um inseto cujo macho emite estríbulos noturnos, através de órgãos localizados sob as asas anteriores. Para o homem, “grilo” também pode significar chateação, amolação ou preocupação. No Brasil, além desta variedade de sinônimos, grilo pode ser traduzido como um ato de apropriação de terras públicas por meio de documentos falsificados – a famosa “grilagem”.

A origem deste último verbete, comum em dicionários, mas nunca explicada, pareceria piada se não fosse verdadeira. Quem lembra é João Pedro Stédile, dirigente nacional do Movimento Sem Terra (MST): “O cara falsificava uma escritura e, para dar aos papéis a aparência de antigos que devem ter, os trancava em uma gaveta cheia de grilos. Ao final de um mês, corroídos e amarelados por substâncias liberadas pelo inseto, pareciam legítimos. Daí a palavra grilagem”, ensina.

Stédile falou sobre a história da apropriação de terras no Brasil para perto de mil jovens do meio rural, na Unicamp. “Desde que Dom Pedro II criou a Lei 601, em 1850, instituindo a propriedade da terra, a grilagem virou prática corriqueira de coronéis que se apropriam de grandes áreas e não conseguem comprovar a sua compra”, continua.

Até então, todas as terras brasileiras eram de propriedade da Coroa e exploradas em regime de concessão. Daí, a necessidade de os papéis serem antigos. Todas as aquisições, obrigatoriamente, têm de ter um documento datado de 1850, geralmente lavrado em paróquias, já que os cartórios ainda eram raríssimos. Um latifúndio adquirido naquela época, e depois revendido, precisa comprovar origem naquela data de compra.

Quando o Incra, órgão responsável pelo controle das propriedades rurais, detecta dúvidas quanto à origem das mesmas, procura elucidar o problema aplicando uma norma chamada “reconstrução da cadeia dominial”, ou seja: a partir da escritura atual, vai retrocedendo no tempo até chegar ao primeiro documento. É quando podem surgir esses papéis rotos pela ação dos grilos.

Paranapanema – Um dos exemplos mais famosos desta fraude é um caso recente e tem legitimado o MST, por meio do reconhecimento judicial de suas reivindicações. Trata-se da região paulista do Pontal do Paranapanema,



Foto: Neldo Cantanti

Stédile e sua aula sobre apropriação: “Essas terras são públicas”

onde o Rio Paraná se encontra com o Rio Paranapanema, formando um triângulo de terras nunca comercializadas pela Coroa, nem pela República ou pelo Estado de São Paulo.

“São 700 mil hectares produtivos, grilados por uma única pessoa em 1942 e depois repassados para terceiros. Como esses terceiros nunca conseguiram provar que pagaram por essas terras, elas, portanto, são públicas”, argumenta Stédile. A grilagem de 1942, de acordo com ele, se deu através da falsificação da assinatura de um padre, então responsável pela escrituração, diante da falta de um cartório.

Na visão do dirigente do MST, a grilagem começou com a invasão do Brasil pelos portugueses e o consequente assassinato de mais de 4 milhões de índios entre 1500 e 1850. Nesse período, a população nativa despencou de 5 milhões para 1 milhão de pessoas, estimativa que considera a natalidade entre os índios, nunca incluída nas contas oficiais durante 350 anos de extermínio.



Foto: Antoninho Perri



Foto: Neldo Cantanti

Performance dos participantes do Curso: entretenimento em meio aos debates sobre realidade brasileira

Outra performance, na abertura do encontro: jovens de quase todos os estados brasileiros

A transformação racial em função da agricultura

Na época da Lei das Terras (1850), o modelo agrícola brasileiro, como hoje, baseava-se na exportação. As concessões de propriedades beneficiavam a quem possuísse capital para monoculturas de café, cacau, açúcar, gado ou algodão. “Não havia outras opções, não era uma agricultura para o consumo interno. A ordem era produzir o que a Europa precisava comprar: algodão para substituir a lã de ovelha; açúcar e cacau, que eles não tinham; e boi, mas somente para exportar o couro, pois não existia meio de transportar a carne”.

Sem mão-de-obra suficiente para atender a essas necessidades, e incapazes de escravizar os índios, os portugueses tiveram de importar um novo produto: os escravos da África. A transformação racial da população brasileira, neste período, foi radical. Além de 1 milhão de índios, haviam 300 mil brancos portugueses, enquanto o restante era formado por mestiços de brancos, negros e índios.

“A Lei das Terras determinava que qualquer pessoa poderia ser proprietária no Brasil, desde que tivesse o dinheiro para comprar. Desta forma, só a burguesia, composta por latifundiários – senhores de engenho e cafeicultores – puderam adquiri-las. Os trabalhadores do campo e ex-escravos ficaram de fora do processo”, recorda Stédile.

Por outro lado, ainda antes do final da escravidão, ficou claro que a tática de libertar os negros e ao mesmo tempo privá-los do acesso à propriedade, numa forma de mantê-los como assalariados, não daria certo. “Bem antes da Lei das Terras, eles já se rebelavam e fugiam para viver em quilombos. Preferiam morrer a continuar trabalhando para seus antigos senhores. Quem havia experimentado o chicote, não tinha a mínima vontade de continuar naquele estado”, observa o líder do MST.

Imigração – Desta forma, após a Abolição em 1888, os latifundiários perderam de vez a mão-de-obra e se viram obrigados a recorrer aos estrangeiros. Um levantamento de Darcy Ribeiro, referente ao período de 1850 a 1914, mostra que Dom Pedro II, através de propaganda entre europeus pobres, conseguiu atrair para o Brasil quatro milhões de imigrantes, entre portugueses, italianos, espanhóis, poloneses, alemães, ucranianos e austro-húngaros.

“Eram na maioria camponeses sem terra, que vieram em troca da garantia de pedaços de terra de 25 a 40 hectares (que eles teriam de pagar) ou para substituir a mão-de-obra escrava. No caso da região Sul, os imigrantes acabaram nas terras mais íngremes, pois as áreas planas já estavam todas compradas pela burguesia”, explica Stédile classifica esta espécie de distribuição de terras como perversa, embora tenha propiciado a criação de uma classe camponesa no país. Até então, as classes econômicas se restringiam a grandes agricultores, escravos e exportadores.

Volta ao porto – Os ex-escravos que se recusaram a permanecer na lavoura, tomaram o caminho do mar. Desceram a serra e encontraram trabalho farto nos portos, carregando e descarregando navios. “Daí a predominância de população negra em cidades portuárias, como Rio Grande (RS), Santos (SP), Rio de Janeiro, Vitória (ES), Salvador (BA), Recife (PE) e São Luís (MA)”.

A política imperial de distribuição de terras explica, portanto, o porquê da rara existência de camponeses negros no Brasil até os dias de hoje. Nas regiões Sul e Sudeste, eles são predominantemente de origem européia. A única exceção ocorre no Nordeste, onde os mestiços deixaram os canais da margem litorânea rumo ao agreste, onde permanecem praticando cultivos de subsistência. “Vocês devem conhecer muita gente nessas condições. Quem, aqui, não tem pai, tio, primos ou vizinhos que trabalharam a vida inteira no campo e nunca ficaram ricos?”, perguntou Stédile ao público de jovens sem-terra, com idades entre 14 a 25 anos, vindos de 23 estados brasileiros.

SOCIEDADE
SOCIEDADE

As colheitadeiras e os trabalhadores do campo

Professores falam aos jovens do MST sobre a dura realidade para quem vai tirar da terra o seu sustento

CARLOS TIDEI

ctidei@reitoria.unicamp.br

A tecnologia agrícola diminuiu drasticamente a dependência da agricultura frente à natureza. A introdução de máquinas e técnicas de biotecnologia aumentou a produtividade no campo e reduziu o número de trabalhadores. Essa é a dura realidade a ser enfrentada pelos jovens que têm na terra sua futura ocupação e sustento. "Uma colheitadeira de cana substitui 300 pessoas. As sementes melhoradas, adubos e inseticidas promovem um aumento na produção que reflete diretamente na competitividade de mercado", esclarece o professor Luis Carlos Guedes Pinto.

Guedes foi responsável, juntamente com o professor Ricardo Antunes, pelo módulo "Mudanças atuais no mundo do trabalho (agrícola e industrial)" no curso para jovens sem terra. Tiveram a missão de esclarecer aos estudantes que a situação agrícola brasileira exige muita luta para ser transformada. "A realidade não será transformada em um passe de mágica. As mudanças dependem de nós, e para conquistá-las temos que agir organizadamente", alerta o professor.

Segundo ele, o MST é hoje a força social melhor organizada e tem o papel central na implantação da reforma agrária, medida indispensável para resolver os problemas brasileiros. Os avanços tecnológicos não beneficiaram o trabalhador, que está perdendo espaço no campo, onde continua a concentração de pessoas pobres. "O trabalhador rural não tem estabilidade e a lei trabalhista não é aplicada, é contra tudo isso que temos de lutar", conclui.

Produção destrutiva – Ricardo Antunes desenhou

uma situação não menos preocupante para os jovens. "Vivemos num mundo onde a humanidade não conta. A sociedade capitalista tem a lógica da produção destrutiva, onde só importa produzir mais para vender e enriquecer", afirma. Depois de revelar um panorama mundial onde existem 260 milhões de desempregados, e o fechamento gradativo de postos de trabalho em vários setores da economia brasileira (como o metalúrgico e bancário), Antunes destacou que muitos dos desempregados são qualificados, e mesmo assim não estão inseridos no mercado.

Segundo o professor, os movimentos operários ganharam força na década de 60, mas com a crise da década de 70 as empresas reagiram e chegaram a afirmar que quebrariam a espinha dorsal dos trabalhadores, e realmente o fizeram. "Implantaram novas técnicas de gestão e produção, onde o trabalho humano foi colocado em segundo plano. Houve uma liofilização organizacional", afirma. Como exemplo citou a economia americana: "Há dez anos a



Guedes Pinto: "Uma colheitadeira substitui 300 pessoas no campo"



Antunes: traçando um panorama do desemprego urbano



Fotos: Néldo Cantani

A sem-terra e seu chimarrão: beleza, otimismo e convicção

General Motors era a maior empregadora dos EUA, com 400 mil funcionários. Hoje o maior empregador se chama Man Power, uma empresa de agenciamento de empregos que explora a mão-de-obra barata e não garante benefícios sociais."

Mudando o quadro de exploração

O senador Eduardo Suplicy, presente ao encontro na Unicamp com jovens do MST, criticou duramente a Justiça brasileira e as decisões que beneficiam os ricos e prejudicam os pobres. "Enquanto os trabalhadores sem terra estão sendo presos por lutarem para trabalhar, os banqueiros do Banco Nacional estão sendo soltos depois de desviarem bilhões do povo brasileiro", protestou, citando alguns episódios com trabalhadores rurais.

"Em Ágates, cinco trabalhadores do MST foram detidos. No Pará, os trabalhadores que ocuparam a fazenda de Jader Barbalho acabaram desalojados e vinte companheiros presos. Em Paulicéia, ocupantes de outra fazenda, onde já trabalhavam há alguns anos, foram expulsos pela polícia, enquanto o Incra admitia que o governo demorou em fazer a desapropriação. Em contraste, por decisão do STF, houve a libertação de seis pessoas do Banco Nacional que enriqueceram com o dinheiro que não é deles. Por terem advogados bem pagos, os diretores do banco estão em liberdade", criticou.

Segundo o senador, é possível criar instrumentos de política econômica que permitam mudar o quadro de exploração no Brasil. "Os instrumentos para uma melhor

distribuição de renda estão na reforma agrária, no orçamento participativo, no acesso aos meios de produção, do crédito, da educação pública em todos os níveis, da saúde pública e, sobretudo, na renda mínima que garanta a cidadania", detalhou.

Povo no governo – A **prefeita de Campinas, Izalene Tiene, transmitiu boas e más notícias para os jovens sem terra reunidos na Unicamp. As boas dão conta de que, no município, 53% das terras ainda pertencem à área rural e que grupos de desenvolvimento rural sustentado estimulam a produção de produtos orgânicos, que deverá ser destinada à merenda escolar. "Estamos 'deterceirizando' a merenda para dar oportunidade aos agricultores de vender sua produção, mais saudável", garantiu. Em parceria com a Ceasa, um programa de melhor aproveitamento e distribuição dos alimentos, com maior segurança alimentar, integra o projeto.**

As más notícias são de que a cidade tornou-se proibitiva para os jovens do campo. "Já conhecemos as consequências do abandono do meio rural, com jovens seduzidos pelo narcotráfico e vivendo em condições miseráveis na cidade. Precisamos de vocês

para reverter essa realidade. Precisamos mantê-los no campo porque a cidade não tem espaço para vocês", alertou.

Portas abertas – José Machado, prefeito de Piracicaba, afirmou em sua palestra que a Unicamp está assumindo o compromisso com a luta social no Brasil ao abrir as portas para os sem terra. "É possível combinar as gestões e as lutas sociais do nosso povo. O MST é o mais importante movimento social no Brasil, pela luta por reforma agrária", destacou. Machado lembrou que inúmeros movimentos vêm se somar a esse – como o dos ambientalistas, dos negros, das mulheres, dos idosos – e que essa luta combinada levou o PT ao poder em cidades importantes como Campinas, Santo André, Diadema, Araraquara, São Carlos e São Paulo.

"Não é fácil construir um governo democrático e popular, porque infelizmente a maioria do nosso povo é alienada. Neste ano teremos eleições para governadores e presidente, além de parlamentares, e é importante que os candidatos sejam comprometidos com governos populares, com a melhoria da distribuição de renda e criação de mais oportunidades para os trabalhadores", pregou o prefeito de Piracicaba.



Suplicy: "E os banqueiros estão soltos"



Izalene: estimulando produtos orgânicos



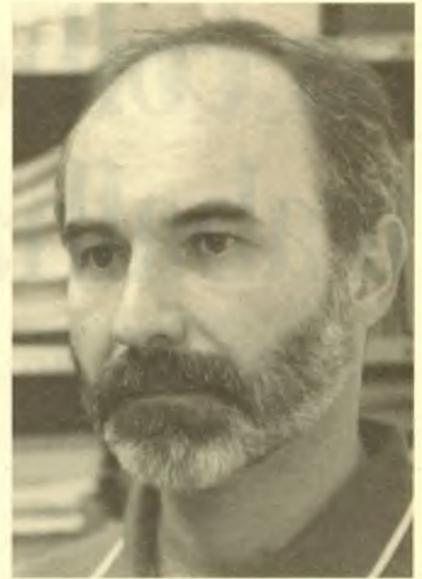
Machado: combinar gestões e lutas sociais

PESQUISA
PESQUISA

Uma década de avaliação docente na Unicamp



Ivan Chambouleyron, pró-reitor de Pesquisa



José Roberto de França Arruda: assessor da PRP

IVAN CHAMBOULEYRON*
JOSÉ ROBERTO DE FRANÇA ARRUDA**

A qualidade do ensino e da pesquisa de qualquer universidade espelha, em grande medida, a qualidade e o empenho do seu corpo docente. Portanto, para melhor cumprir sua missão uma instituição universitária precisa atrair pesquisadores e educadores talentosos, competentes e dedicados. Para isso é necessário oferecer boas condições de trabalho, bons salários e incentivos ao bom desempenho. O estabelecimento de uma política – que considere incentivos ao bom andamento das atividades-fim da instituição e que forneça subsídios para a correção de rumo naquelas áreas cujo desempenho está aquém do esperado – requer um conhecimento atualizado do desempenho de seus docentes. Ao longo

da última década a Unicamp conseguiu implantar e consolidar um sistema de avaliação individual que ajuda na solução de alguns dos males que a estabilidade precoce tem causado ao sistema universitário público nacional. O objetivo deste artigo, originalmente escrito para o Jornal da USP, é relatar a experiência do sistema de avaliação individual implantado na Unicamp, seu histórico e seus resultados, que são inegavelmente positivos. Antes de entrar na matéria, cabe enfatizar que sistemas obrigatórios de avaliação individual representam uma mudança cultural no contexto universitário brasileiro. Mesmo sendo absolutamente necessária, ela não se realiza sem contestação e discussão. A experiência da Unicamp indica que foi necessário pouco mais de uma década para que o sistema implantado se consolidasse. Hoje, a apresentação do relatório trienal de atividades faz parte da tradição docente da Unicamp.

HISTÓRICO

A avaliação docente na Unicamp teve início em 1979, com a solicitação aos docentes da Universidade de apresentação, a cada dois anos, de um Relatório de Atividades¹. Em 1986, o Reitor, com o objetivo de regulamentar a apresentação de relatórios de atividades docentes, tornando-o um instrumento efetivo de acompanhamento e avaliação do desempenho, resolveu² que os relatórios bienais de atividades deveriam abranger, principalmente, os seguintes elementos informativos: atividades didáticas, atividades de pesquisa, atividades de orientação, participação em congressos, simpósios, seminários, conferências, trabalhos publicados no período, trabalhos e pesquisa em andamento, atividades administrativas na universidade e colaboração com entidades e organismos externos. Cada relatório bienal era apreciado pelo Conselho Departamental a que estava ligado o docente e pela Congregação de sua Unidade antes de ser encaminhado à Comissão Especial de Contratos – CEC, e à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI³. A resolução previa que, caso as atividades fossem consideradas insatisfatórias, seria encaminhada proposta de rescisão do contrato de trabalho.

Em setembro de 1990, com o advento do Projeto Qualidade⁴, foi criada a Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional – CADI⁵, órgão diretamente subordinado ao Gabinete do Reitor, cuja presidência é exercida pelo Pró-Reitor de Pesquisa. São membros natos da CADI os demais Pró-Reitores da Unicamp e os Vice-Presidentes das Comissões Centrais de Graduação e de Pós-Graduação. O corpo principal da comissão é constituído por um representante titular e um suplente de cada um dos Institutos e Faculdades, escolhidos pelos respectivos Diretores, perfazendo um total de 24 membros. Cabe notar que o seu presidente não tem direito a voto. Os membros escolhidos pelos Diretores têm mandato de dois

anos, sendo permitida a recondução. Compete à CADI manifestar-se sobre: (a) admissões de docentes; (b) prorrogação de contratos docentes; (c) normas para ascensão por avaliação de mérito e análise de pedidos de promoção por mérito; (d) afastamentos de docentes por prazo superior a 90 dias; (e) processos seletivos para contratação docente; (f) análise dos relatórios de atividades docentes. A CADI manifesta-se, também, sobre as matérias relativas às carreiras docentes especiais, assim como à carreira de Técnico Especializado de Apoio à Pesquisa Cultural, Científica e Tecnológica – TPCT. Finalmente, compete à CADI a homologação das bancas externas que, a cada ano, atribuem o “Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Zeferino Vaz”⁶, do qual falaremos mais adiante.

O Relatório de Atividades passou, em março de 1991⁷, a cobrir um período de três anos, devendo ser apresentado de acordo com a data do aniversário do docente. Por esta regulamentação, os docentes da Parte Especial (com contratos com tempo determinado) devem também apresentar relatório quando da solicitação de renovação de contrato ou de mudança de categoria. A mudança do prazo de dois para três anos visou permitir uma avaliação menos sujeita a flutuações sazonais. A partir desta sistemática buscou-se, ainda, enfatizar a responsabilidade das diversas instâncias institucionais no acompanhamento do desempenho dos docentes perante a Universidade e desta perante a sociedade.

Em 1994, após levantamento realizado pela CADI quanto ao número de relatórios de atividades que deveriam ter sido entregues para análise da comissão, verificou-se que 60% dos relatórios não haviam sido apresentados. Isto fez com que a administração tomasse providências, submetendo ao Conselho Universitário (CONSU) uma proposta que dispunha sobre a obrigatoriedade de apresentação de Relatórios de Atividades⁸.

O formulário do relatório de atividades sofreu, ao longo destes últimos anos, alterações que o aperfeiçoaram. Em 1998, uma nova versão do formulário foi preparada com sugestões apresentadas pelas unidades de ensino e pesquisa

através da CADI e pela Comissão Central de Graduação – CCG. A partir de então, a CADI passou a solicitar pareceres circunstanciados dos Coordenadores das Comissões de Graduação e Pós-Graduação⁹. Cabe mencionar que o relatório de atividades é inicialmente gerado de forma automática com dados extraídos do Sistema de Informação sobre Pesquisa, Ensino e Extensão da Unicamp – SIPEX. O docente pode complementar estes dados editando um arquivo gerado pelo sistema.

Em agosto de 1999, a CADI, após novo levantamento realizado, verificou que 150 relatórios de atividades não haviam sido entregues nas datas solicitadas. Por conta disso, a Reitoria resolveu¹⁰ que os relatórios já cobrados pela CADI deveriam ser encaminhados dentro do prazo improrrogável de 30 dias; caso contrário, o regime de trabalho dos docentes envolvidos seria automaticamente reduzido para Regime de Turno Completo (RTC) ou Regime de Tempo Parcial (RTP)¹¹. Hoje, não mais existem relatórios não entregues para análise da CADI.

COMO É FEITA A ANÁLISE DOS RELATÓRIOS

No tocante à tramitação, o relatório trienal do docente é submetido inicialmente ao seu departamento, que deve emitir um parecer circunstanciado analisando detalhadamente o desempenho do docente no ensino e na pesquisa. O relatório e o parecer circunstanciado do departamento são, então, encaminhados à Congregação da Faculdade ou Instituto que, por sua vez, emite parecer. Esta fase de avaliação do relatório dentro da própria unidade do docente é de fundamental importância, pois irá fornecer um forte subsídio para a análise no âmbito da Universidade. Ela deve ser completada num prazo de, no máximo, 180 dias, após o qual o relatório é encaminhado à CADI. O parecer final da CADI é anexado ao processo de vida funcional do

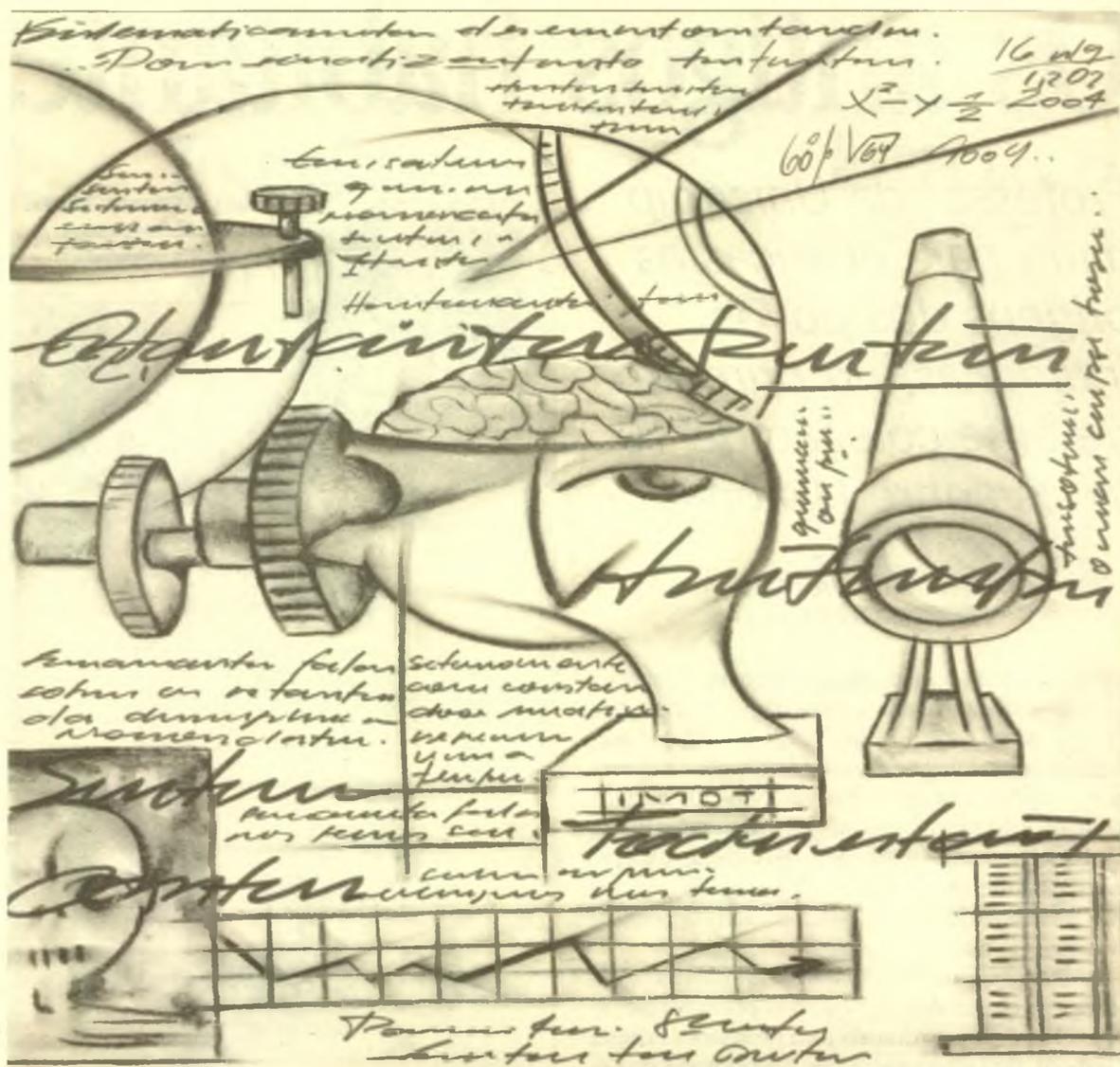
PESQUISA
PESQUISA

interessado, a quem é dada ciência.

Devido a sua importância central no processo de avaliação, convém descrever como é feita a análise na CADI. A UNICAMP tem quatro grandes áreas de atuação. São elas: biomédicas (medicina, odontologia, biologia e educação física); tecnológicas (engenharia mecânica, elétrica, química, civil, de alimentos, agrícola e arquitetura); exatas (matemática, física, química e geologia); e humanas e artes (educação, ciências humanas e filosofia, estudos da linguagem, economia e artes). Cada relatório de atividades é encaminhado a um relator, membro da CADI e pertencente à mesma área que o docente autor do relatório, mas não à mesma unidade de ensino e pesquisa. Este relator não pode ter titulação inferior àquela do docente avaliado. O relator produz um parecer circunstanciado sobre o relatório, o qual é analisado em plenário. Para isso, o relator se baseia na própria opinião que ele tem do que é satisfatório para um professor da mesma área e nos perfis docentes que cada unidade estabelece para os diferentes níveis da carreira. Estes perfis têm a aprovação do CONSU. Na imensa maioria das vezes o parecer é positivo e não merece nenhum destaque. Mas, caso o relator tenha dúvidas que precisem ser esclarecidas pelo representante da unidade do autor do relatório em apreço, ou se ele julgar que as atividades desenvolvidas são insuficientes, ele solicita o destaque do processo. Destaques aos processos em pauta podem ser feitos por qualquer membro da CADI. Os processos destacados são discutidos em plenário, com a participação de todos os membros da CADI. Interessa salientar, neste ponto, que a discussão numa comissão da universidade coloca a questão da avaliação do mérito longe de pressões corporativas que poderiam se manifestar em um nível mais próximo do interessado, como o departamento ou a unidade. Ela também permite uma melhor homogeneização dos perfis pretendidos em cada nível de carreira.

Após anos de avaliação individual, já há estatísticas significativas sobre a sua consequência no acontecer acadêmico. A análise destes dados permite fazer algumas considerações de cunho geral. Grosso modo, 95 a 96 % dos relatórios não apresentam nenhum tipo de problema e são considerados satisfatórios pela CADI. Em 3 a 4 % dos casos, a CADI faz recomendações e sugestões que norteiam os interessados quanto aos pontos fracos encontrados, que devem ser observados quando dos próximos relatórios. As recomendações apontam geralmente no sentido da necessidade de maior empenho na publicação das pesquisas em revistas arbitradas - algumas vezes mais especificamente em periódicos indexados de circulação internacional - e maior envolvimento em atividades de ensino de graduação, pós-graduação ou atividades de orientação. Cerca de 1% dos relatórios de atividades analisados são considerados insatisfatórios. Os relatórios não aprovados na CADI vão à CPDI, que delibera sobre a permanência ou não do docente no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa - RDIDP¹² após ouvir, se necessário, o docente e sua chefia imediata. Para garantir ampla possibilidade de defesa ao docente cujo relatório teve problemas nas várias instâncias, o sistema prevê a possibilidade de recurso, que deve ser feito junto às Câmaras de Administração e de Ensino e Pesquisa do CONSU.

No sentido de estender o processo de avaliação



às outras carreiras que envolvem atividades de ensino e pesquisa, estimulando toda a comunidade a prestar contas de suas atividades, a CADI, juntamente com os representantes das áreas, discutiu e aprovou, em maio de 2001, a entrega de relatórios por parte dos docentes das Carreiras Especiais, que são o Magistério Artístico (MA), o Magistério Tecnológico Superior (MTS), o Magistério Secundário Técnico (MST), os Docentes em Educação Especial e Reabilitação (DEER) e os Docentes em Ensino de Línguas (DEL). Com isso, a CADI acredita ter concluído a institucionalização dos relatórios de atividades na Universidade.

As atividades relacionadas nos dois últimos relatórios trienais, ou seja, num período de seis anos, permitem aos docentes com destacada atuação em ensino e pesquisa concorrer ao Prêmio de Reconhecimento Acadêmico "Zeferino Vaz". Este prêmio, distribuído anualmente, contempla 1% dos docentes da UNICAMP. Ele consiste de um diploma e um prêmio em pecúnia, e é entregue no CONSU em solenidade presidida pelo Reitor.

OS RESULTADOS

O impacto positivo do sistema de avaliação individual na produção científica, tecnológica, humanística e artística da UNICAMP é notável. Segundo levantamento feito junto ao *Institute for Scientific Information (ISI)*, Filadélfia, EUA, o número de publicações de pesquisadores afiliados à UNICAMP indexadas nessa base de dados passou de 684 em 1995, quando o número de docentes da universidade era de 2.005, para 1.394 em 2000, com

um número de docentes reduzido para 1826. Isto significa que o número de artigos indexados pelo ISI por docente passou de 0,34 para 0,76/ano em apenas cinco anos, apontando uma tendência de contínuo crescimento. Este resultado pode certamente ser atribuído, pelo menos em parte, ao sistema de avaliação individual da Universidade. E não foi apenas a produção científica que melhorou tanto quantitativa como qualitativamente. O número de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento sofreu aumento parecido. Também a avaliação dos cursos de graduação feita pelo Exame Nacional de Cursos de graduação apontou progressos notórios, levando a UNICAMP, em 2001, a ter a melhor avaliação entre as universidades do país, o mesmo ocorrendo em relação à avaliação da pós-graduação feita pela CAPES.

O sistema de avaliação individual hoje em vigor na UNICAMP é, sem dúvida, um dos mais avançados do país. Somado aos mecanismos de avaliação externa dos cursos de graduação e pós-graduação e à avaliação dos professores pelo corpo discente, este sistema vem trazendo resultados significativos para a universidade em sua busca constante para atingir os melhores padrões de excelência acadêmica.

Campinas, 11 de março de 2002

* Ivan Chambouleyron é Pró-Reitor de Pesquisa da Unicamp
** José Roberto de França Arruda é assessor do Pró-Reitor de Pesquisa Assessor do Pró-Reitor de Pesquisa

¹ A Informação SG-1 nº 781/79 relata a aprovação da resolução do Conselho Diretor da UNICAMP, em sessão de 21/8/1979.

² Portaria GR nº 112/86, publicada no D.O.E. de 23/4/1986, que posteriormente teve seu artigo 2º regulamentado pela Portaria GR nº 290/86, publicada no D.O.E. de 10/9/1986.

³ Criada mediante decreto estadual nº 50206 de 15/8/1968, publicado pelo D.O.E. de 16/8/1968, com retificação no D.O.E. de 17/8/1968, teve seu regimento interno fixado em portaria GR nº 129/79 de 20/12/1979.

⁴ Deliberação CONSU nº 297/90.

⁵ Criada pela Portaria GR nº 232/90, publicada no DOE em 30/11/1990, que teve nova redação pela Portaria GR nº 101/92, publicada no D.O.E. de 10/9/1992, que teve dispositivo alterado pela Portaria GR nº 45/94, publicada no D.O.E. de 3/5/1994, e nova redação pela Portaria GR nº 35/91, publicada no DOE em 6/3/1991.

⁶ Portaria GR nº 232/90, publicada no DOE em 30/11/1990.

⁷ Inicialmente por simples regulamentação da Reitoria e, a partir de 21 de dezembro de 1993, pela Deliberação CONSU-A-28/93.

⁸ Deliberação CONSU-A-28/93, de 21 de dezembro de 1993

⁹ Ofício Circular CADI-004/98

¹⁰ Resolução GR-116/99

¹¹ Artigo 4º da Deliberação CONSU-A-28/93.

¹² Deliberação CONSU-A-25/93, de 30/11/93, substituída depois pela Deliberação CONSU-A-02/01, de 27/03/01.



Os antigos habitantes do Brasil

Professor da Unicamp narra para crianças as origens dos povos indígenas, no primeiro de uma coleção de 10 livros sobre História

TATIANA FÁVARO
tatianafavaro@bol.com.br

Qual criança trocaria a descoberta de um segredo ou atalho no jogo de videogame por saber o que é uma içaçaba? De imediato, seria difícil convencê-la. Mas com a didática e simplicidade aplicadas no livro "Os antigos habitantes do Brasil", escrito pelo historiador Pedro Paulo Funari e editado pela Fundação Editora Unesp, conhecer a história e a origem dos povos que habitavam este país antes mesmo de ele ser descoberto se torna divertido.

Lançado em janeiro, "Os antigos habitantes..." é o primeiro volume dos dez que compõem a coleção Nossa História, coordenada pela professora Ernesta Zamboni, do Departamento de Metodologia de Ensino da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. Os textos de todos os livros foram padronizados e adaptados pelo escritor de livros infantis Luis Galdino à linguagem do público alvo (infantil e infanto-juvenil, entre 7 e 11 anos, segundo Ernesta).

Com texto fácil de ler – apesar da gama de dados – e muito bem ilustrado pela artista gráfica Isabel Voegeli Stever, a obra leva uma outra vertente da pré-história aos bancos escolares. "Os livros para crianças que existem sobre esse período contam, basicamente, a pré-história universal", diz Funari, professor do Departamento de História da Unicamp. Sobre a origem dos povos que viveram no Brasil antes da descoberta em 1500, há apenas uma outra obra voltada a essa faixa etária: "Os primeiros habitantes do Brasil", de Norberto Luiz Guarinello, que é indicado na seção "Livros para consultar", na penúltima página da obra de Funari.

Doutor em arqueologia desde 1990, o professor e autor do primeiro volume da coleção Nossa História afirma que detalhar, de forma didática, desde as prováveis origens dos povos indígenas até seus hábitos, gostos, heranças e formas de manifestação é uma maneira de incentivar o aprendizado sobre o assunto, quase esquecido nas instituições brasileiras. É, sobretudo, uma tentativa de substituir as informações responsáveis pela construção da imagem caricata e padronizada do índio pelo conhecimento da cultura de povos cujo sangue corre nas veias de mais de 40 milhões de brasileiros. "Nas séries primárias quase não se ensina o tema".

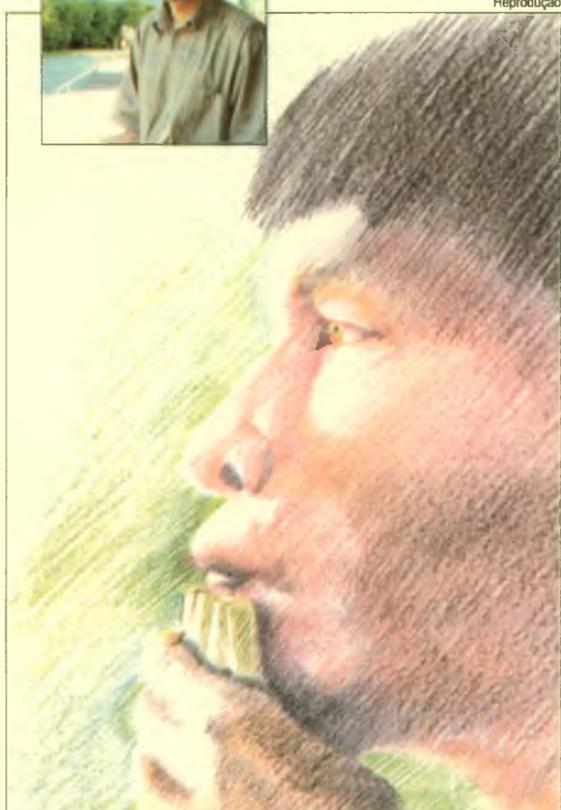
Origens – Alguns estudiosos acreditam que os índios possam ter origens asiáticas, por conta dos traços comuns aos de chineses e japoneses – cabeços lisos, poucos pêlos, olhos puxados. Uma das explicações encontradas no livro de Funari para a saída desses povos rumo à América do Sul é a travessia pelo Estreito de Bering, já que o nível das águas era mais baixo e os orientais poderiam ter atravessado a passagem a pé. "Uma minoria de especialistas acredita que esses povos poderiam ter vindo pelo Pacífico, da Oceania", diz o pesquisador.

Segundo Funari, muito se perdeu da História. "Uns 99%", diz, pois o que se preservou foram cerâmicas, pedras e pinturas nas cavernas. "Mas das danças, casas e costumes do cotidiano restou quase nada", lamenta.

Apesar das controvérsias sobre a data de chega-



Funari, da Unicamp: "Nossas crianças conhecem somente a pré-história universal"



da dos primeiros habitantes ao Brasil, Funari afirma que, seguramente, já havia povos vivendo nas terras brasileiras há pelo menos 10 mil anos. "Há teorias sobre a vinda de africanos há 40 mil anos, de mongolóides há 20 mil anos. Até 80 mil anos eu acho aceitável, embora não existam dados seguros".

Fotos de instrumentos utilizados para caça, a história dos sambaquis, a importância da pedra e da cerâmica, o gosto pela pintura, as raridades perdidas, a reconstrução do ambiente terrestre, os deveres dos grupos indígenas, seus costumes, sua língua e seu dia-a-dia são mostrados em textos e ilustrações em "Os antigos habitantes do Brasil".

Entrelinhas – O incentivo ao estudo da Arqueologia é, por fim, a mensagem escrita nas entrelinhas da obra do professor. Apesar de ainda não vingar nos currículos das universidades, por ser uma ciência cara e pouco divulgada, trata-se de uma tarefa bastante envolvente, segundo Funari. "Mas é bom lembrar que vivemos num país em que o acesso à educação não é fácil. O número de pessoas que vai para a universidade é restrito e isso se agrava quando falamos em pós-graduação", lamenta. "Uma pena".

Ah, e a içaçaba? O grande pote de cerâmica utilizado por nossos primórdios para conservar o cauim (cerveja de milho), e que quando ficava velho servia como urna funerária para guardar restos mortais e impedir seu contato com o chão, é apenas uma das tantas curiosidades relatadas no livro do professor Funari.

Tabela cronológica

	Há mais de 10 mil anos já havia homens vivendo no Brasil.		A cerâmica já era conhecida há 7 mil anos, sendo portanto tão antiga quanto as mais antigas do mundo.
	Entre 15 e 8 mil anos atrás o clima frio foi se tornando mais quente; por volta de 7 mil anos, o clima ficou mais parecido com o que temos hoje.		Os homens começaram a cultivar alimentos há 7 mil anos.
	As pinturas nas cavernas começaram a ser feitas por volta de 10 mil anos.		O Brasil já estava quase todo ocupado há 5 mil anos.
	Os sambaquis (montes de conchas) foram formados no período entre 8 e 2 mil anos.		É possível que os tupis-guaranis, principais habitantes encontrados pelos portugueses, já estivessem aqui há mais de 2 mil anos.

Coleção Nossa História

Idealizadora da coleção Nossa História, a professora Ernesta Zamboni se baseou em exemplos europeus para apresentar textos mais densos sobre História às crianças. "Para tanto, tivemos o cuidado de obter um material bem ilustrado, com cópias fiéis de objetos de museus, e um projeto gráfico leve e bonito, desenvolvido por Mari Pini", diz a coordenadora do trabalho. "Na Europa, vi muitos livros com textos historiográficos para essa faixa etária e pensei em como o ensino aqui é carente desse tipo de incentivo".

Os dez livros, produzidos por pesquisadores, historiadores, arqueólogos e especialistas em algumas particularidades da História, têm o objetivo de incentivar a leitura, o conhecimento sobre as próprias origens, servir de complemento no aprendizado e preparar melhor os estudantes para um futuro não tão distante, segundo Ernesta.

Ela ressalta, nesse processo, a participação da Fundação

Editora Unesp. "Queremos que esses alunos cheguem às universidades melhor preparados para ler, aprender, pesquisar, buscar informações complementares", afirma. "E a editora inovou, abrindo espaço para publicar, além de ensaios e livros acadêmicos, textos para o público infantil e juvenil".

O lançamento de outros dois volumes da coleção Nossa História está programado para meados deste ano. Histórias sobre o mar português e o Brasil imperial serão os temas das obras dos professores Paulo Micelli e Lara Lis Schiavinatto, ambos da Unicamp.

SERVIÇO

"Os Antigos habitantes do Brasil"
De Pedro Paulo Funari
56 páginas – Preço: R\$ 16,00
Edição: Fundação Editora Unesp – (11) 3242-7171
Co-edição: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Jornal da Unicamp **caderno** ESPECIAL 1

Reprodução



À esquerda,
Maria Pureza,
a Purezinha,
esposa de
Lobato, no
traço do
próprio escritor

À direita, um
desenho da
neta Joyce,
também feito
por Lobato



Familiares doam à Unicamp o acervo pessoal do autor de "Sítio do Picapau Amarelo", com preciosidades que estão sendo disponibilizadas ao público

Um pedaço de papel onde se embrulhou um sanduíche foi suficiente para que Monteiro Lobato espremisse a letra e fizesse sua declaração de amor. Às escondidas e sempre alerta, pois afinal de contas estava escrevendo numa cela de solitária, em pleno Estado Novo. Caprichou na caligrafia, apesar da dificuldade para derramar tanta paixão em espaço tão pequeno. Confissões, explicações, arrependimento. E o desespero da incomunicabilidade, pena de morte para quem sempre escreveu, fotografou, pintou, discursou, editou, liderou movimentos e sonhou com o progresso.

A mistura de sentimentos oscilando naquele cubículo — vontades comuns dele e dela, a tentativa de vencer o isolamento — fez desta carta de Lobato a Maria Pureza da Natividade uma obra de arte. Produto da prisão em 1941, o pedaço de papel de embrulho integra o acervo pessoal do escritor, um vasto tesouro doado à Unicamp em novembro de 2001 e que está à disposição do público, como convite a um mergulho em boa parte da história cultural e política do Brasil.

A declaração de amor a Purezinha, feita em situação mais que adversa, é um dos tantos documentos guardados pela mulher que amou e acompanhou Lobato até o fim de sua vida — ele morreu em 4 de julho de 1948. Outras correspondências, de 1906, 1907 e 1908 (ano em que se casaram) demonstram o carinho e o cuidado com cada lembrança do namorado, então promotor da pequena cidade de Areias. Envolvidas em papel celofane e com as bordas alinhavadas à mão — mas com a precisão de uma máquina de costura —, as mensagens foram assim, singelamente, guardadas pela moça, para se tornarem parte da herança deixada à família, agora sob os cuidados da Unicamp.

LOBATO É NOSSO



Foto: Antônio Henri

Foto: Antoninho Perri



A incorporação

Na foto à esquerda, cerimônia realizada em 5 de dezembro último, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), quando o Centro de Documentação "Alexandre Eulálio" (Cedae) passou a contar com o maior acervo lobatiano do Brasil. Presentes, da esquerda para a direita: professora Marisa Lajolo, vice-reitor Fernando Galembeck, bibliófilo José Mindlin, reitor Hermano Tavares, diretor do IEL Luiz Carlos Dantas, Jerzy Kornbluh (marido de Joyce Campos, neta do escritor) e professor Paulo Sérgio Vasconcelos. Na foto abaixo, carta de amor de Lobato a Purezinha, escrita em papel de embrulho na solitária, durante o Estado Novo.

Foto: Antoninho Perri



A negociação e a garimpagem do

TESOURO

No contrato com o Cedae, familiares pedem organização dos documentos pessoais de Lobato em cinco anos

TATIANA FÁVARO
tatianafavaro@bol.com.br

Foram quase dois anos de negociação entre Unicamp e os familiares de Monteiro Lobato. Tempo curto para a doação — e não comercialização — de um acervo tão rico e importante para a história da literatura brasileira, ao Centro de Documentação Cultural "Alexandre Eulálio", do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). "Quando a família manifestou o interesse em doar o material para a Universidade, quase caímos de costas", lembra Flávia Carneiro Leão, supervisora do Cedae.

Por enquanto, é um acordo de comodato, com promessa de doação. Uma cláusula do contrato determina que, se em cinco anos os documentos não estiverem organizados, os familiares terão autorização para retomá-los. "Isso não vai acontecer. Não só porque já estamos trabalhando com o acervo, mas também porque apresentamos um projeto à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que foi aprovado, solicitando recursos para a organização desse tesouro. A partir deste ano teremos apoio para cuidar do material", explica Flávia.

Igualmente com dinheiro da Fapesp, foram compradas, em 1999, muitas das primeiras edições das obras de Lobato. A chamada Coleção Biblioteca Lobatiana é composta por obras do autor e referentes a ele, traduções de livros feitas por ele e de autores como Rudyard Kipling, Grimm, Andersen,

Jack London, além de correspondências, aquarelas, revistas, adaptações de sua obra, almanaques e folhetos.

A pesquisadora Cilza Bignotto, utilizando verba de reserva técnica disponibilizada pela Fapesp, também adquiriu raridades encontradas nas mãos de um vendedor ambulante, na cidade de Santos (veja matéria na página 4). Cilza teve a sorte de descobrir a mina quando concluía seu mestrado, sob orientação da professora Marisa Lajolo, conhecida nos corredores do IEL como imbatível "lobatóloga".

Foi na mostra organizada para anunciar a chegada desta coleção encontrada na Baixa Santista, que a neta do escritor, Joyce Campos, e seu marido Jerzy Kornbluh, demonstraram interesse em doar o acervo guardado na residência do casal, no Jardim Paulistano, em São Paulo.

Segundo Joyce, caso o acordo seja cumprido, o restante da herança deixada por Lobato, que ficou nesta casa da Capital, também será doado à Unicamp. O que inclui, além de algumas fotos, aquarelas e livros que não chegaram ao Cedae na primeira remessa, a mobília da Fazenda Buquira, propriedade próxima a Taubaté, que Lobato herdou em 1911 com a morte de seu avô, José Francisco Monteiro, o Visconde de Tremembé.

Riqueza — Decidida a doação, deu-se início ao que pode ser chamado de garimpo. A supervisora do Cedae, Flávia Carneiro Leão, passou a frequentar a residência

de Joyce e Jerzy para preparar a transferência do acervo para a Universidade. Separar, acondicionar, listar e organizar são verbos que Flávia conjugou ininterruptamente, por quase dois meses a fio. "Esse é um momento importante do trabalho, o da transferência dos documentos, o de como você encontra o acervo, observando quais documentos estão juntos ou separados. Parece simples, mas exige cuidado extremo, pois é nesta fase que informações podem ser perdidas", explica.

A mesma surpresa que tomou conta de Flávia durante o contato com o acervo vai se transferir aos visitantes do Cedae. "É um tesouro incrível. Meu conhecimento sobre Lobato era o mesmo da maioria das pessoas: vinha de leituras de criança, do Sítio do Picapau Amarelo, do que se sabe sobre a vida dele quando se estuda literatura na escola", recorda a supervisora.

A multiplicidade admirável de uma personalidade extremamente ativa do Lobato político, editor, pintor, desenhista, tradutor, fotógrafo, documentalista, progressista, encantou Flávia Leão. Entre os documentos há registros do menino José Renato Monteiro Lobato, nascido em 18 de abril de 1882, em Taubaté. Juca, como era tratado mesmo depois de mudar seu nome para José Bento, em cada pequena obra já mostrava seu potencial. Ele foi para a Faculdade de Direito em 1900. Ali começou a desempenhar sua história política e literária, liderando grupos como o Arcádia Acadêmica e O Cenáculo, até tornar-se figura inesquecível no País.

'Matado' por Mário de Andrade

De espírito arrojado e olhar atento às oportunidades, Monteiro Lobato munia-se sempre da ironia. Quando foi nomeado adido comercial brasileiro em Nova York, para onde se mudou em 1927, continuou mantendo contato com os escritores Oswald e Mário de Andrade. Com Oswald, preservou uma relação cordial, que jogou por terra a insinuação de rixa entre os modernistas. Quanto a Mário, não se pode dizer o mesmo.

Naquele ano de 27, com a saída do país de Lobato, Mário de Andrade mandou publicar uma nota de óbito com o nome do rival, em um jornal brasileiro. Dos EUA, então em 1930, Lobato mandou carta a Mário, oferecendo-lhe a chance de publicar "Macunaíma" fora das terras brasileiras. Sarcástico, escreveu que o colega modernista não deveria se assustar com a carta "vinda d'além túmulo".

"(...) Há de tudo na vida, até mortos que escrevem cartas aos matadores. O que me traz é um livro seu, Macunaíma. Tenho cá um editor que deseja conhecê-lo, com palpite de que a coisa é editável em inglês (...). Se achar que um morto pode representar um vivíssimo, mande também a autorização para eu tratar com o homem. É incrível como dá voltas o mundo! Vou eu ajudar Mário a publicar-se neste país e ajudar na produção. Vou sair da cova só pra isso. Depois me recolherei de novo, porque não existir é a delícia das delícias, meu caro Mário. Hurry up. Manda logo dois exemplares. Depressa. De seu matado, Monteiro Lobato".

Algumas pérolas do acervo de Lobato

- Convite de casamento de Monteiro Lobato com Maria Pureza da Natividade, em 28 de março de 1906.
- Cartas de amor trocadas com Purezinha, como ele chamava a mulher.
- Carta de Oswald de Andrade, mostrando a proximidade entre ele e Lobato.
- Cartas de escritores que tiveram obras editadas por Lobato, como a de Chrysanthémi, feminista da década de 20.
- Cartas de Érico Veríssimo, admirador de Lobato.

- Cartas de Belmont, ilustrador de grande parte das obras do escritor.
- Aquarelas, nanquins, desenhos.
- Fotos de Purezinha.
- Edição de "O Minotauro" corrigida a lápis pelo escritor (há páginas inteiras canceladas por ele e, na capa, uma pequena indicação: "revisto por Monteiro Lobato").
- Originais de contos sobre Pedrinho.
- Cartas com ilustrações (Lobato sempre fazia para Purezinha um desenho do local onde se encontrava).

- Livros da biblioteca pessoal, obras com dedicatórias, como a de Olavo Bilac.
- Foto da festa de formatura da neta Joyce Campos, em São Paulo, na qual foi encenado o "Sítio do Pica Amarelo", em 1940.
- O primeiro desenho do Saci, feito por Lobato.
- Fotos da campanha do petróleo.
- Reproduções de ilustrações em que são retratados o Visconde de Tremembé, avô de Lobato, e Maria Belmira de França, a avó viscondessa.
- Desenho feito por Lobato ainda menino,

- com lápis de cor.
- Foto de um ex-escravo da Fazenda Buquira, herdada em 1911 por Lobato, depois da morte do Visconde de Tremembé.
- Pintura reproduzindo a filha Marta ainda criança.
- Carta escrita a Purezinha na solitária, em papel de pão, durante o Estado Novo.
- Correspondências trocadas com Mário de Andrade.
- A biblioteca do escritor.

Outras aquisições

O Cedae foi fundado no início da década de 80, a partir da doação do acervo do professor Alexandre Eulálio, que foi professor do departamento de Teoria Literária na Unicamp. Sua documentação é diversificada, contendo, entre outros temas, documentos sobre a monarquia no Brasil, principalmente sobre a família imperial. “Ele pretendia escrever um trabalho sobre a monarquia brasileira, mas morreu antes disso, deixando um conjunto de documentos muito importante. Esse material está reunido, organizado e disponível”, explica a supervisora Flávia Carneiro Leão.

Também na década de 80, o Cedae adquiriu a primeira parte do acervo de Oswald de Andrade e, na década de 90, uma segunda parte, comprada da família. No Centro ainda estão guardados projetos e pesquisas desenvolvidos por professores do IEL, além de acervos das principais associações lingüísticas como: Associação de Lingüística e Filosofia da América Latina, Associação Brasileira de Lingüística, Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Lingüística e do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo.

Entre os acervos ligados à literatura, podem ser encontrados no Cedae os arquivos sobre Menotti Del Picchia, Hilda Hilst e Bernardo Elis (regionalista contemporâneo de Guimarães Rosa), entre outros. “Ao longo dos anos, o Cedae foi crescendo com as doações e novas aquisições. Hoje temos uma grande variedade de documentos: manuscritos, áudios, microfimes, vídeos, obras de arte, fotografias...”, enumera Flávia.

O Cedae realiza, em média, quatro exposições por ano. Pela Internet também é possível conhecer um pouco das realizações da equipe. O site do Centro está sendo reformulado e, para acessá-lo o internauta deve digitar www.unicamp.br/iel/cedae

Cuidados artesanais tomados pela equipe da Unicamp influenciaram para que a família decidisse pela doação

Foto: Antoninho Perri



Flávia, supervisora do Cedae: trabalho artesanal, livro a livro, folha a folha, que conquistou a confiança da família de Lobato

Veja como é feito o trabalho no Cedae

D

TATIANA FÁVARO

tatianafavaro@bol.com.br

epois de abandonar a promotoria em Areias, colaborar com jornais como *O Estado de S. Paulo*, fundar a revista *Paraíba* (1917) e as editoras Monteiro Lobato & Cia. (1918) e Companhia Editora Nacional (1925), e de atuar como adido comercial em Nova York (1927), o escritor iniciou o trabalho da Companhia de Petróleo do Brasil (1931). Para a maioria desses períodos existem registros devidamente conservados em seu arquivo pessoal. “Há fotos surpreendentes, como as que mostram terrenos no Mato Grosso durante a campanha do petróleo. A vastidão lembra o Texas. O apuro das aquarelas, o jeito de documentar fatos, a ilustração em cartas, as fotografias que tirou dos familiares... É tudo muito bonito”, comenta Flávia Carneiro Leão, supervisora do Cedae.

Para garantir a doação de fato por parte dos familiares, a equipe da Unicamp vem trabalhando no processamento detalhado do material. “Quando você encontra um acervo, nem tudo é de interesse. A gente inicia o trabalho relatando se os documentos são originais ou cópias, se as fotografias são originais ou reproduções, se têm negativos ou não, quantos são os documentos; se há alguma datação, se possuem algum tipo de identificação, se estão acompanhadas de algum outro documento relevante.

No momento de incorporação de um acervo, isso é necessário porque a avaliação vai ser baseada nessa descrição, assim com o controle sobre

os documentos. Já no caso de Lobato, nós não fizemos qualquer seleção da documentação encontrada, trouxemos tudo o que a família se propôs a doar. Ficaram poucas coisas com eles, mas que serão doadas posteriormente”, conta Flávia.

Este cuidado e seriedade no trabalho do Cedae foram um dos motivos que levaram os familiares a doar o acervo lobatiano para a Universidade. Flávia explica que este trabalho é praticamente artesanal. Quando chega o acervo, a primeira medida é a comparação de todo o material com a lista do mapeamento feita no local de origem. “Até que se inicie o processo de catalogação, nada pode sair do lugar. Isso porque o fato de as coisas estarem, por exemplo, numa mesma caixa ou gaveta, pode implicar informações sobre aqueles documentos, que neste primeiro contato pouco conhecemos”.

Segundo Flávia, este é um momento delicado. “Temos de ter extremo cuidado para que não se perca qualquer informação. Se você a perde, fica somente o objeto. E a gente não trabalha com o objeto, mas com a história”. Depois da conferência, começa a limpeza do material, para desinfecção. Toda a documentação em papel vai para dentro de sacos plásticos com CO2 e fica em “quarentena”. “Se eliminamos o oxigênio, tudo o que é ser vivo não sobrevive e, com isso, matamos os bichos que possam estar nos livros”, explica a supervisora.

O passo seguinte é a limpeza mecânica. “Às vezes encontramos ovinhos que não morrem com o gás e permanecem em lombadas de livros”. O chamado pente fino tem o objetivo de impedir que outros seres vivos apareçam. É um trabalho página a página, livro a livro. “É artesanal, demanda tempo, mas necessário, pois esses bichos têm uma capacidade de hibernação enorme, podem durar meses. E, num belo dia, você resolve abrir as pastas e eles comeram os papéis”.

Ansiedade – Todo esse processo é classificado pelo Cedae como pré-requisito mínimo. “Dá uma ansiedade tremenda, nas pessoas que não tiveram contato com os arquivos durante o mapeamento, em conhecê-lo. Querem folhear, ver o que tem, curtir o material, mas todos devemos obedecer as regras”, diz Flávia.

Terminada a etapa de limpeza, vêm as de conservação e de acondicionamento. Enumera-se a

quantidade de documentos, indicando aqueles que precisam ser encadernados, reparados e reestruturados – é quando se separa a documentação rasgada, manchada, com problemas mais sérios de conservação. “Fazemos a conservação preventiva, trabalhamos pouco com restauros. Removemos colas, durex, fitas, cliques metálicos que estejam junto com o material e fazemos pequenas intervenções”, explica a supervisora. “Então, montamos cada envelope, cada pastinha, tudo manualmente. A organização vai acontecendo paralelamente, quando começamos a pesquisar sobre o titular do acervo, sua biografia, a estabelecer uma cronologia, a situar a documentação dentro de sua vida. Depois desta fase, iniciamos a descrição de cada um dos documentos para que os pesquisadores possam ter acesso ao acervo”.

O acesso à documentação do Cedae é público e livre, desde que a pessoa siga algumas normas internas. Nada pode ser retirado da sede, havendo ainda outras condições: os documentos não devem ser xerocopiados, como medida de conservação ou por restrição de direitos autorais. “O objetivo maior da preservação de um acervo é torná-lo acessível ao público”, finaliza a supervisora do Centro.

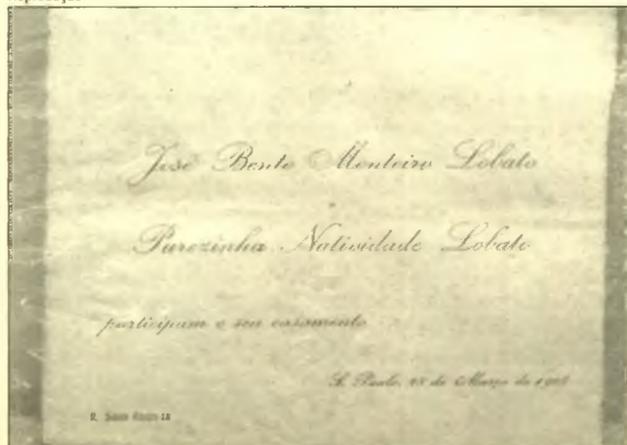


Saci Pererê, personagem da cultura popular: primeiro desenho, feito por Lobato

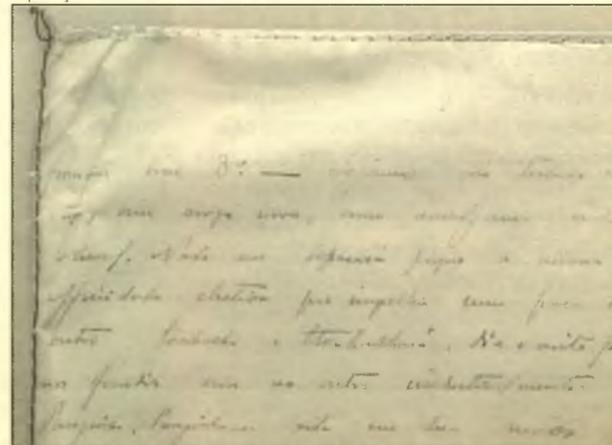
Carta de Lobato a Purezinha: bordas alinhavadas a mão

Convite de casamento de Lobato e Purezinha: conservado em celofane

Reprodução



Reprodução



Tão bisbilhoteira quanto Emília

Pesquisadora conta como descobriu raridades de Lobato num velho porão em Santos

TATIANA FÁVARO
tatianafavaro@bol.com.br

Curiosidade de Emília. Foi esta característica da jornalista e pesquisadora Cilza Bignotto uma das principais alavan-

cas - se não a principal - no processo de negociação e doação do arquivo pessoal de Monteiro Lobato ao Cedae. Em 1997, quatro anos depois de se formar em jornalismo, ela decidiu que não era esse o caminho a seguir na vida. Queria voltar a estudar, de preferência na Unicamp. Como a primeira oportunidade de contato com a Universidade era um concurso para a vaga de técnica em informática, não hesitou. Fez a prova, passou e logo estava se enveredando nas trincheiras da pesquisa literária, pelas mãos da professora Marisa Lajolo, que lhe deu a oportunidade de construir um site dentro do Projeto Memória de Leitura.

Três anos depois, Cilza prestou novo concurso, desta vez para o mestrado em Teoria Literária. Não teve dúvidas na hora de escolher o tema para seu projeto: Monteiro Lobato. Lembrou-se de quando, ainda menina, puxou da estante da biblioteca de Santa Bárbara D'Oeste, sua cidade natal, o livro "Negrinha". Aos 10 anos de idade, já conhecia a menina do nariz arrebitado e achou que a personagem da obra, voltada para adultos, fosse uma Narizinho negra.

Curiosidade de Emília. "Por ser de Lobato, estava entre os livros para crianças. Quis ver o que era e, na verdade, tratava-se da história de uma filha de escravos. Um conto de tema horripilante, triste, mas que depois de lido tornou-se para mim um libelo contra o racismo", recorda. Cilza leu sentada no chão, de um só fôlego, e chorou. "Não li mais o livro depois de adulta e fui abri-lo apenas durante o mestrado, tamanha a impressão que meu causou". A experiência de leitura ficou tão nítida na memória, durante tanto tempo, que a pesquisadora delimitou o tema de sua tese a uma comparação entre as personagens infantis criadas por Lobato: aquelas da literatura dirigida a crianças com aquelas para adultos.

Empreitada - Cilza Bignotto embrenhou-se em bibliotecas e arquivos, atrás das primeiras publicações do escritor. "Era uma tarefa muito difícil. As edições - que eram sempre alteradas por Lobato - eram muito difíceis de encontrar. Percebi como existem bibliotecas jogando preciosidades fora, por serem velhas", conta. Assim como ocorre com os bolsistas da Fapesp, a pesquisadora conseguiu verba para a compra de material, participação em congressos, viagens, mas não a utilizou no primeiro momento. Guardou boa parte, sem saber o que a aguardava.

Em Santos, onde morou por um tempo durante o mestrado, descobriu um verda-

Cilza, no destaque abaixo: relíquias a preço de banana

Foto: Antoninho Perri



'Rua perto de casa': uma das muitas gravuras do Lobato pintor

deiro tesouro. Um dia, andando pela Avenida Conselheiro Nébias, uma das principais da cidade, viu um rapaz vendendo cartões, moedas, livros e outras antiguidades, debaixo da marquise de um prédio. Aproximou-se por instinto da banca de Luís Martins. Curiosidade de Emília.

Ao passar os olhos sobre os títulos espalhados sobre uma mesa de armar, percebeu obras raras de Monteiro Lobato. "A preço de banana", surpreendeu-se Cilza, lembrando que havia livros a partir de R\$ 2,00. "De imediato, perguntei ao rapaz aonde tinha encontrado aqueles títulos e ele disse que tinham pertencido a um colecionador", recorda, com o mesmo misto de ansiedade e entusiasmo que sentiu naquele dia.

O dono da mina havia sido Newton Nebel dos Santos, que dedicou sua vida a colecionar tudo o que tivesse pertencido a Lobato, o que incluía, claro, praticamente todas as suas obras. "Ele chegou a montar um pequeno museu em Santos, para mostrar algumas correspondências de Lobato, originais de ilustrações para livros (feitas por Belmont), aquarelas e quase todas as edições", conta a pesquisadora.

Coisas no porão - Luís Martins, o vendedor de moedas e selos, não tinha idéia do valor de mercado dos títulos em cima da mesa, mas sabia que eram importantes para a história da literatura brasileira, motivo pelo qual os comprara da família de

Newton. "Ele me disse que havia mais coisas num porão, na casa do irmão", lembra a pesquisadora. Devagar, o livreiro foi percebendo o interesse crescente de Cilza em conhecer o material e acabou convidando-a para ir até o local em que estava o patrimônio, praticamente esquecido.

Era um porão antigo, escuro, com apenas um metro de altura. Para entrar, Cilza o fez quase deitada. Agachada, de cócoras ou engatinhando, teve de ser ágil, conferindo o que ali estava guardado e ao mesmo tempo driblar ratos e baratas. "Na hora, nem prestei atenção nos bichos. Só pensei em tirar os livros antes que virassem poeira".

Cilza procurou ser direta nas negociações com o comerciante: gostaria que os livros fossem preservados e aquele não era o ambiente ideal para manter o material. "Expliquei que era pesquisadora da Unicamp e falei do meu interesse em recuperar aquele tesouro". E Martins concordou em vender livros, aquarelas, revistas e o que mais restasse no porão por preço quase igual ao que pagou pelo material, a fim de que a coleção recebesse tratamento adequado e servisse ao estudo da obra lobatiana, por meio da Unicamp. Por 500 volumes, cobrou R\$ 2 mil, preço que se paga por um ou dois volumes raros de Monteiro Lobato em sebos da Capital. Em meio a diamantes brutos, havia primeiras edições, traduções, "O Sítio do Picapau Amarelo" em russo, revistas com textos do escritor, entre outros.

Carta anunciando vinda a Campinas

Rangel,

Tenho cá a tua de 7 de setembro, contando que soubeste de minha doença. Hoje é o primeiro dia em que me sento à máquina e bato umas linhas. Sim, meu caro, a doença me pegou também. Tive um kisto no pulmão, um kisto de ar, enorme, do tamanho dum manga coração-de-boi e do formato delas. A expansão desse parasita me ia reduzindo a capacidade respiratória - e por fim não agüentei mais. Tive de extirpar o inimigo. Estou agora livre dele, e a parte do pulmão que ele levou tanto tempo comprimindo procura reajustar-se e talvez em parte volte a funcionar. Acha o médico que posso ganhar 50% da minha capacidade respiratória normal. Se me vierem 20% estou feliz.

Amanhã vou para a fazenda do Chapadão em Campinas, por uma quinzena. E lá começarei a rever as provas das Obras Completas. Acho meio esquisito esta história de Obras Completas com o autor ainda vivo e portanto ainda podendo produzir. O fato, porém, que em vida um autor dar Obras Completas significa firme determinação de não escrever mais nada. Mesmo assim, se eu sarar bem, ainda botarei uns ovos infantis. Meu publicozinho está reclamando um livro novo "onde não ensine nada, só haja aventuras".

Assim, Rangel, a árvore velha, já ameaçada de tombo, continua de pé, a dar, ou a pensar em dar, uns frutinhos extemporâneos - como os ovinhos de galinha velha. E será assim até o dia em que já não houver operação possível e passagem inevitável se faça.

Adeus, caro, querido e velho camarada de peregrinação.

Lobato

Reprodução



Verba pública para o bem público

O dinheiro da Fapesp foi muito bem empregado, avalia Cilza Bignotto. Mais que isso, ela decidiu colocar as preciosidades de Monteiro Lobato ao alcance do público, usando verba da Fapesp para poder doar ao Cedae tudo o que comprou em Santos. "Muita gente me criticou por não comprar as obras para mim, mas para a Unicamp, já que eram tão baratas. Mas pensei que era uma boa chance de colaborar com a democratização do conhecimento, gastando a verba pública num bem para a comunidade".

Os membros do Cedae receberam o material e organizaram uma exposição para lançar o que chamaram de "Coleção Biblioteca Lobatiana". Por ter contato com familiares do escritor, a professora Marisa Lajolo achou por bem convidá-los para o evento. Assim, a neta de Lobato, Joyce Campos, e seu marido, Jerzy (Jorge) Kornbluh, souberam do esforço de pesquisa-

dores do IEL para resgatar a obra de Lobato e conheceram as técnicas do Cedae para recuperação, organização e conservação do acervo. E sinalizaram com o interesse em doar para a Unicamp o restante do arquivo do escritor e de Maria Pureza da Natividade, guardado na residência da neta em São Paulo.

O material descoberto por Cilza Bignotto, que já estava à disposição do público, ganhou corpo com a negociação do acervo guardado com os Kornbluh, apesar de os arquivos estarem separados. A pesquisadora ainda se embarça quando tenta explicar o que sentiu ao se ver diante daquelas raridades. "Lobato me ajudou a crescer. A aventura e a didática, na infância; a formação de valores, ao longo da vida. Com ele aprendi a ser mais crítica e questionadora". E, para sorte de todos, curiosa como Emília.

As cartas não mentem jamais. Será mesmo?

MARISA LAJOLO*
marisal@uol.com.br

Corria o ano da graça de 1945. Ano ímpar, em que nasceram todos os que por agora contam cinquenta e sete risonhas primaveras.

Afora o nascimento de tantos cinquentões e cinquentonas, 1945 foi também um ano cheio de eventos marcantes. Não bastasse o final da Segunda Guerra, ele assinalou ainda o final do Estado Novo aqui no Brasil: presos políticos anistiados, comunistas fazendo comícios em São Paulo, festejos gerais da liberdade recém conquistada. A ditadura de Getúlio e os horrores do nazi-fascismo pareciam arquivo morto. Arquivo que tinha deixado cicatrizes feias, mas estava morto. Talvez por isso, aquém e além fronteiras, o mundo respirava a esperança de dias melhores. A chilena Gabriela Mistral ganhava o Prêmio Nobel de Literatura e o mundo das letras brasileiras preparava-se para os novos tempos: Drummond de Andrade publicava *A rosa do povo* e em São Paulo, ocorria o I Congresso Brasileiro de Escritores.

Na vida de Monteiro Lobato, já então com sólidos sessenta e três anos, o ano de 1945 foi também cheio de novidades. Umas melhores, outras nem tanto.

Começou sendo um tempo cheio de traduções importantes, de projetos de novos livros infantis. Em setembro, no entanto, um quisto no pulmão levou o escritor para a mesa de cirurgia. A operação deu certo, mas a recuperação foi lenta e deixou-o de molho por um tempinho. Também neste mesmo ano, Monteiro Lobato assinou contrato com a editora Brasiliense para a publicação de sua obra completa, aqueles trinta e tantos volumes encadernados que tantos de nós – sessentões, cinquentonas e quarentinhas – temos em casa, ainda, quem sabe, com as marcas da infância de dedos sujos que os devorava e relia sem parar.

É a propósito destas obras completas que a vida de Monteiro Lobato cruza com a cidade de Campinas. Que traços e sotaques campineiros se aninham entre os tantos milhares de páginas que compõem a obra completa do criador do Sítio do Picapau Amarelo?

A pergunta é rica pelas sugestões que deixa no ar.

Uma até hoje pouco conhecida relação Campinas-Lobato pode conferir novo sentido à bela cerimônia na qual em

cinco de dezembro último, o Centro de Documentação Alexandre Eulálio (Cedae) do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) tornou-se depositário do acervo de documentos que os herdeiros de Monteiro Lobato confiaram à Unicamp.

“Como é mesmo?”, pergunta com razão o leitor impaciente deste sisudo jornal universitário.

Deu-se, leitor atento, que entre o quase meio milheiro de cartas incluídas no acervo depositado no IEL, uma delas (sem data, mas ao que tudo indica escrita em 1945), menciona a intenção do escritor de iniciar a revisão de suas obras completas na Fazenda do Chapadão em Campinas, onde diz que passará quinze dias. Satisfeito, leitor ranzinza? Não ainda? Vamos então às palavras do próprio escritor, muito mais charmosas do que a transcrição do pesquisador. Diz Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, velho amigo de tantas cartas: “Amanhã vou para a fazenda do Chapadão em Campinas por uma quinzena. E lá começarei a rever as provas das Obras Completas”.

E não é que esta cartinha inédita, não incluída em *A Barca de Gleyre* onde Monteiro Lobato publica sua correspondência com Godofredo Rangel, veio parar aqui na Unicamp, pertinho da fazenda onde Lobato diz que começaria a fazer os acertos finais em sua obra?

Quem gosta de boleros vai dizer que foi o destino quem quis.

Vai ver, foi mesmo...

Fica em aberto, ao som do bolero, um bom punhado de perguntas: Fazenda do Chapadão? Onde? De quem? Lobato esteve mesmo lá? Trabalhou mesmo nas obras completas na fazenda campineira? E se veio e se trabalhou, não deixou nenhum registro disso? Nenhum papelucho? Os prezados leitores estão convidados a compartilhar o boné de Sherlock: pesquisadores da história de Campinas, pastores das memórias da cidade, guardadores de relíquias, penhorado, o IEL agradece vosso auxílio!

A carta que origina estas elocubrações, datilografada num papel hoje amarelado pelo mais de meio século que a separa de nós é cheia de desafios para quem bate os olhos nela.

Primeiro, não tem data, como já se disse.

Mas também como já se disse, embora sem data é quase certo que tenha sido escrita em 1945, leitor desconfiado: um rabisco anônimo escreveu 1945 acima da primeira linha. Mesmo se desconfiarmos do anonimato da mão que, a lápis, rabisca os quatro algarismos na parte superior direita do papel, há outras pistas, inclusive mais internas ao documento.

A nitidez com que Lobato, no primeiro parágrafo, descreve sua doença, traz para a carta cheiro de clorofórmio e as vozes cuidadosas de médicos descrevendo padecimentos pulmonares alheios. O clima hospitalar aponta, de novo, para o ano de 1945, já que se sabe que em setembro deste ano Monteiro Lobato foi, efetivamente, internado num hospital (o Santa Catarina) para uma cirurgia grande. Também na abertura, a menção a uma carta de Godofredo Rangel datada de sete de setembro – dia seguinte ao da internação de Lobato – reforça a tese de o ano da carta ser 1945: afinal, companheiros de longos anos, Rangel não perderia tempo para escrever ao amigo sabendo-o doente e hospitalizado.

Isto bate o martelo na questão do ano.

Mas mês e dia já são enigma mais complicado.

O segundo volume de *A Barca de Gleyre* recolhe três cartas de Lobato a Rangel, posteriores a setembro de 45, datadas todas de dezembro: dia 16, dia 19 e dia 26. Na primeira delas, Lobato menciona a revisão de provas da obra completa, assunto que retorna na última carta, onde, junto

com votos de bom Natal, ele resmunga da trabalhadeira da revisão.

Assim, recorrendo a outras cartas do mesmo Monteiro Lobato ao mesmo Godofredo Rangel, torna-se quase irresistível a hipótese de que a carta, agora sob guarda do IEL e sob vossos olhos, gentis leitores, tenha sido escrita em algum momento entre setembro e dezembro de 1945. O registro, logo no início da carta, de que “Hoje é o primeiro dia em que me sento á maquina e bato umas linhas” parece apontar no sentido de uma carta escrita ainda em plena convalescência do escritor. Com os detalhes da doença tão vividamente relatados, ao lado de recomendações de repouso, os sherlocks interpretarão as pistas com maior segurança se descobrirem quanto tempo durava a convalescência de uma operação de pulmão no Brasil dos anos quarenta. Mestres da nossa FCM, doutores de Campinas... vossos saberes são inestimáveis!

No corpo da carta que contemplamos à direita da página 4, ecoa uma melancólica resignação. Encerrado o assunto doença, mas talvez contagiado pelo detalhado relato de dispnéias e similares desconfortos, é a propósito da publicação de suas Obras Completas que Monteiro Lobato encontra pretexto para tematizar a morte. Que sentido tem publicar obras completas de um escritor vivo?

O peso da questão deixa um travo amargo nos planos confidenciados a Godofredo Rangel. Planos, sim, como sempre, mas sem o entusiasmo costumeiro. A metáfora da árvore velha tira a luz do futuro, tornando-o sombrio.

No final da carta, antes do fechamento, encontramos uma imensa rasura que veda, aos olhos curiosos, a continuidade do assunto.

Datilografada em tempos anteriores à máquina elétrica, o original confiado ao IEL mostra empastelamentos, algumas trocas de letra, outras tantas correções e uma imensa rasura no último parágrafo. Documento antigo parece quase sempre ter sido datilografado com fita velha: as letras ficam clarinhas, destacando-se pouco do papel. Mas no caso desta carta de que falamos, trata-se de um texto absolutamente legível, exceto a parte recoberta pela rasura.

Grossos traços de tinta, cruzando-se na vertical e na horizontal ocultam parte das seis linhas censuradas por implacável e decisiva caneta. “Caneta de quem?”, pergunta o leitor curioso...

“De quem era a mão que rasurou a carta?”, perguntam também os pesquisadores. Do próprio Monteiro Lobato? Se ele mesmo foi o autor da rasura será que se trata de uma rasura feita antes de a carta ser enviada a Rangel, ou depois, quando Lobato recebe de volta a correspondência para preparar a edição de *A barca de Gleyre*? O caso é que se trata de uma rasura exata, traçada por mão firme, que risca um conjunto coeso de sentenças cuja exclusão, entretanto, não compromete a parte restante, isto é, mesmo sem as linhas rasuradas, a carta continua fazendo sentido. Se, então, foi mesmo Monteiro Lobato quem rasurou a carta, como preparação para a inclusão dela em *A barca de Gleyre*, e por qualquer razão desistiu da inclusão... isto não deixa no ar a hipótese de que a versão que conhecemos das cartas a Rangel publicadas pode não ser integral?

Claro que deixa e claro que pode.

Mistérios e mais mistérios.

Seguidos de apelos e mais apelos.

Onde estão os originais das cartas de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel? E as cartas de Godofredo Rangel a Monteiro Lobato? E as outras tantas cartas deste incansável escriba, que tinha entre seus correspondentes Oswald de Andrade, Getúlio Vargas, Luís Carlos Prestes, crianças de grupo escolar, presidiários, donas de casa, Érico Veríssimo e Coelho Neto, para não falar de Henry Ford, onde estão?

Palpites dos generosos leitores e, sobretudo, notícias e cessão de cartas ajudam muito. Conhecer melhor a produção deste excepcional escritor paulista é fundamental para conhecer-se melhor a vida cultural brasileira que ele viveu. Os documentos recolhidos no IEL são o primeiro passo para fazer da Unicamp centro de referência de estudos lobatianos, vocação talvez já antecipada no projeto do escritor, de iniciar a revisão de sua obra na Fazenda do Chapadão em Campinas, em algum momento do segundo semestre de 1945.

Vamos conferir?

Marisa Lajolo é professora titular do IEL

Foto: Antoninho Perri



A lobatiana Marisa Lajolo, do IEL: Lobato e Campinas

Joyce e as memórias de sua infância com Lobato

A neta do escritor venerava o homem aventureiro e divertido, mas revela que ele não era um avô do tipo afetuoso, apesar de escrever para crianças: 'Nunca me pôs no colo'

TATIANA FÁVARO

tatianafavaro@bol.com.br

Encravada numa estrada vicinal da Rodovia Anhangüera, em Americana, a chácara de Joyce Campos, neta de Monteiro Lobato, em nada se parece com o Sítio do Picapau Amarelo. Cães ferozes latem no portão, mas a casa é envolta em calma, sem a algazarra de crianças. Ali é um lugar real, não há fantasia. E Joyce, apesar dos 71 anos de idade, do amor incondicional ao neto, do cuidado com a natureza e dos cabelos brancos, tampouco lembra Dona Benta.

De estilo mais moderno que o da personagem famosa, Joyce veste bata branca e calça da mesma cor, em tecido leve de algodão. Nos pés, tênis floridos. E, no semblante, olhos atentos e um sorriso que não se apaga. De criança "reinadeira" a avó dedicada, sempre carregou o peso de um sobrenome que sequer está no papel. "Exigiam que a neta de Lobato fosse a melhor, e isso é muito cansativo", reclama. "É uma das profissões mais difíceis do mundo: ser parente dele". Ofício que ela compartilha com o marido, Jerzy Kornbluh – que prefere ser chamado de "Jorge" e hoje administra o patrimônio deixado pelo escritor à família, inclusive os direitos autorais sobre suas obras.

Assim como sua chácara não é o "Sítio do Picapau Amarelo", Joyce não é personagem do legado lobatiano. Sua relação com o avô não se deu como a maioria das pessoas imagina. Além de viajar muito, como durante a campanha do petróleo, Lobato não era do tipo afetuoso. "Nunca me pôs no colo". A falta de um avô que a embalasse, contudo, não impediu Joyce de respeitar e venerar a figura de um homem aventureiro e divertido. "Só tive noção da dimensão da obra dele depois de sua morte. A gente admira o avô porque é avô, não porque é Monteiro Lobato", argumenta. Lembra-se do escritor como um sujeito que não se abalava e cuja teoria era simples: "Remédio pra tudo, é chapéu", dizia ele, quando, diante de um problema, protegia a cabeça do sol e saía para caminhar e pensar na vida.

Joyce, ao lado de Jorge, mostrou para o *Jornal da Unicamp* um pouco mais sobre o Lobato escritor, fotógrafo, pintor e eterno amante do progresso. Sob o olhar serelepe da senhora, que quando menina entrava naqueles caixotes de madeira onde eram guardados os livros do avô, a cada mudança de residência, a cada viagem. Ao invés da sala de estar de Dona Benta, a entrevista ocorreu em uma varanda cheia de gaiolas de tamanhos diversos, com aves coloridas, mas feitas de "durepox" ou madeira. "Sempre gostei de gaiolas, mas só como enfeite. Os passarinhos devem viver fora delas". A simpatia de Joyce e suas histórias contadas sem pressa iluminaram de fantasia a manhã de domingo. Ao som de passarinhos, sim, que cantavam do lado de fora da casa, longe das gaiolas, como eia gosta.

Jornal da Unicamp – O que levou a família a doar o acervo pessoal de Lobato?

Jerzy (Jorge) Kornbluh – Um dia, a professora Marisa Lajolo (da Unicamp) apareceu em casa porque precisava consultar o arquivo que Dona Purezinha tinha preservado. Pusemos a papelada à disposição e, quando ela terminou a consulta, disse: "Isso é um tesouro. Vocês deveriam preservá-lo". Como nossa filha mora nos Estados Unidos – teve o mau gosto de se casar com um gringo (sorri com ironia) –, nós achamos que não seria má idéia. Resolvemos fazer a doação para a Unicamp depois de uma visita ao Cedae, com o período probatório de cinco anos para que a Universidade demonstre com fatos o cumprimento do que está escrito em contrato. O material estava em nossa casa, em São Paulo. Dona Purezinha morreu em 1958 e a papelada ficou com sua filha mais nova, Ruth Monteiro Lobato, que faleceu em 1972. Daí passou para dona Marta (Lobato Campos), minha sogra, a melhor sogra do mundo, porque tinha maravilhoso senso de humor.

Joyce Campos – Dona Purezinha teve um cuidado que nem minha tia Ruth, nem minha mãe e nem eu tive-

mos, quando herdamos tudo isso. Com a morte de meu pai, herdei toda a papelada dele, de minha tia e da minha mãe. Era muita coisa. Realmente, eu enfiei num lugar, fechei a porta e nunca mais olhei. Essa é a verdade. Fora isso, existe toda a mobília que foi do Visconde de Tremembé (avô do meu avô), que também vai para a Unicamp após a nossa morte. Não quero deixar para minha filha ou outro herdeiro, pois eles não estão afinados com nossa idéia de que isso não é para ser vendido. Era a mobília da Fazenda Buquira, que acompanhou Monteiro Lobato depois da morte do Visconde.

JU – A senhora ficou com parte do acervo?

Joyce – Fiquei com seis aquarelas, que me lembram coisas. A de uma torre da igreja de Campos do Jordão, outra que mostra um urubu secando as asas em cima de um telhado. Esta ficou comigo porque houve um episódio em São José dos Campos com meu avô, que me marcou. Fomos ao mercado e ele me comprou uma feira de lambaris – aquela armação de bambu, redonda, onde os peixes ficam espetados. Ele amarrou uma cordinha e eu vim puxando pela terra, como se fosse um carrinho. Nis-



Joyce, neta de Lobato: "Só percebi a dimensão de sua obra após a morte dele"

Foto: Antoninho Perri



Jorge, que cuida dos direitos autorais: "Dona Benta na Internet é normal"



A neta Joyce pesca com Lobato à beira do Rio Paraíba, em Tremembé: "H



Aprendendo a ler com Nastácia: "A cada erro, levava um coque na cabeça"



ocas em que nossa relação era próxima, em outras não"

so fui atacada por um bando de urubus, que queriam meus peixinhos. Meu avô morria de rir, foi realmente uma cena muito engraçada. Os urubus tentavam voar, puxavam de um lado e eu do outro. E não é que eles ganharam? Foi o maior escândalo. Chorei, chorei e ganhei um pedaço de rapadura para chupar. Fiquei também com alguns álbuns e espero que, até a minha morte, um dos herdeiros se interesse em ficar com eles. Até agora, ninguém foi ver.

JU – No acervo doado à Unicamp, há uma foto em que Lobato está na Graded School, em São Paulo, numa apresentação da montagem do "Sítio do Picapau Amarelo", onde a senhora é a Tia Nastácia. Quando foi isso?

Joyce – É imperdoável, mas eu nasci nos EUA (*risos*), quando meu avô estava como adido comercial em Nova York. Meus pais se conheceram e se casaram lá e não pretendiam voltar ao Brasil. Mas, por conta da Revolução de 32, resolveram voltar. Eu tinha dez meses. Meu pai (Jurandir Ubirajara Campos) ainda queria retornar aos EUA. Começou a segunda guerra, ficamos e, nesse tempo, estudei numa escola americana em São Paulo. Em 1941 saí e fui para o Mackenzie, onde me formei arquiteta. No último ano na American Graded School, encenamos uma peça. Eu tinha uma professora de português, dona Olga, que era fã de Monteiro Lobato e descobriu que eu era neta dele. Resolveu ensaiar uma peça na qual fui obrigada a fazer o papel de Tia Anastácia, porque já era maiorzinha que as outras crianças. Os desenhos, os figurinos, foram todos desenhados por mim. E convidaram meu avô para assistir.

JU – Como assim, obrigada a fazer o papel?

Joyce – Eu podia ser artista no desenho, mas era tímida. E sempre teve aquela coisa de exigirem mais, por eu ser neta de Monteiro Lobato. Apesar de não levar o nome – sou Joyce Campos, apenas – os professores de português exigiam que a neta de Lobato fosse a melhor. É muito chato, muito pesado. Lembro-me de quando fazíamos as composições, descrições... Sempre o professor me chamava: "Dona Joyce, leia a sua". Por que? Neta de Lobato! Meu primo Rodrigo, que leva o sobrenome Monteiro Lobato, ficou fora de si com a perseguição. Ficou revoltado. Em todos os colégios de São Paulo e Taubaté, ele foi perseguido. É uma das profissões mais difíceis do mundo: ser parente de Lobato.

JU – Como era seu relacionamento com ele?

Joyce – Não foi uma relação intensa, como todo mundo pensa. Houve épocas em que ela foi próxima, em outras não. Ele vivia viajando, principalmente durante a campanha do petróleo. Morava na casa dele, eu na dos meus pais. Meu avô nunca foi afetuoso. A sensibilidade que demonstra na obra é uma coisa. Todos pensam que, por ele ter escrito para crianças, era aquele avô que mimava. Mas não. Ele me tratava como adulta. Tinha conversas que obrigavam, a mim e a outras crianças (amigas e vizinhas), a pensar. Muita gente viu foto dele com crianças no colo e acha que ele era assim. Mas nunca fiquei no colo dele. Aquilo era pose para fotografia. Ele gostava de crianças, mas quando elas eram inteligentes, falantes, até pernósticas. Eu tinha muito ciúme das outras meninas. Seu pudesse estrangular, estrangulava, estou sendo honesta. Passeávamos juntos, mas nunca de mãos dadas. Primeiro, porque eu saía correndo, e outra porque ele não era disso. Meu avô nunca me deu bronca, nunca se exaltou comigo e eu era uma criança tremendamente reinadeira. Não era malcriada, mas tinha imaginação fértil para fazer coisas esquisitas.

JU – O que a senhora leu da obra de Lobato?

Joyce – Li tudo. O que devia e o que não devia. Há livros que não li totalmente, porque participei da confecção. Eu tinha outro hábito, de dormir com ele e minha avó, na cama deles, mesmo depois de grandinha. Já com 11, 12 anos. E meu avô lia trechos dos livros que estava escrevendo, perguntando o que a gente achava. Então, esses eu não li, porque já sabia o que ia acontecer. "Reforma da Natureza", por exemplo, li bem mais tarde – na época achei que era dona do livro, tipo de besteira que criança inventa.

JU – Algum marcou em especial?

Joyce – Alguns. Do "Histórias de Tia Nastácia", por exemplo, eu tenho horror, porque aprendi a ler nele, com 5 anos. Quem me ensinou a ler foi meu pai e ele era muito exigente. Tabuada, até hoje eu tenho na ponta da língua. Se você errava, ele dava um coque na cabeça. Minha cabeça até hoje é dolorida... terrível (*risos*). Minha cartilha foi "Histórias de Tia Nastácia". E eu ficava apavorada para ler, porque já sabia que vinha um coque. Eu errava e pronto: coque! Então, era um suplício. Muitas vezes lia metade da história de jeito normal, metade chorando. Nunca mais esqueci esse livro. Depois, do que mais gosto é "Reforma da Natureza", que ouvi na cama, com minha avó e meu avô. Outros com os quais aprendi muito foram "Os Doze Trabalhos de Hércules" e "O Minotauro".

JU – A partir de quando a senhora passou a ter consciência da dimensão da obra de Lobato?

Joyce – Só depois que ele morreu. A gente admira o avô porque é avô, não porque é Monteiro Lobato. Ele era uma pessoa que não se abalava. Tinha uma teoria que dizia: "remédio pra tudo, é chapéu". Quando tinha um problema, pegava o chapéu, ia pra rua e, depois que passava tudo, ele voltava. Era contador de casos. Convenia as pessoas a aplicar todos os tostões de suas vidas em um negócio. Nunca o vi se queixar de nada, apesar dos problemas. Chegava para minha avó e dizia: "Purezinha, vamos mudar para o Rio". Ela perguntava: "E a mobília?". E ele respondia: "Leilão, Purezinha, leilão". Quem salvou o arquivo pessoal dele foi minha avó. Então, era isso: ele era meu avô, um aventureiro, divertido. E quando você está numa família onde as pessoas fazem coisas diferentes, você aceita. E era meu ideal ser como meu avô, como meu pai. Exceto escrever. Peguei ojeriza, porque eu tinha que escrever melhor que os outros e isso é muito chato. Eu era a primeira da classe, mas era uma coisa horrível. Se eu voltasse (*no tempo*), queria ser a última.

JU – E o relacionamento entre os Lobato hoje, como é?

Joyce – Não tenho irmãos. Tenho um primo-irmão, Rodrigo, que tinha 4 anos quando o seu pai, Edgar, um dos filhos de Lobato, morreu. Minha avó foi morar com esse filho doente, perto de Taubaté. Meus avós tiveram quatro filhos. A mais velha era minha mãe, a que mais durou. Depois veio o Edgar, Guilherme (que faleceu aos 24 anos) e Ruth (que não se casou e morreu em 72, aos 54 anos). A morte prematura dos dois filhos abalou a vida de Monteiro Lobato e de Dona Purezinha. Tenho uma filha que mora nos Estados Unidos. Tenho um neto, deficiente físico, que mora com o primeiro marido da minha filha e passa os finais de semana conosco. Eu faço o papel de mãe. Minha filha foi refazer a vida dela, casou-se de novo, trabalha, mas filhos ela não teve mais. Agora já está com 42 anos.

JU – A senhora sente falta de crianças correndo pela casa?

Joyce – Claro que sim, muita falta. Mas, se não tem, vou fazer o quê? Me dedico a meu netinho, que é uma flor. Ele foi levado a todos os hospitais, inclusive ao mais famoso dos EUA (o John Hopkin), em Baltimore, e não conseguiram descobrir porque é deficiente físico. A única coisa que funciona é a cabeça dele – e até hoje não cheguei a uma conclusão se isto é bom ou ruim. Deve ser horrível entender tudo e não conseguir fazer nada. Ele não fala. Se expressa com os olhos, criou uma linguagem que a gente entende. Está com 11 anos, namora, gosta de loiras (*ri*). E entende de cores, números. O sorriso dele é a coisa mais gratificante que existe pra mim. Ilumina. As pessoas que convivem com ele ficam apaixonadas.

JU – Qual a opinião da senhora sobre a nova versão do "Sítio do Picapau Amarelo"?

Joyce – Gosto. Não sou saudosista. A partir de 1967, Jorge passou a cuidar do arquivo pessoal de Lobato e, em 76, assinou o primeiro contrato com a Globó em torno do "Sítio". O grande herdeiro é o meu marido, porque ele segurou tudo.

Jorge – As principais fontes de recursos dos herdeiros, hoje, são os direitos autorais dos livros e do licenciamento, que só foi possível por estar atrelado a um veículo como a televisão. Chegamos a ter 10, 11 licenciados sem a tevê. Com a Globo, nossa agente exclusiva, temos mais de 30. Agora são os fabricantes que procuram a Globo para pedir licenciamento. Quanto ao "Sítio", eu acho magnífico o que estão fazendo. Ao contrário de algumas pessoas, que dizem ser absurdo a Dona Benta na Internet, eu acho perfeitamente normal, porque se Lobato fosse vivo estaria fazendo isso. Em 1920, ele falava num livro sobre um aparelho que existirá no mundo, chamado "porvirosópio", por onde se vê o que está por vir. Ele estava sempre um passo à frente, seja no campo técnico ou artístico. Foi um dos mais competentes críticos de arte e era novidadeiro, progressista. E o novo "Sítio" está dentro do que a gente pensa que seja a cabeça de Lobato. Se você ligar para a minha casa entre 11h30 e meio-dia, a secretária eletrônica vai dizer: "No momento não posso atender, estou assistindo ao Sítio do Picapau Amarelo. Favor ligar mais tarde".

JU – O que a senhora lê atualmente?

Joyce – Leio o que gosto. Mais literatura estrangeira. Mitologia, história. Li o "Harry Potter", para ver o que as crianças estão lendo. E cheguei à conclusão de que tudo o que eu queria fazer quando criança está ali. Gostei porque o livro trabalha com a imaginação. A diferença em relação aos livros infantis de Lobato é que ele, além de provocar a imaginação, ensinava alguma coisa. "Harry Potter" não ensina nada, só a fazer aquilo que não se deve. Mas criança gosta.

JU – Qual a opinião da senhora sobre as crianças de hoje?

Joyce – Me recuso a dar essa opinião, porque não as entendo. Até os 4 anos, tudo bem; mas aos 10, hoje, elas já são adolescentes.

Depois da 1ª calça comprida

JOÃO MAURÍCIO DA ROSA
jmauricio@reitoria.unicamp.br

A trajetória de Lobato, que quando garoto foi reprovado em português, matéria na qual se tornaria mestre

Em 1894, aos 12 anos de idade, Monteiro Lobato vestiu sua primeira calça comprida. No ano seguinte foi reprovado no exame para o curso preparatório, hoje denominado segundo grau. Levou pau justamente em português, matéria em que depois se tornou mestre.

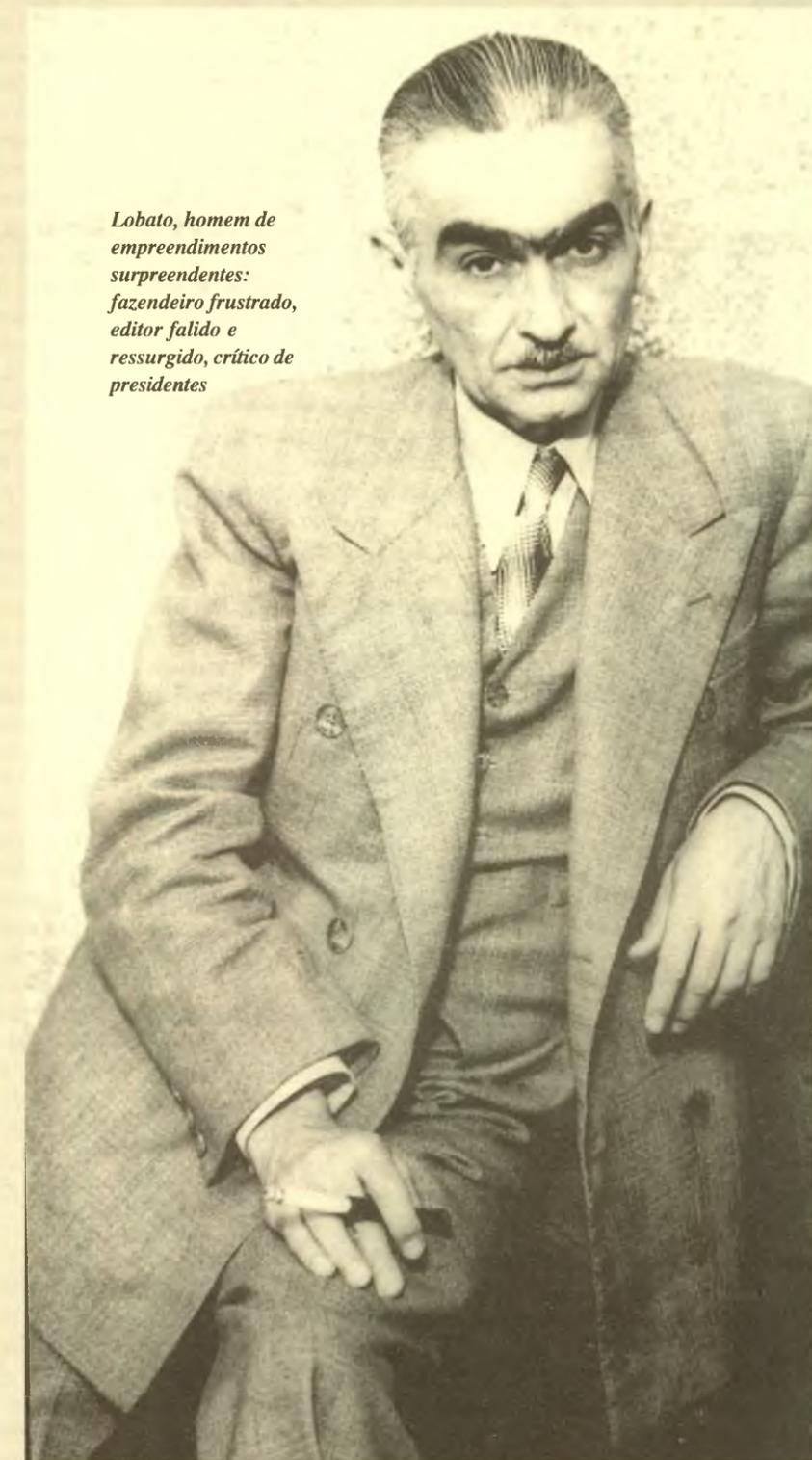
Como castigo, teve de arrumar as malas e voltar para Taubaté, então uma vasta e preguiçosa roça. Viu-se obrigado a conviver, cheio de rancor, com a “Viscondada”, como ele denominava a mulher de seu avô, Maria Belmira França. O Visconde de Tremembé, José Francisco Monteiro, pai de sua mãe, teve dois filhos com outra mulher, a professora Anacleto Augusto do Amor Divino, a avó verdadeira e predileta do escritor.

A vida e a obra de José Renato Monteiro Lobato – depois convertido por iniciativa própria a José Bento – pode ser lida apenas nas cartas que enviava regularmente aos seus amigos, especialmente a Godofredo Rangel, com quem se correspondeu por mais de 40 anos – este relacionamento deu origem ao livro “A barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária”.

Mas, juntamente com o acervo da família confiado à Unicamp, essas cartas já estão filtradas e transformadas em uma vasta bibliografia, sendo as mais recentes “Monteiro Lobato, um brasileiro sob medida”, da professora Marisa Lajolo, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, e “Furacão da Botocúndia”, de Vladimir Sacchetta, Carmem Lucia Azevedo e Marcia Camargos.

O pai do “Jeca Tatu” e dono “Sítio do Picapau Amarelo” é retratado como um gênio não só das letras, mas do mercado em geral. Marqueteiro, inventou estratégias para multiplicar a venda de livros, dando-lhes uma embalagem para serem vistos como mercadoria. Também quis transformar o Brasil numa potência por meio da extração de petróleo e da fundição de ferro. Em plena ditadura Vargas, Lobato escrevia cartas ácidas ao presidente acusando o governo de curvar-se ao cartel internacional do petróleo, o que lhe valeu três meses na Casa de Detenção.

Surpreendente – Lobato realizou empreendimentos surpreendentes. Bacharel em direito por imposição de Visconde de Tremembé, virou promotor público em Areias e advogou uma única vez. Com a morte do avô, em 1911, herdou a Fazenda Buquira em Taubaté e tentou torná-la um negócio rentável. Frustrada a tentativa, passou a atacar a figura do caipira colono, a quem atribuía a perda da lavou-



Lobato, homem de empreendimentos surpreendentes: fazendeiro frustrado, editor falido e ressurgido, crítico de presidentes

ra. Viria a se arrepender depois de tais acusações (veja matéria na página 9).

Em 1917 conseguiu um comprador para a fazenda e foi com a família para São Paulo onde, de colaborador, passou a proprietário da *Revista do Brasil* e fundador da editora Monteiro Lobato & Cia, depois transformada na Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato.

Em 1924, a revolução e um racionamento de energia levaram a firma à falência, mas no ano seguinte Lobato já estaria de volta ao mercado editorial com a Companhia Editora

Nacional, que viria a ser a pioneira das editoras modernas do Brasil. Ela foi inaugurada com a obra “Hans Staden: meu cativo entre os selvagens do Brasil”.

A Godofredo Rangel, seu fiel correspondente, escreveu: “Mando-te um Staden, a edição primogênita da nova companhia e, por coincidência, o primeiro livro que se publicou sobre o Brasil. É obra realmente interessante e merecedora do sucesso que tem tido. A edição inicial é de 3 mil e está no fim. Vamos tirar outra maior”.



Livros aos litros

“Somos uma leiteria com várias vacas lá fora. Você é uma delas. Temos aqui um leite (livro) que você produziu chamado Tatá – que nunca sai porque nunca há espaço. É um leite muito grande – é toda uma lata de leite. Você é vaca holandesa, das que dão leite demais, e dão leites muito compridos. Se puder meter a tesoura nesse conto e reduzi-lo a dois ou três, seria ótimo. “Cada livro considero uma vaca holandesa que me dá o leite da subsistência. O meu estábulo no Brasil conta com 23 cabeças no Octales, mais 12 na Brasiliense e mais 30 obras completas. Total: 65 vacas de 40 litros. E meu estábulo na Argentina conta com 37 cabeças. Grande total, lá e cá, 102 cabeças”

(Carta a Godofredo Rangel)

“(…) hoje só concebo que se extravase pelo bico da pena tantos ideais sobre umas tantas tiras de papel, quando alguma vantagenzinha resulta disso. (...) se há alguma compensaçozinha eu mandarei para *A Tribuna* (de Santos) ver um conto já escrito, ‘Bocartorta’, e um artigo que posso escrever já, ‘A futura guerra anglo-alemã’. Querendo também qualquer coisa contra o Hermes, arranja-se. Sobre agricultura, sobre a cultura do sisal vulgo Pita, sobre vias férreas, sobre assuntos palpitantes nacionais e estrangeiros, sobre estética, sobre a morte de M. Chanchard, sobre a decadência do ensino no Brasil e seus remédios, sobre a mentira eleitoral também se forma uma coisa bem arranjada. Só não sai artigo jurídico... nem diatribe contra Washington Luís”

(Carta ao cunhado Heitor de Moraes)

“Impossível negócio desse jeito – assim privado de varejo. Mercadoria que só dispõe de quarenta pontos de venda está condenada a nunca ter peso no comércio de uma nação. Temos de mudar, fazendo uma experiência em grande escala, tentando a venda do livro no país inteiro, em qualquer balcão e não apenas em uma livraria. Mandamos uma circular a todos os agentes de correio, pedindo a indicação de uma casa, uma papelaria, de um jornalzinho, de um bazar, uma venda, de um açougue, de qualquer banca, em suma, que também pudesse ser vendida uma mercadoria chamada livro... Passamos de quarenta vendedores para 1.200 pontos de venda, fosse livraria ou açougue”

(Carta a Godofredo Rangel)

ESSAD BEY A LUTA pelo PETROLEO



O petróleo e a prisão

Em 1925, falido e morando no Rio de Janeiro, Monteiro Lobato escreveu artigos atacando o governo Bernardes e defendendo uma política econômica que estabilizasse a moeda e o câmbio, e pedindo o fim da taxa de importação de papel para livros e de máquinas gráficas. A sua contrariedade devia-se ao fato de que a mesma lei que taxava em 170% a importação do papel para livro, liberava a importação de papel para jornal.

Em 1926, já bastante conhecido, Lobato escreveu ao então presidente Washington Luís, chamando sua atenção para a questão do papel e intitulando-se um editor falido e ressurgido. Logo, recebeu de Alarico Silveira, seu antigo protetor quando no governo de São

Paulo, a oferta do posto de adido comercial em Nova York, para onde o escritor se mudou em 1927, com toda a família.

O capitalismo, então, entrou na vida de Lobato definitivamente. Ele voltou ao Brasil pregando a construção de companhias siderúrgicas e a exploração de petróleo. Em 1931, em meio a intermináveis conferências pelo país, fundou a Companhia de Petróleo do Brasil, a Companhia de Petróleo Nacional, a Companhia Petrolífera Brasileira e a Companhia de Petróleo Cruzeiro do Sul.

Contudo, dizendo-se alvo do cartel internacional do petróleo capitaneado pelos EUA, denunciou a Getúlio Vargas que o Departamento Nacional de Produção Mineral e o Conselho Nacional do Petróleo estavam

comprometidos com interesses estrangeiros. Em 1936 publicou “O escândalo do petróleo”, censurado no ano seguinte pela ditadura Vargas.

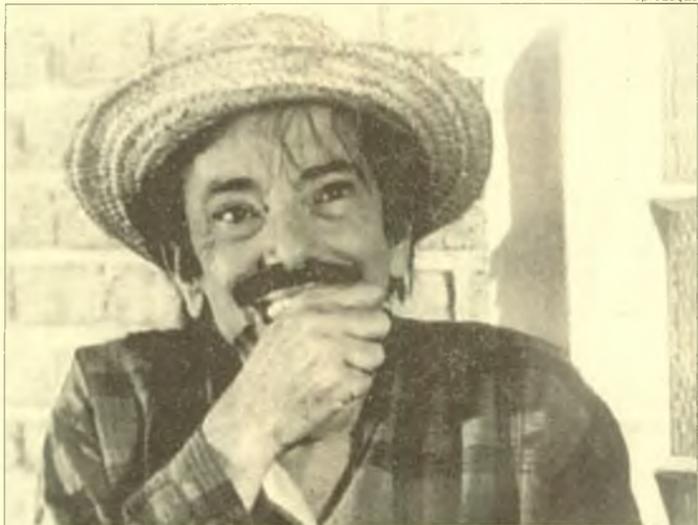
Em 1941, depois de enviar outra carta a Vargas, acusando-o de má conduta na política brasileira de minérios, acabou preso. Da cadeia, continuou destilando veneno. Ao general Horta Barbosa, comandante do Conselho Nacional do Petróleo, responsável por seu encarceramento, escreveu agradecendo “os deliciosos dias passados na Casa de Detenção”, que lhe permitiram “meditar sobre o livro de Walter Piktin, *A short introduction to the history of Human Stupidity*”.

Monteiro Lobato sofreu um espasmo vascular, que afetou sua motricidade, em abril de 1948. Morreu na madrugada de 4 de julho, em São Paulo. Seu corpo foi velado na Biblioteca Municipal e de lá saiu carregado por uma multidão até o Cemitério da Consolação.

O escritor e o caipira

Criador de 'Jeca Tatu', mais tarde Lobato se arrependeria de ter estereotipado o homem do campo

Reprodução



Jeca Tatu, eternizado no cinema por Mazaropi: "piolho da terra" e "orelha de pau", era como Lobato se referia inicialmente ao caipira

'O Sítio' inaugura literatura para crianças no Brasil

Homem de tantos empreendimentos, Monteiro Lobato marcou o grande ponto de seu currículo em 1921, ao publicar "O Sítio do Picapau Amarelo" – no mesmo ano de "A menina do narizinho arrebitado". "Com 'O Sítio' Lobato inaugura a literatura infantil brasileira", lembra a professora Marisa Lajolo em seu livro "Monteiro Lobato, um brasileiro sob medida".

"O surgimento de livros para crianças pressupõe uma organização social moderna, por onde circule uma imagem especial de infância: uma imagem da infância que veja nas crianças um público que, arregimentado pela escola, precisa ser iniciado em valores sociais e afetivos que a literatura torna sedutores. Em resumo, um público específico, que precisa de uma literatura diferente da destinada aos adultos", explica.

E a professora prossegue: "A obra infantil lobatiana é um projeto literário e pedagógico sob medida para o Brasil, que a viu nascer e multiplicar-se ao longo de mais de vinte anos. Monteiro Lobato aposta alto na fantasia, oferecendo a seus leitores modelos infantis – as personagens – cujas ações se pautam pela curiosidade, pela imaginação, pela independência, pelo espírito crítico, pelo humor", define.

Embora sua obra denuncie a burocracia do Estado e a chatice da escola de então, Marisa Lajolo observa que Lobato não hesitou em usar a rede estadual de ensino como trampolim para a difusão de seus livros. Ardiloso, distribuiu 500 exemplares para escolas paulistas e acabou vendendo 30 mil para o governo de São Paulo, então chefiado por Washington Luís, que tinha como secretário de Educação Alarico Silveira, amigo do escritor.

"Na mesma busca de sintonia com seu tempo, Lobato não deixa de incorporar às histórias que inventa um lastro sólido de informações muitas vezes coincidentes com o currículo escolar. Assim, em vários de seus livros, encontramos uma escola alternativa onde Dona Benta desempenha o papel de professora", observa Marisa, lembrando que parti-



cularmente na década de 30, "O Sítio" se transforma numa grande escola, onde os leitores aprendem desde gramática e aritmética até geologia e o beabá de uma política nacionalista do petróleo.

A pesquisadora ressalta que os livros de Lobato formam uma série, o que teria sido fundamental para seu sucesso. "A repetição de um mesmo espaço e de um grupo constante de personagens parece um recurso eficiente quando o que está em jogo é a fidelidade dos leitores. Nesta linha, sua obra infantil estende-se por muitos títulos, sempre mencionando outros livros, próprios e alheios, onde uma história faz referência a outra, sublinhando com isso o caráter circular de sua obra, conjunto de livros cuja leitura pode recomeçar infinitamente de qualquer ponto, como sucede hoje com hipertextos", compara.

Lobatiana – Marisa Lajolo é considerada uma das principais especialistas da obra de Monteiro Lobato no país. Ela constata que, mais recentemente, os estudos lobatianos vêm sendo consideravelmente fecundados pela publicação de diversas obras, sobre diferentes aspectos do escritor e sob diferentes pontos de vista. "O fato de muitas publicações se originarem de trabalhos universitários, parece sugerir que está se ampliando o espaço que o escritor vem ocupando na vida acadêmica brasileira", conclui. (J.M.R.)



Narizinho e o Sítio do Picapau Amarelo: incorporando às histórias informações do currículo escolar

Hoje, os ambientalistas do mundo inteiro reclamam das queimadas que consomem a Amazônia brasileira nos verões de junho a setembro. Não sabem, porém, que esta prática já era combatida por Monteiro Lobato, em um artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 1914. Sob o título "Velha praga", o escritor atacava a figura do caipira, a quem denominou impiedosamente de "Jeca Tatu", "Chico Marimbondo" e "Manuel Peroba", acusados de "antigo e desastroso hábito caipira de tocar fogo no mato...". O texto causou tanto impacto que o tornou famoso.

Classificando Jeca como "piolho da terra" e "orelha de pau", Lobato foi na contramão dos patrioteiros plantonistas, que idealizavam os "encantos" dos sertanejos compostos pela minoria – caboclos, negros e caipiras. "(...) uma choça que por eufemismo chamam casa, brota da terra como um urupê. Tiram tudo do lugar, os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, o barro das paredes e a palha do teto. Tão íntima é a comunhão dessas palhoças com a terra local, que dariam idéia de coisa nascida do chão por obra espontânea da natureza – se a natureza fosse capaz de criar coisas tão feias", escreveu sobre os caipiras.

A fama tornou Lobato requisitado para novos textos e conferências, o que o levou a escrever "Urupês", novamente atacando o sertanejo, lembrando que urupê é uma espécie de fungo que brota da madeira podre.

Songomongas – Mais tarde, o escritor admitiu ter sido injusto, pois passou a entender que o caipira não era um ser preguiçoso por herança genética, mas que assim se encontrava por causa das doenças que grassavam pelo Brasil das primeiras décadas do século 20. No mesmo *O Estado*, através de uma série de artigos transformados no livro "O problema vital", afirmou que o "Jeca não é assim, está assim": "(...) a saúde pública brasileira vai mal e a apatia do caipira é decorrente de suas enfermidades, destacando-se a ancilostomose, a leishmaniose, a tuberculose e a subnutrição".

O livro foi bancado pela Sociedade de Eugenia de São Paulo e pela Liga Pró-Saneamento do Brasil, funcionando como propagador da campanha sanitária liderada por Miguel Pereira, Belisário Pena e Artur Neiva. Dentro de sua nova visão dos caipiras paulistas, Lobato pregou que "milhões de criaturas, no meio de uma natureza tão forte e rica, songomongam rotos, esqueléticos, famintos, doridos, incapazes de trabalho eficiente, servindo apenas de pedestal aos gozadores da vida que literatejam e politicalham nas cidades bradando para o interior".

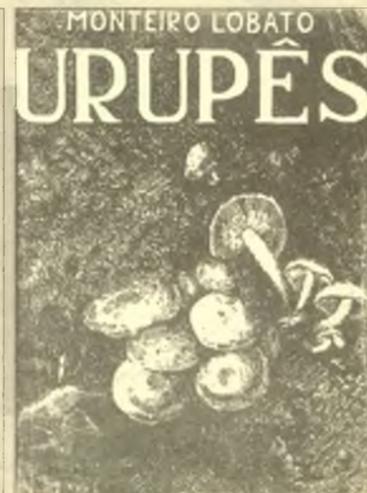
Patrioteira – A oposição patrioteira não demorou. A professora Marisa Lajolo selecionou uma pérola, não assinada, publicada em um jornal do interior de São Paulo como pretensa resposta aos artigos de Lobato, intitulado "De pé, Jeca tatu". Classificado pela pesquisadora como inconsistente e oportunista, o texto descreve o Jeca como uma figura poética e ingênua: "Vivendo na plena liberdade do sertão, envolto nesse imenso amplexo da natureza amiga, sem preocupações com o dia de amanhã, ora de cócoras a descansar, ora em movimento para atender as solicitações da existência, lá vai ele seguindo sem empurrões, o suave caminho de seu destino...".

O texto termina com uma crítica à campanha sanitária em andamento: "Todos os governos reunidos e dispondo do mais aperfeiçoado aparelhamento de engenharia e higiene, jamais poderiam vencer as hostilidades mortíferas daquelas regiões sem o sacrifício da saúde e da vida. Sacrifício interesseiro nadando em rios de ouro orçamentário".

Lobato retrucou com uma de suas histórias mais populares, o "Jeca Tatuzinho", o caipira 'sarado' que prospera, o inverso do outro Jeca, indolente e pobre. Uma personagem com a qual o escritor também vai lucrar, em aliança com a indústria farmacêutica. O Jeca Tatuzinho vai ser garoto-propaganda do Biotônico Fontoura ("beabá-beebé-beibiotônico Fontoura"), naquela que a professora Marisa classifica como a primeira parceria entre os pioneiros da indústria literária e da indústria farmacêutica no Brasil. (J.M.R.)



Urupê, espécie de fungo que brota da madeira podre: depois, Lobato tomaria a preguiça do caipira como problema de saúde pública



Fotos reproduzidas do livro Monteiro Lobato - Furacão da Botocúndia, de Carmem Lucia de Azevedo, Marcia Camargos e Vladimir Sacchetta (Editora Senac, 1997)



Os avós José Francisco Monteiro e Maria Belmira, Visconde e Viscondessa de Tremembé



José Bento Monteiro Lobato, aos 13 anos, depois de substituir seu segundo pré-nome, que era Renato

Álbum de FAMILIA



Maria Pureza da Natividade, a Purezinha, em traje que o escritor anota como "irrepreensível", em foto de sua autoria



Os filhos Guilherme, Martha, Edgard e Ruth no Jackson Heights, nos EUA



Flagrante de Monteiro Lobato carregando livros em rua do centro de São Paulo



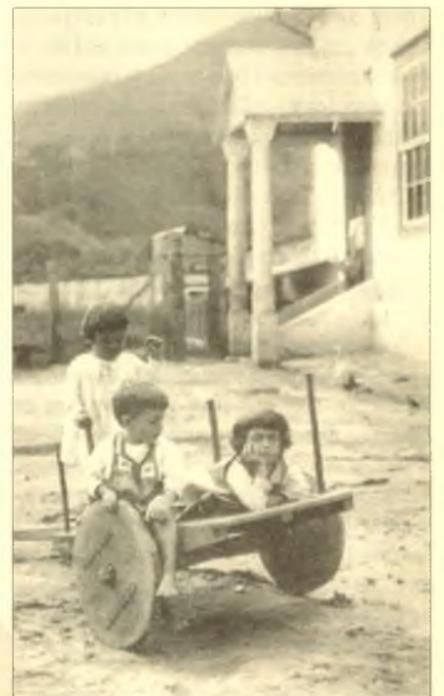
Purezinha posa em pleno inverno de Nova York, em 1928



Purezinha e Lobato à frente de Martha, Edgard, Guilherme e Ruth, em 1926, no Rio



Joyce, a neta, está no carrinho transportado por Martha, na Broadway



Martha, Edgard e Guilherme, filhos do casal, em março de 1914



Bairro da Estiva, em Taubaté, na virada para o século XX



Família Lobato em passeio de automóvel pelos Estados Unidos

Fotos do livro Monteiro Lobato - Furação da Botocúndia, de Carmem Lucia de Azevedo, Marcia Camargos e Vladimir Sacchetta (Editora Senac, 1997)



Textos reproduzidos da página www.lobato.com.br/html

Baú de frases



O certo em literatura é escrever com o mínimo de literatura. (...) a mim me salvaram as crianças. De tanto escrever para elas, simplifiquei-me
(Carta a Godofredo Rangel, São Paulo, 1/2/1943)

Tudo é loucura ou sonho no começo. Nada do que o homem fez no mundo teve início de outra maneira – mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum
(Mundo da Lua, 1923)

Meu plano agora é um só: dar ferro e petróleo ao Brasil
(Carta a Godofredo Rangel, Nova York, 17/8/1927)

Nada de imitar seja lá quem for. (...) Temos de ser nós mesmos (...) Ser núcleo de cometa, não cauda. Puxar fila, não seguir

(Carta a Godofredo Rangel, São Paulo, 15/11/1904)

A coisa que menos me mete medo é o futuro

(Carta a Godofredo Rangel, Rio de Janeiro, 8/11/1925)

Assim como é de cedo que se torce o pepino, também é trabalhando a criança que se consegue boa safra de adultos

(Carta a Vicente Guimarães, Campos do Jordão, 12/1/1936)



A mulher não é inferior nem superior ao homem. É diferente. No dia em que compreendermos isso a fundo, muitos mal-entendidos desaparecerão da face da terra

(Prefácio ao livro No carinho da luz, de Josefina Sarmiento Barbosa, 1921)

O meio de combater uma idéia é lançar ao seu encontro uma idéia melhor. (...) Nunca no mundo uma bala matou uma idéia

(Prefácio a Georgismo e comunismo, 1948)

Curioso de nascença, desde pequeno Monteiro Lobato procurava aprender o máximo sobre as coisas. Visíveis ou imaginárias. E não era só nos livros que buscava respostas. Gostava de saber como as pessoas pensavam. Observava a natureza e descobria seus mistérios. Com tanto conhecimento acumulado, é claro que ele adorava dar palpites sobre todos os assuntos. Tentava mudar o que achava errado, melhorar o que já estava bom. E criava frases. Frases que davam a medida exata do tamanho do seu pensar e que estimulavam o leitor a continuar sonhando. Como se pode ver por estas, aqui selecionadas.

A natureza criou o tapete sem fim que recobre a superfície da terra. Dentro da pelagem desse tapete vivem todos os animais, respeitosamente. Nenhum o estraga, nenhum o róí, exceto o homem
(Miscelânea, 1946)

A primeira vítima da televisão vai ser a velha e boa Saudade, que no fundo é filha da Lentidão e da Falta de Transportes. A saudade desaparecerá do mundo. Em breve futuro a palavra 'longe' se tornará arcaísmo
(Carta a Godofredo Rangel, Nova York, 17/8/1928)

O caboclo é o sombrio urupê de pau podre. (...) Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive." [sobre Jeca Tatu]
(Urupês, 1ª edição, 1918)



Um país se faz com homens e livros
(América, 1932)

Aqui jaz um homem que nunca leu a 'Brasiliana' nem ouviu a Hora do Brasil'

(Ao Jornal de São Paulo, 1946)

A história dos historiadores coroados pelas academias mostra-nos só a sala de visitas dos povos. (...) Mas as memórias são a alcova, as chinelas, o pinico, o quarto dos criados, a sala de jantar, a privada, o quintal (...) da humanidade

(Carta a Godofredo Rangel, São Paulo, 9/5/1913)

Passei nesta prisão, General, dias inolvidáveis, dos quais me lembrarei com a maior saudade. Tive o ensejo de observar que a maioria dos detentos é gente de alma muito mais limpa e nobre do que muita gente de alto bordo que anda à solta

(Carta a Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, abril de 1941)

No fundo não sou literato, sou pintor. Nasci pintor, mas como nunca peguei nos pincéis a sério, arranjei, sem nenhuma premeditação, este derivativo de literatura, e nada mais tenho feito senão pintar com palavras
(Carta a Godofredo Rangel, Areias, 6/7/1909)

No fundo, o que há contra mim é inveja em consequência de minha vitória comercial nas letras. Atéo fim do ano, passo dos 2 milhões em minhas tiragens

(Carta a Jaime Adour da Câmara, São Paulo, 10/5/1928)

Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar

(Carta a Godofredo Rangel, Rio de Janeiro, 7/5/1926)



O Saci, segundo Voltolino, primeiro ilustrador das obras infantis de Lobato: "Cheio de artifícios, capturá-lo é tarefa das mais difíceis"



A aparição do Sacy

Crítico da europeização da cultura brasileira, Lobato compôs o negrinho pernetá e endiabrado a partir de pesquisa popular

Imagens do livro *Monteiro Lobato - Furacão da Botocúndia*, de Carmem Lucia de Azevedo, Marcia Camargos e Vladimir Sacchetta (Editora Senac, 1997)

JOÃO MAURÍCIO DA ROSA

jmauricio@reitoria.unicamp.br

Em 28 de janeiro de 1917, o jornal *O Estado de São Paulo* anunciou, na primeira página, que estava iniciando uma pesquisa. "Sobre o futuro do presidente da República? Não. Sobre o Sacy", informava o texto. A pesquisa foi idealizada pelo escritor Monteiro Lobato, inconformado com a europeização da cultura brasileira, o que havia comprovado em uma visita ao Jardim da Luz, em São Paulo, onde esculturas de anões e duendes, vestindo grossos casacos de inverno polar, ornamentavam os canteiros de flores.

Na pesquisa, perguntava-se aos leitores: 1) sobre a sua concepção pessoal do Sacy: como a recebeu na sua infância?; de quem a recebeu?; que papel representou tal crendice na sua vida?; etc.;



2) qual a forma atual da crendice na zona em que reside?; 3) que histórias e casos interessantes, passados ou ouvidos, sabe a respeito do Sacy?

Choveu cartas no jornal, especialmente de Minas Gerais, Rio de Janeiro e do interior de São Paulo. De comum, as cartas revelavam que o Sacy era fruto de relatos dos negros, ex-escravos empregados em fazendas dos pais ou avós dos leitores. Habitava a zona rural, dançava e fazia diabruras. "É vivo, esperto, assobia, guincha, pula, salta, dá gargalhadas que doem até na medula. Gora ninhadas, queima balões, come o piruá da pipoca, roupa espigas, quebra o pé do milho, bebe o conteúdo dos barris de vinho ou de refresco, deixa as porteiras abertas e fuma o pito da preta velha. Brejeiro, cheio de artifícios, capturá-lo não é tarefa das mais fáceis. Sua estirpe africana, enfatizada, permanece em quase todos os depoimentos", observou Lobato.

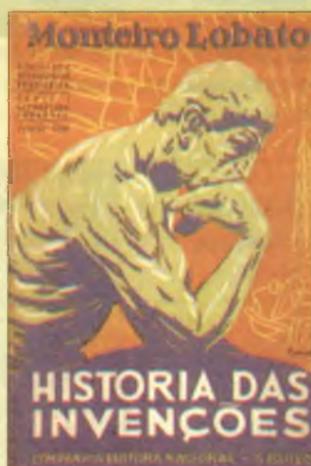
Durante dois meses, enquanto a Europa explodia em guerra, o Sacy tornou-se uma polêmica estrela da imprensa paulistana. No embalo da pesquisa, o jornal promoveu um concurso voltado aos artistas plásticos para escolher a melhor pintura do pernetá. E Monteiro Lobato editou seu primeiro livro, "O Sacy Perêre: re-

sultado de um inquérito", com 2 mil exemplares e 300 páginas, acreditando que seria um best-seller.

Em carta enviada ao amigo Godofredo Rangel, com quem se correspondeu por toda a vida, o escritor destila sua ironia: "De modo que minha estória literária será um livro não assinado e feito com material dos outros. Meu Sacy está pronto. Isto é, composto. Meto-me livro a dentro a corcovear como burro bravo em prefácio, proêmio, dedicatória, notas, epílogo: em tudo com o maior desplante e topete deste mundo", confessou sobre a edição.

Para que se pagasse a impressão, o próprio Sacy atuou como garoto propaganda do chocolate Lacta - "Mulata, minha mulata/ ouve dizer o Sacy/ chocolate como o Lacta/ nunca houve por aqui" -, dos cigarros Castellões - "Por este abandono eu o meu pitinho" - e até da máquina de escrever Remington.

Em 1918, quando lançava a obra, Lobato a classificou como um contraponto à "carnificina europeia", referindo-se à guerra que já durava quatro anos: "Por várias semanas alvorotastes meio mundo, oh infernal maroto, e desviastes a nossa atenção para quadro mais ameno que o trucidar dos povos. Bendito seja!".



A modernização do projeto gráfico

O artista plástico e ilustrador das obras de Lobato Jurandir Ubirajara Campos (foto à esquerda), que assinava J.U. Campos, casou-se com a primeira filha do escritor, Marta, com quem teve Joyce Campos Kornbluh, entrevistada nesta edição do *Jornal da Unicamp*. Joyce nasceu em Nova Iorque, em 24 de fevereiro de 1930. Na época, Monteiro Lobato era adido comercial da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos e convidou Campos para ilustrar a capa de seus livros. Ilustrações que foram fundamentais para a modernização do projeto gráfico das obras editadas pelo escritor.



Jornal da Unicamp **caderno**

ESPECIAL 2

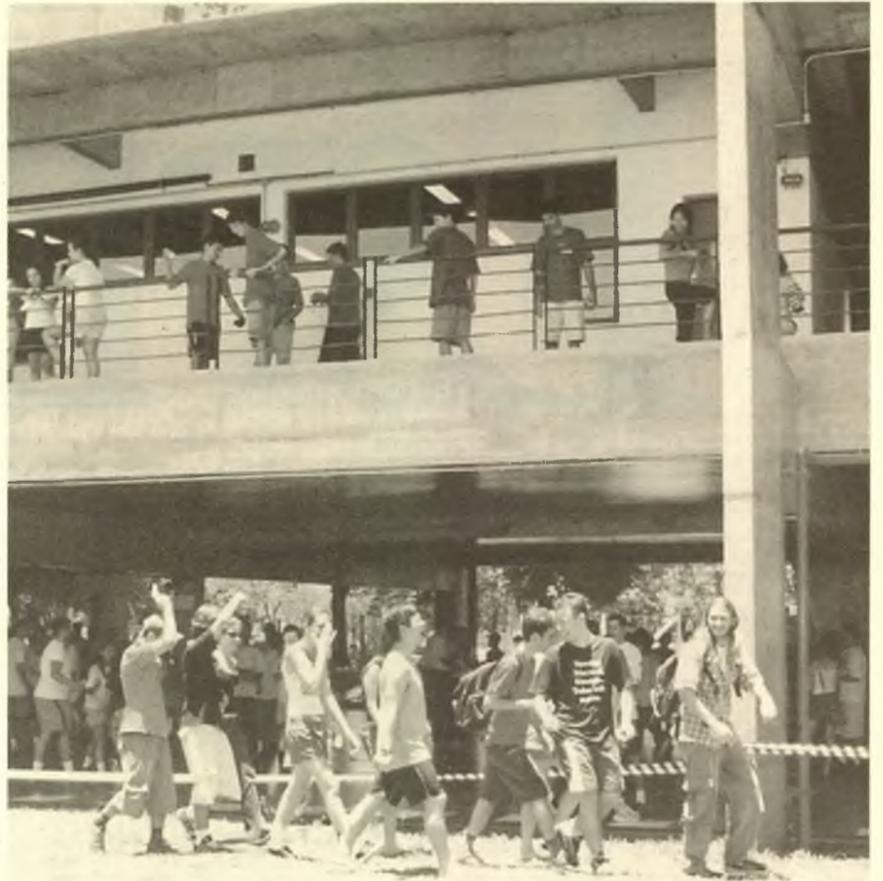
A parte invisível da Unicamp

PRDU é a sigla da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário. Desenvolvimento universitário implica no gerenciamento dos meios para que a Unicamp garanta sua excelência nas atividades acadêmicas – graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão – e nos serviços prestados à população, notadamente na área de saúde. Este Caderno Especial do *Jornal da Unicamp* traz um balanço do que foi feito, na atual administração, em termos de recursos humanos, administração, infra-estrutura, informática e outros serviços essenciais. É o lado da Universidade que a maioria não vê, mas fundamental para a sobrevivência da instituição.



Por uma universidade solidária, transparente e menos burocrática

A Unicamp é conhecida no país e também fora dele como uma das melhores universidades brasileiras. Esse destaque é fruto, principalmente, de suas atividades acadêmicas na graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Mas para que essas atividades-fim possam ser desenvolvidas com o necessário nível de excelência, é preciso que exista todo um trabalho de suporte, em áreas essenciais como recursos humanos, administração, infra-estrutura, informática e tantas outras. É justamente na coordenação dessas atividades-meio que se encontra a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário (PRDU). O pró-reitor Alvaro Penteadó Crósta destaca a importância do trabalho daquela que ele considera a “parte invisível” da Universidade. Alguns exemplos de como a Unicamp vem implementando ações visando o seu desenvolvimento enquanto instituição pública são abordados nesta matéria.



Calouros de 2002 são recepcionados na Unicamp: excelência a ser garantida

Equilíbrio orçamentário

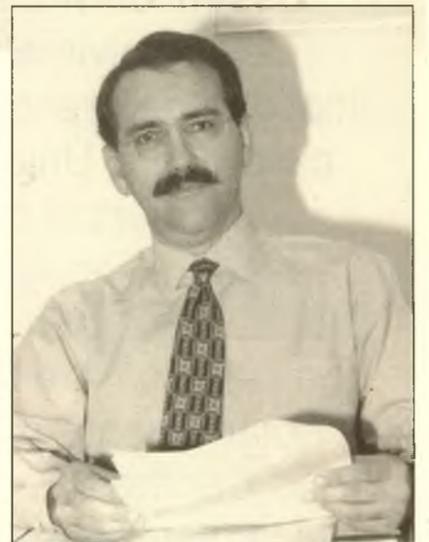
Uma ação de grande importância, e que representou também um dos maiores desafios enfrentados pela Unicamp desde a sua autonomia financeira em 1989, segundo Crósta, foi atingir o equilíbrio entre suas receitas e despesas. Após passar por crises orçamentárias em 1998 e 1999, em função de diminuição relativa de receitas (oriundas do ICMS) e de gastos crescentes, foi possível atingir uma situação de estabilização nos últimos dois anos, com reflexos muito positivos para a Universidade. Foi a partir dessa estabilização que os salários alcançaram o seu maior patamar médio anual desde a autonomia, em 1989. Da mesma forma, esse equilíbrio possibilitou ações importantes, como a implantação da nova carreira dos servidores não-docentes e a implementação de ações definidas no Planejamento Estratégico realizado em 2000.

Carreira

A nova carreira para os funcionários não-docentes é um dos maiores projetos em implantação no âmbito da

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário. A fase de enquadramento nas novas funções, iniciada no segundo semestre do ano passado, já alcançou cerca de 2,7 mil opções do quadro de quase 8 mil funcionários. A opção pela nova carreira não significa necessariamente alteração salarial. Ainda assim, aproximadamente 1,7 mil servidores tiveram algum ganho, devido principalmente a correções de distorções nas funções que desempenhavam. Isso exigiu um aporte de recursos de R\$ 6,45 milhões nos investimentos em salários durante o ano passado.

“Os funcionários que ainda não fize-



Crósta, pró-reitor de Desenvolvimento Universitário: estabilização fundamental

ram a opção pela nova carreira vão avaliar as vantagens e poderão fazer a escolha em qualquer tempo”, diz o pró-reitor. Antes, o quadro funcional parecia uma colcha de retalhos, pois muitas funções eram criadas aleatoriamente, diante da necessidade de cada unidade ou situação específica.

As regras predominantes no novo plano de carreira, vencimentos e salários são a qualificação e bom desempenho na função. Para melhorar a qualificação dos seus funcionários, a Unicamp conta com a Agência de Formação Profissional, criada na atual administração e que trabalha no sentido de adequar o perfil do funcionário à sua necessidade de aperfeiçoamento.

Reposição de Quadros e Infra-estrutura

A Unicamp convive atualmente com alguns gargalos: desde a autonomia, as universidades públicas paulistas são responsáveis pelo pagamento do salário dos funcionários aposentados. Embora na época isto não fosse um problema para a Unicamp por ser uma universidade jovem, quase quatorze anos depois já significa uma pressão importante no orçamento, pois há um elevado contingente de docentes que se aposentou neste período. Apesar das dificuldades, o cenário de equilíbrio orçamentário atingido nos últimos anos vem permitindo uma reposição gradual dos quadros docente e funcional. Segundo Crósta, para 2002 está prevista a abertura de con-

curso para contratação de 20 docentes e mais de uma centena de novos funcionários, um fato novo na história recente da Universidade.

Até agora, o que vinha sendo feito era a redistribuição de quadros, retirando de onde havia folga para áreas mais carentes. Assim como em aumento de pessoal, Crósta diz que o investimento em infra-estrutura está direcionado às unidades mais novas, no sentido de diminuir as desigualdades. É o caso, por exemplo, do Instituto de Artes, que abriu concurso para o projeto de construção do Teatro Laboratório de Artes Cênicas e Corporais, e dos Institutos de Computação e de Geociências, que estão iniciando a construção de suas instalações definitivas. Novos cursos de graduação surgiram incorporados a outros já existentes: o de Arquitetura divide o espaço com o de Engenharia Civil, sendo oferecido no período noturno; e o de Fonoaudiologia é uma iniciativa conjunta da Medicina com a Linguística.



Segurança do trabalho

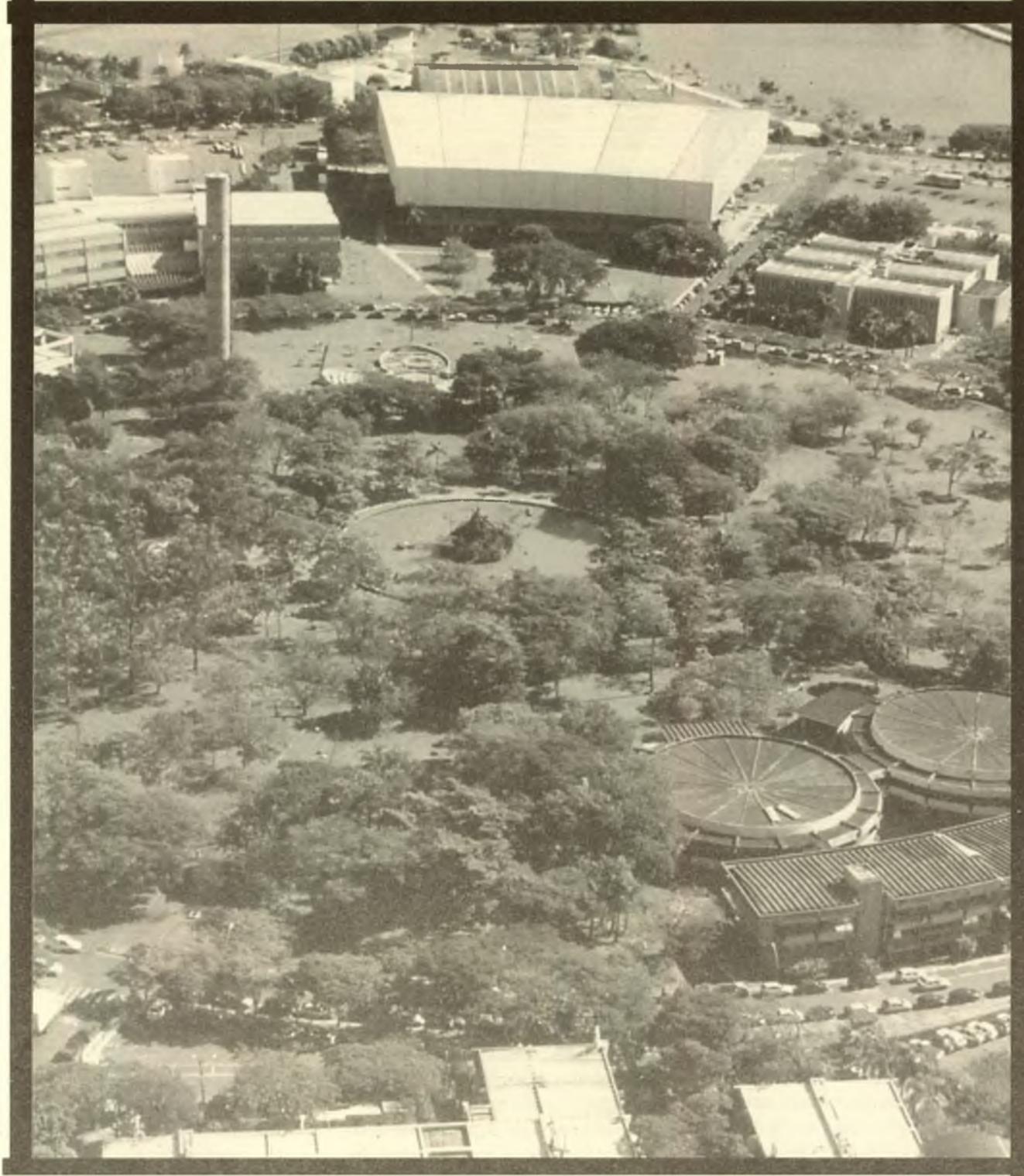
Um plano de investimentos em áreas que não eram devidamente atendidas já está produzindo seus primeiros resultados, comenta Alvaro Pentead Crósta. Em segurança do trabalho, por exemplo, problemas históricos estão sendo resolvidos, contemplando desde detalhes aparentemente banais, como corrimões em escadas, até questões ambientais sérias, como locais adequados ao trabalho com exposição à radiação e o tratamento de resíduos químicos, biológicos e radiativos produzidos na Universidade. Está previsto também um amplo programa de treinamento em segurança e mais recursos para equipamentos de segurança. Outro grande investimento fundamental na infra-estrutura universitária está na construção das estações de tratamento de esgoto e de água, que serão também utilizadas como ambiente de ensino em cursos de graduação.

Redes de informática

Dentro do planejamento estratégico da Universidade inclui-se, ainda, uma modernização da rede de informática para tornar todas as unidades aptas a usufruir dos últimos avanços tecnológicos. “Embora já tenhamos um dos melhores backbones acadêmicos do país, toda a rede deve ser ampliada e estar compatível à Internet 2 de forma homogênea pelos campi, para que todos tenham acesso a uma conexão rápida”.

Prefeitura do campus

A Prefeitura, também sob a alçada da PRDU, tem um plano ambicioso de revitalização de algumas áreas do campus. Milhares de mudas de árvores foram plantadas



Vista aérea mostrando em primeiro plano o Ciclo Básico I; ao fundo, a Biblioteca Central à esquerda e o Ginásio Multidisciplinar

para reconstituir a mata original ao longo da rede de drenagem do campus de Barão Geraldo e estão em implantação projetos de revitalização e de paisagismo de áreas importantes como o Ciclo Básico.

Outro projeto de impacto social importante e que coloca a Unicamp na vanguarda do trabalho de reabilitação social é o “Re-Educando”. Já em seu terceiro ano de vigência, este programa absorve a mão-de-obra de detentos para realizar trabalhos no campus. Para poder participar do projeto, o participante tem de estar em seu último ano do cumprimento da pena e apresentar bom comportamento, recebendo ajuda de custo e alimentação. Até agora, a experiência tem sido muito bem sucedida, com um número crescente de re-educandos atuando em diversas áreas na Unicamp.

A idéia, segundo Crósta, é fornecer a essas pessoas uma qualificação para o trabalho que as capacite para o retorno harmonioso ao convívio social. “Prendemos conferir uma certificação da Unicamp a estes re-educandos, por meio da nossa Agência de Formação Profissional, que funcionaria como uma espécie de carta de recomendação para sua nova vida”. Baseadas na experiência da Unicamp, muitas empresas da região de Campinas vêm aderindo ao programa, comenta o pró-reitor.



Modernização dos sistemas administrativos

Algumas ações iniciadas na atual gestão serão deixadas para sua continuidade e consolidação. Uma delas é a modernização do Sistema Informatizado de Administração. O sistema atual está com grande defasagem tecnológica e foram realizados estudos para substituí-lo por uma arquitetura moderna, voltada para o ambiente Web. “Foram dois anos de análise, que nos levaram à conclusão de que o sistema mais adequado para as necessidades da Unicamp é o desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria (RS)”, declara Crósta. Esse sistema já se encontra em operação em algumas universidades do país e teve o seu desenvolvimento custeado pelo MEC, visando sua implantação nas universidades federais. Durante todo este ano deverão ser executados os procedimentos de ajuste para que ele possa estar implantado no primeiro dia do ano fiscal de 2003.

Mas mesmo o atual sistema administrativo vem sendo aperfeiçoado, visando principalmente facilitar o acesso e o uso de informações es-



senciais. Um exemplo recente é a implantação do módulo de consultas gerenciais, via Web. Esse módulo permite aos gestores da Universidade acessar facilmente os dados contidos nos sistemas corporativos de finanças, orçamento, suprimentos, convênios, dentre outros, dando mais transparência à gestão do patrimônio público.

Prestando contas à sociedade

A Unicamp é uma das instituições acadêmicas pioneiras na implantação de uma auditoria interna. Nesse sentido, ela vem se juntar a um pequeno grupo de universidades federais que adotaram recentemente serviços de auditoria interna. A decisão de criar mecanismos internos de controle é uma iniciativa que tem enfoque eminentemente preventivo e levou em consideração a preocupação em prestar contas à sociedade dos recursos aqui investidos.

A idéia é atuar junto às unidades de forma a encaminhar melhor os processos administrativos e diminuir o risco de erros, evitando sobrecarregar os docentes com preocupações administrativas. “O professor deve estar mais voltado para suas áreas-fim; se ele gasta parte considerável do seu tempo com a administração, alguma coisa está errada”, considera Crósta. “A administração deve pensar a Unicamp de forma a deixá-la transparente e ágil”.

Planta original previa um terço da atual ocupação do campus, o que gera problemas similares à expansão desordenada dos centros urbanos

Administrando uma

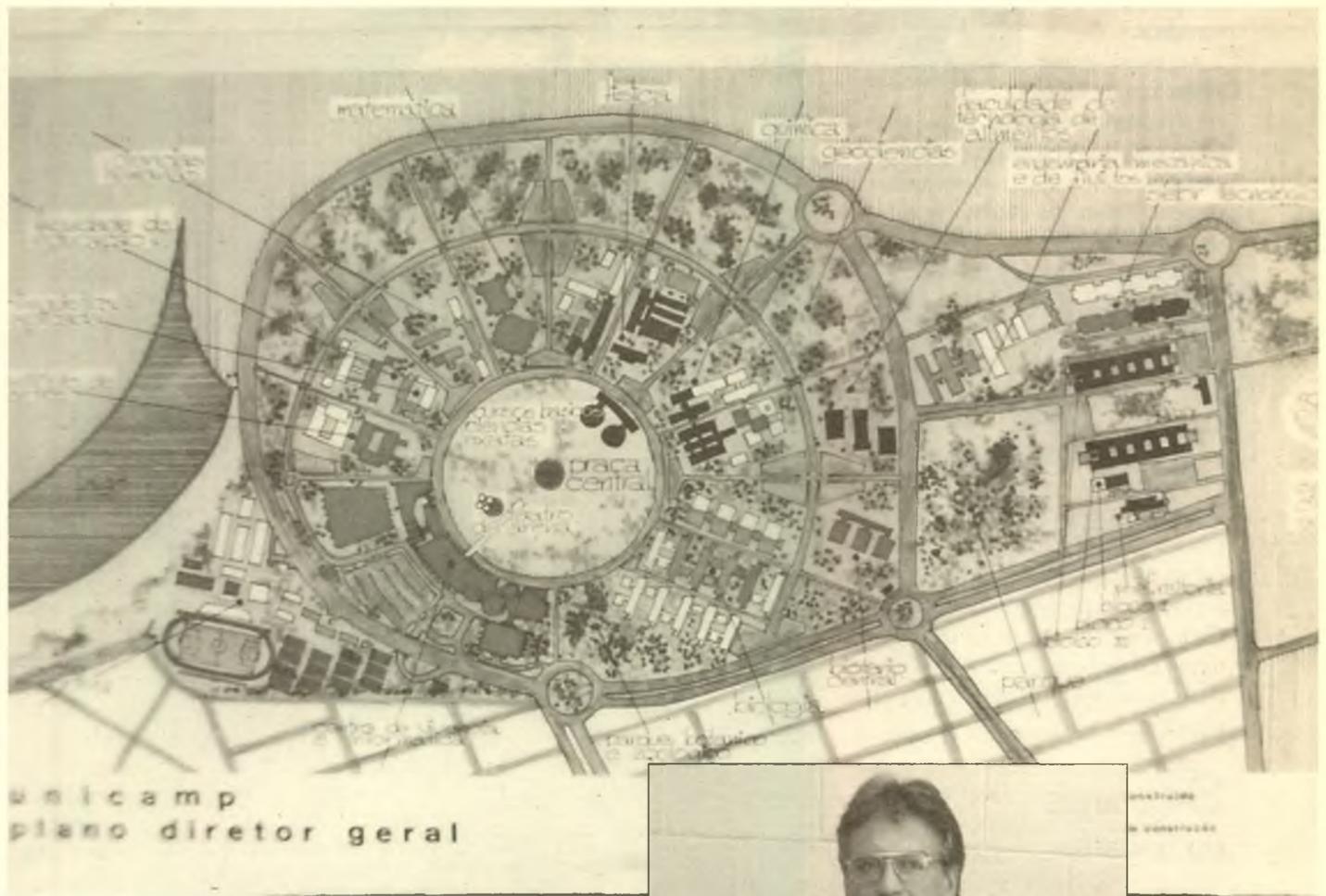


Verde que te quero verde

Dentro de alguns anos, a fotografia do campus será outra: jatobás, ingazeiros, pitangueiras, uvaías e outras quase 300 espécies de árvores nativas da região estarão sombreando as avenidas, os jardins, os estacionamentos, as áreas de convívio. Esta marca é um dos orgulhos do biólogo Adriano Grandinetti Amarante (foto acima), responsável na Prefeitura da Unicamp pela implantação de áreas verdes.

Para ele, revitalizar os espaços deteriorados e ampliar os bosques ao redor dos lagos tem sido um trabalho compensador, apesar das horas sob sol ardente que a tarefa exige. "O diferencial da atual gestão da Universidade é que estamos trabalhando com várias áreas integradas, o que torna o trabalho racional e mais efetivo", observa Amarante. Segundo o biólogo, apenas ao redor do lago que beira a avenida Magalhães Teixeira, inaugurada também nesta gestão, foram plantadas 4.066 árvores de 250 espécies; ao lado, a mata encharcada de taboa (tipo de vegetação local) foi preservada, pois este ecossistema garante a vida de várias espécies animais.

A recuperação vegetal do leito do Rio das Pedras, que nasce também nessas proximidades, e as fileiras de grandes árvores (como pau brasil e ipê rosa), que seguem o traçado de cada margem da avenida Antônio Costa Santos, são projetos que irão desenhar este cenário do campus no futuro. "Nosso viveiro tem mais de 1.200 espécies de plantas para serem cultivadas na Unicamp", informa. A multiplicação do verde na paisagem local, além de oferecer sensação de bem-estar para quem trabalha ou estuda na Universidade, atrai 110 espécies de aves catalogadas, que habitam ou passam pelo campus a cada ano.



Mais de 30 mil pessoas circulam diariamente pelo campus de Barão Geraldo. Elas apresentam demandas específicas de sua área de atuação, fazendo mover uma máquina administrativa da dimensão de uma cidade de tal porte. A planta original da Unicamp previa um terço desta ocupação, o que faz antever problemas similares à expansão desordenada de centros urbanos.

A movimentação de veículos fica mais complicada, o cuidado com a segurança da pessoa precisa ser somado aos trabalhos de controle patrimonial, a manutenção e a garantia de serviços básicos tornam-se mais complexas. Um verdadeiro aparato funcional precisa ser montado e estar bem azeitado, para que a cidade agrade a seus habitantes.

O prefeito Orlando Fontes Lima Júnior completa seus quatro anos de gestão fazendo um balanço positivo. "Nosso propósito é o de contribuir com a qualidade de vida no campus e garantir os serviços essenciais do dia-a-dia", ressalta, enumerando uma série de ações concretizadas nesse sentido. O prefeito acrescenta que a política integrada com as diversas áreas responsáveis pela operação no campus e o grande empenho e profissionalismo da equipe da Prefeitura possibilitaram vários avanços.

Preservação — Lima Júnior aponta que foram identificadas as áreas de preservação ambiental do campus, além do paisagismo em trechos de mato substituídos por gramados. Plantou-se mais de sete mil árvores nativas para recuperação e futura abertura de espaços de recreação.

O sistema viário cresceu e recebeu nova sinalização para desafogar os gargalos de trânsito, recuperando, com a terceira rotatória paralela à nova avenida Antonio Costa Santos e a implantação da avenida Magalhães Teixeira, o traçado original do plano diretor da cri-

Orlando Fontes Lima Júnior, prefeito do campus: balanço positivo depois de quatro anos administrando uma cidade



Na arte do alto desta página, a primeira planta da Unicamp, feita pelo arquiteto João Carlos Bross: um terço da ocupação atual



Acima à esquerda, o plantio de árvores pelo campus. Acima à direita, Henrique trabalha na reciclagem de papel. Ao lado, o lago da praça dos Ciclos Básicos em reforma



cidade chamada Unicamp



Nas imagens aéreas acima, quatro momentos do processo de ocupação do campus de Barão Geraldo, desde os trabalhos de terraplanagem



Revirando o lixo, aliviando o tráfego

Desafogar o trânsito das grandes entradas e a circulação nos eixos centrais da Unicamp era o desafio de Cristiane Chuffi (foto acima), responsável pela área de serviços do campus. Uma ação concreta foi a inauguração das novas avenidas, formando a rota opcional para a entrada 5, que conecta a Unicamp com o campus da PUC-Campinas e evita o fluxo de veículos na região do HC e toda área de saúde.

Cristiane comemora, também, a inauguração em fevereiro último da Central de Serviços e Utilidades, prédio que reúne os serviços de vigilância, gerenciamento da água, central telefônica e bombeiros. Com a centralização de todos esses serviços num ponto estratégico, na confluência das novas avenidas, qualquer ação pode fluir com maior rapidez, segundo informa a engenheira.

O serviço de vigilância, criado inicialmente para cuidar do patrimônio da Universidade, evoluiu para um trabalho de escolta e segurança de pessoal, diante do quadro de violência que atinge a cidade e do qual o campus não é imune. Por conta desta necessidade, o serviço – que dispõe de três motos, 7 veículos e telefones com identificador de chamadas – estende-se hoje para além do horário de funcionamento normal da Unicamp. Os vigilantes fazem o trabalho de escolta para professores, funcionários e alunos; quando há necessidade, transportam grupos de estudantes, fora do horário dos ônibus, até a Moradia Estudantil.

Nevrágico – Outro ponto nevrágico no dia-a-dia da Universidade é a administração do lixo gerado no campus. Segundo José Benedito Castro Henrique, responsável pela área de reciclagem, pode-se reaproveitar entre 40% e 45% das 100 toneladas de lixo geradas no campus a cada mês, pois se trata de lixo seco. Hoje, a Central de Reciclagem já processa cerca de 15 toneladas mensais de papel, metal, plástico e vidro, quantidade que ainda pode crescer muito. Isto depende, basicamente, da adesão das unidades ao programa de redução de lixo no campus, já em operação. “Na área de reciclagem de papel, várias unidades, como IFCH, IEL e Convest, já participam do programa, cuja adesão é voluntária”, informa Henrique. A intenção da Prefeitura, no entanto, é de expandir o programa para todo o campus, com a adesão e organização da coleta nas unidades.



O anfiteatro do Ciclo Básico, que será pintado para realização de eventos programados pela Coordenadoria de Difusão Cultural

ação da Unicamp. O prefeito acrescenta que essas novas avenidas – batizadas em homenagem a ex-prefeitos de Campinas – passam sobre uma área antes deteriorada e utilizada como lixão, com a implantação de um bosque marginal onde se encontram espécies nativas na região.

Além da preservação de três grandes áreas, o trabalho no espaço urbano do campus incluiu a recuperação da cobertura vegetal de praças, avenidas e ruas, e o paisagismo em espaços de grande concentração, como a praça do Ciclo Básico e o complexo dos prédios da Reitoria. “A gestão ambiental é uma preocupação fundamental, pois deve harmonizar a expansão da ocupação do campus com a cobertura vegetal e a capacidade de infra-estrutura técnica, destacando-se as edificações, vias, sistemas prediais e urbanos como água, energia elétrica e telefonia”, explica Lima Júnior, que é professor da Faculdade de Engenharia Civil (FEC).

Parcerias – Um dos projetos em andamento é uma parceria com o Santander/Banespa, voltado para a revitalização da praça dos Ciclos Básicos. Ele inclui limpeza e aeração do lago central (com 70 metros de diâmetro e que ficará com águas límpidas), limpeza e pintura do anfiteatro a ser utilizado para atividades culturais programadas pela Coordenadoria de Difusão Cultural, e a recuperação urbanística de todo o espaço de convívio com jardins, bancos, iluminação e implantação de novos caminhos.

Na circulação do campus foram instalados bancos novos, coletores de lixo colocadas com maior discricção junto às cantinas e coleta seletiva em todas as unidades que requisitarem este serviço. Os 80 pontos de ônibus também serão modernizados. Está prevista ainda a instalação de painéis informativos de localização, horários e trajetos em cada ponto de ônibus.



Nova avenida, que recebeu o nome de Antônio Costa Santos, uma homenagem da Universidade ao prefeito assassinado em setembro

Trechos de mato são substituídos por gramados, dentro de um projeto que vai dar outra paisagem à Unicamp em poucos anos



Informatização agiliza Recursos Humanos

DGRH vai além dos holerites para oferecer serviços de readaptação profissional, saúde ocupacional, ginástica e ergonomia

A postura clássica da gerência de recursos humanos mudou com a atual gestão. O organismo responsável pela área, a Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH), não mais se limita ao serviço de pagamento de vencimentos, tendo adquirido um espectro moderno de gerenciamento do setor e da forma mais ampla possível. O coordenador João Frederico da Costa Azevedo Meyer explica o conceito de administração pessoal envolvendo, além dos controles habituais, um extenso trabalho de readaptação de funcionários, saúde ocupacional, ginástica laboral e ergonomia.

Outro grande salto, para um quadro funcional de mais de 20 mil holerites da Universidade, é o sistema informatizado de todas as funções, gerenciado a partir de uma base de dados. Hoje, qualquer funcionário, munido de uma senha, pode consultar sobre sua vida profissional, acessando informações como vencimentos, previsão de férias, dados pessoais, gratificações, entre outros. Meyer lembra que, pelo sistema antigo, o serviço exigia um prazo de dois meses para que o servidor marcasse suas férias, procedimento burocrático que agora é feito via computador pelo RH de sua própria unidade.

Como é um sistema pesado, que gerencia informações sigilosas e estratégicas, sua confecção vem se dando com muito critério. “Exigiu-se mudanças em todas as áreas para adequação ao rigor necessário na inserção de dados e mecanismos seguros quanto a seu armazenamento e para a proteção do sistema”. O equipamento principal está no Centro de Computação, num ambiente de segurança adequado à dimensão do serviço”, informa o coordenador.

Nesta transição, as tarefas de recursos humanos foram reconsideradas, mas, até hoje, muita conferência tem sido feita para garantir a maior abrangência da informação e que nenhum dado importante se perca ou sofra alteração. Segundo Meyer, o contingente que trabalha no setor de controle de pessoal é menor, em que pesem a melhor qualidade do serviço e o fato de as atividades terem sido ampliadas. “A informática do DRGH perdeu 11 pessoas ao longo dos últimos nove anos e ganhou apenas dois estagiários”, afirma.

Fim do estigma – Embora este enxugamento traga como aspectos positivos a ampliação de funções e o fim do estigma do funcionário público restrito a uma tarefa específica, agora o servidor se submete a pressões justamente pelas múltiplas tarefas e prazos a serem cumpridos. “De cada dez tarefas requisitadas, nove vêm com o carimbo de urgência”, observa Meyer.

Contudo, o coordenador se mostra animado com o novo ânimo que nota entre os funcionários de sua área. “O número de servidores que pedem para aprimorar sua formação específica é estimulante: em cinco dias úteis de janeiro, recebi três pedidos de aperfeiçoamento para melhoria de desempenho”.



Patrulheiros e guardinhas: ‘Educação pelo trabalho’ é o lema



Reunião da equipe de João Meyer (no detalhe do alto): servidor com múltiplas tarefas



Creche da Unicamp: 1,2 mil crianças atendidas no ensino básico e fundamental

Maior desafio é consolidar a nova carreira

Passada esta fase inicial de informatização do sistema, o principal desafio da DGRH é consolidar a implantação de uma nova carreira. Diante das funções que eram excessivamente precisas e com um detalhamento que dificultava a mobilidade de cargos, o princípio foi enxugar tais nomenclaturas e se apoiar nos méritos. “Nosso objetivo é adotar, com os funcionários, os mesmos critérios de ascensão que já existem para os docentes. É uma tendência moderna, que regulamenta as exigências no que elas têm de fundamental para o melhor desempenho de cada função”, explica Meyer.

Outro aspecto destacado pelo coordenador para impulsionar a melhoria constante da formação do funcionário é que, hoje, a Universidade não contrata mais ninguém sem o primeiro grau completo. E, em sua trajetória profissional dentro do campus, ele terá diversas opções de aperfeiçoamento. “Encaramos grandes desafios a partir de 1998, como a implantação da nova informatização e nova carreira, dentro da proposta de transcender a concepção convencional de recursos humanos”.

João Meyer ressalta que, dentro da Diretoria Geral, operam diretorias específicas, cuidando de benefícios que vão da administração de todo programa educativo para funcionários e seus filhos – creches, escola básica e fundamental, supletivo – até os de segurança e saúde ocupacional. “Aplicamos conceitos modernos em todas estas áreas. Em relação a guardinhas e patrulheiros, por exemplo, nos baseamos no preceito de ‘educação pelo trabalho’, contemplando menores a partir dos 16 anos que, não raro, serviam a outros segmentos como opção de mão-de-obra barata”.

Nesta linha, o Proseres, departamento que cuida de bolsas de estudos para funcionários, já acumula 150 pedidos atendidos nas áreas de Exatas, Humanas e Biológicas. As instituições que concedem descontos nas mensalidades são Unip/Campinas, Unimep, USF, Escola Arquimedes e Cetec. Cerca de 1,2 mil crianças são atendidas pelas creches e sistema de ensino básico e fundamental da Unicamp.

É preciso arte para administrar

A DGA faz uso de recursos inesperados para mostrar a face humana de um trabalho tido como burocrático

Se for preciso, cada um se fantasia de bicho, assiste a um monólogo da atriz Clarice Abujamra ou ainda se encanta com o navegador Amir Klink contando sobre a importância do trabalho em equipe para a sobrevivência. Vera Lúcia Randi Ferraz, coordenadora da Diretoria Geral de Administração (DGA) da Unicamp, lança mão dos recursos

Clarice Abujamra: monólogo



mais inesperados para estimular seus funcionários com seminários e workshops e deixar evidente que o trabalho administrativo tem sua face humana. Ela quer dizer adeus ao folclore dos carimbos, da burocracia que faz subir e descer cópias de documentos por falta de especificações.

“Queremos quebrar o estigma pejorativo de que, se é administração pública, é lenta e ineficiente”. Algumas áreas da DGA já podem comemorar este feito. Segundo a coordenadora, a Unicamp foi o primeiro órgão público a divulgar suas licitações pela Internet e executa com pontualidade 100% dos seus pagamentos. Com a pontualidade nos pagamentos, viabilizada a partir de 1989 – quando as universidades públicas paulistas ganharam autonomia financeira do Estado –, houve um aumento no número de participantes em licitações e conseqüente rebaixamento dos preços. A eficácia nos procedimentos de importação, com a constante qualificação do pessoal, levou à redução sensível nos custos e tempo de aquisição e chegada do produto. No ano passado, a área de importação da DGA adquiriu aproximadamente US\$ 6 milhões em bens destinados à pesquisa, posicionando-se como terceiro órgão em volume de importações amparadas pela lei 8010/90, em todo o país.



Vera Randi, coordenadora da DGA: adeus ao folclore dos carimbos



O navegador Amir Klink, em palestra da DGA. Abaixo, tempo para ginástica laboral

Divisor de águas

Para melhor desempenhar o papel de articulador de ações, era fundamental na DGA desvincular o aspecto político do técnico. “A gestão de Hermano Tavares foi o divisor de águas, que consolidou esta posição”, diz Vera Randi, mantida na coordenação, assim como todo o seu quadro funcional, apesar de o reitor ter sido eleito como candidato da oposição.

Vera Randi atua na Universidade desde 1967, quando ingressou como funcionária de carreira na área administrativa. “Sou anterior à própria estrutura da DGA e trabalhei com todas as reitorias”. Por mais de duas décadas, esta foi uma área política, pois seu coordenador era totalmente ligado ao reitor, e sua atuação, centralizada. Este perfil, em que área política e administrativa se confundiam, e em que a DGA ainda não era um órgão essencialmente técnico, durou até 1986.

Segundo Vera, foi no mandato de Paulo Renato que se iniciou, de fato, uma descentralização dos serviços administrativos e uma gestão igualmente descentralizada de recursos. “A DGA começou, então, a cumprir o seu papel técnico, cuja finalidade é organizar, dirigir, executar e fazer executar o serviço administrativo da Universidade”. Para a diretora, o foco então se acertou e passou a ser voltado para as funções administrativas de conciliar as normas de todas as instâncias estaduais e federais, que regem a Universidade, com as decisões da Reitoria.

Plano estratégico

Pela primeira vez a Universidade possui um Plano Estratégico Institucional (PEI), iniciado no final do ano 2000 e cuja execução depende da administração para garantir esse suporte. A implantação de cursos à noite, por exemplo, exigiu uma série de providências que foram tomadas muito antes desses cursos entrarem em funcionamento. Da mesma forma, a liberação de verbas para prédios novos significa um impacto em outra série de medidas para concretizar sua construção, todas tomadas na alçada dos órgãos administrativos.

“É a DGA que licita para contratar mão-de-obra e materiais e precisa estar preparada para atender a demanda. Depois da fase de construção, vem o mobiliário, o fluxo de caixa para as despesas e todas as responsabilidades para que possa funcionar, mas são tarefas invisíveis; elas só aparecem quando alguma coisa errada acontece”.

Vera Randi está convencida, após quase 35 anos trabalhando na administração da Unicamp, que a característica desta área é aparecer somente na hora da crítica. Mas, como atividade-meio, é assim mesmo que tem de ser: “Invisível na maior parte do tempo”.

O papel da DGA é o de dar suporte administrativo às áreas de contabilidade, materiais, transportes, marcenaria, gráfica, patrimônio e finanças em geral. Apesar de administração pública, comprovou que é possível ter eficiência e agilidade: “O objetivo é que esta área administrativa se transforme em referência, assim como a área científica e acadêmica da Unicamp já é”, conclui Vera.

Pioneira na prevenção

Para que as ações administrativas fiquem cada vez mais eficientes, a Unicamp acaba de criar a primeira coordenação de auditoria interna, assumida pelo até então coordenador associado da DGA, Adauto Bezerra Delgado Filho. “Trata-se de uma atividade moderna em administração, com um forte caráter de prevenção e orientação, uma ponte com as diversas unidades da Unicamp”. O coordenador acrescenta que está havendo um concurso interno para formar a primeira equipe de auditores, entre funcionários das áreas administrativas de toda a Universidade.

A coordenadora da DGA contabiliza que, em 1989, eram 652 funcionários, sendo 205 remunerados por funções gerenciais com as devidas gratificações, mas que esta responsabilidade só existia no papel; hoje, após a modernização dos serviços, o quadro lotado na diretoria é de 273, com 31 cargos gerenciais “de fato”. Para Vera, os fatores que mais contribuíram para esta reversão foram a informatização, a descentralização e, de maneira decisiva, o esforço concentrado na formação técnica, no acompanhamento da saúde e no desenvolvimento pessoal e gerencial do quadro de profissionais da DGA.

“O pessoal técnico de administração precisa enxergar o reflexo do seu trabalho nos bons resultados finais da Universidade e conquistar a credibilidade dos acadêmicos ao facilitar a atividade-fim. Para provocar esta verdadeira revolução na burocracia, não é preciso dinheiro; as coisas acontecem quando há decisão política, muita vontade de trabalhar e nenhum medo de se expor ou até de errar em algumas iniciativas”.

Selo de qualidade

Para Vera Randi, a organização e rigor no sistema de cadastro de fornecedores permitiram que hoje o Certificado de Registro Cadastral, emitido pela Área de Suprimentos da DGA, seja aceito no Brasil inteiro. “Ganhou credibilidade perante o conjunto de órgãos públicos, o que o torna aceito como documento sem restrições”. A coordenadora acrescenta que as taxas

conseguidas para remunerar as aplicações financeiras da Universidade sempre estão na média superior do mercado, mesmo diante da posição de cliente compulsória de algumas instituições oficiais.

A política de boas negociações no mercado e eficiência nos serviços, segundo ela, se reflete ainda na área de produção própria da gráfica e da marcenaria. “Livros e móveis produ-

zidos internamente apresentam qualidade compatível à do mercado, a custos entre 30% e 50% mais baixos”.

Com a centralização de toda execução financeira e contábil na DGA, os procedimentos dentro dos padrões são obedecidos, o que tem permitido a aprovação regular das contas da Universidade junto ao Tribunal de Contas.



Os re-educandos, detentos que trabalham no campus, vencem resistência inicial e se inserem à paisagem verde

A nova trilha

Os trabalhadores de uniformes verde-bandeira já fazem parte do cenário do campus de Barão Geraldo. Em grupos, às vezes acompanhados por um funcionário, cuidam da manutenção dos gramados e serviços gerais, garantindo a arrumação e limpeza que o espaço universitário possui hoje. O projeto dos Re-Educandos nasceu há quatro anos, tendo como perspectiva a inserção social e a ocupação produtiva de presidiários que cumprem pena em sua última fase de detenção.

Pedro Luporini dos Santos, engenheiro do Escritório Técnico de Construções (Estec) que acompanha o programa, conta que inicialmente os re-educandos trabalhavam exclusivamente em atividades braçais, como manutenção do Parque Ecológico e outras áreas. “A incorporação desta mão-de-obra na estrutura de serviços do campus enfrentou uma resistência muito grande no começo”, conta. Ele lembra que houve manifestações contrárias de diversas ordens, de colegas de trabalho e da comunidade universitária em geral, temerosos de eventuais riscos à segurança.

Apesar de alguns problemas iniciais de adaptação à nova situação, nenhuma ocorrência grave foi registrada em todo o período que o programa está em operação no campus. O engenheiro observa que, por obedecer a normas de convivência extremamente rígidas dentro do presídio, o re-educando geralmente tem um comportamento exemplar e muito cordial.

O perfil do re-educando incorporado ao trabalho do campus é heterogêneo, mas bem definido a partir da unidade penitenciária de origem, no caso o Presídio Ataliba Nogueira. Entre os critérios exigidos se incluem uma avaliação psicológica, bom comportamento e estar no final da pena. Embora deslocados com mais frequência para funções braçais, muitos apresentavam qualificações diversas, com experiência e formação escolar diferenciada.

A primeira turma a chegar na Unicamp era composta de 40 re-educandos. Este número passou a ser bastante variável, chegando hoje à média de 100. “Não existe um período de permanência no programa pré-fixado para cada um deles, podendo variar de algumas semanas a até mais de um ano”, explica Santos. Uma menor ou maior temporada vai depender do ajuste ao tipo de trabalho, do comportamento e do final de sua pena. Quando é detectado qualquer problema, o re-educando é imediatamente substituído, segundo garante o engenheiro.

Todas as manhãs, às 7h30, dois ônibus fretados chegam com os trabalhadores, que estão sempre acompanhados de agentes penitenciários. Os horários são rigorosos – almoço às 10h45 e volta ao pre-

Re-educandos trabalhando no plantio de plantas: leque maior de tarefas, bem além do trabalho braçal



sídio às 16h – e neste período é feita a chamada sistemática de comparecimento.

Desempenho – Esta rotina não impede que o trabalho de um re-educando seja desempenhado no mesmo ritmo de outro funcionário da Universidade do mesmo ramo de atividade. O engenheiro acrescenta que, desde o início do programa, foram incorporadas outras tarefas, além da manutenção: atendimento ao público, catalogação e arquivo de algumas bibliotecas do campus; serviços administrativos em unidades que os requisitam; manutenção da telefonia ou do setor hidráulico; prevenção contra incêndios, apoiando o trabalho dos bombeiros; e em serviços gerais de limpeza no restaurante universitário.

Dentro da proposta de reavaliação do programa, um dos itens é aperfeiçoar a qualificação desses trabalhadores para que, ao final do estágio dentro do campus, possam receber um certificado pelo bom serviço prestado. “Este documento servirá, na verdade, como carta de referência para sua reintegração social após o cumprimento da pena”, espera Luporini.

Reintegração – O balanço desta experiência tem sido extremamente positivo, seja para a Unicamp, que já discute o aprimoramento do programa, seja para a sociedade, pois o índice de reincidência é muito inferior entre os participantes do programa em relação aos detentos que cumprem pena em regime fechado. O debate na Universidade, hoje, se dá em torno do tipo de trabalho que pode ser incorporado ao programa, se este período deve

Luporini, engenheiro do Estec: “O comportamento deles é exemplar e muito cordial”



incluir a tarefa de treinamento e formação, qual o apoio social e psicológico possível de oferecer e se a Unicamp deve ou não ter maior participação em todo o processo de seleção e permanência.

O bom desempenho de muitos dos re-educandos vem proporcionando oportunidades concretas de reintegração ao mercado. “Um deles, que a gente tem notícia, trabalhou no campus na área de manutenção de máquinas do Parque Ecológico e foi contratado por uma empresa que faz esse tipo de serviço, após o término de sua pena”. Luporini acrescenta que cada re-educando recebe um pouco mais que o salário mínimo pelo serviço, mas não integralmente: ele decide o que fazer com 75% do pagamento (para a família, uma poupança ou despesas pessoais); 25% são rateados entre outros detentos que prestam serviços de apoio na unidade prisional.

CADERNO Temático

Campinas, março/abril de 2002 – ANO II – Nº 13

Suplemento do Jornal da Unicamp

Segurança Urbana

O DESAFIO

Fotos: Neldo Cantanti



Habib e Tavares: a Universidade atuando nas questões sociais

Unicamp promove encontro de especialistas, em busca de diagnósticos e soluções para reverter o quadro de violência

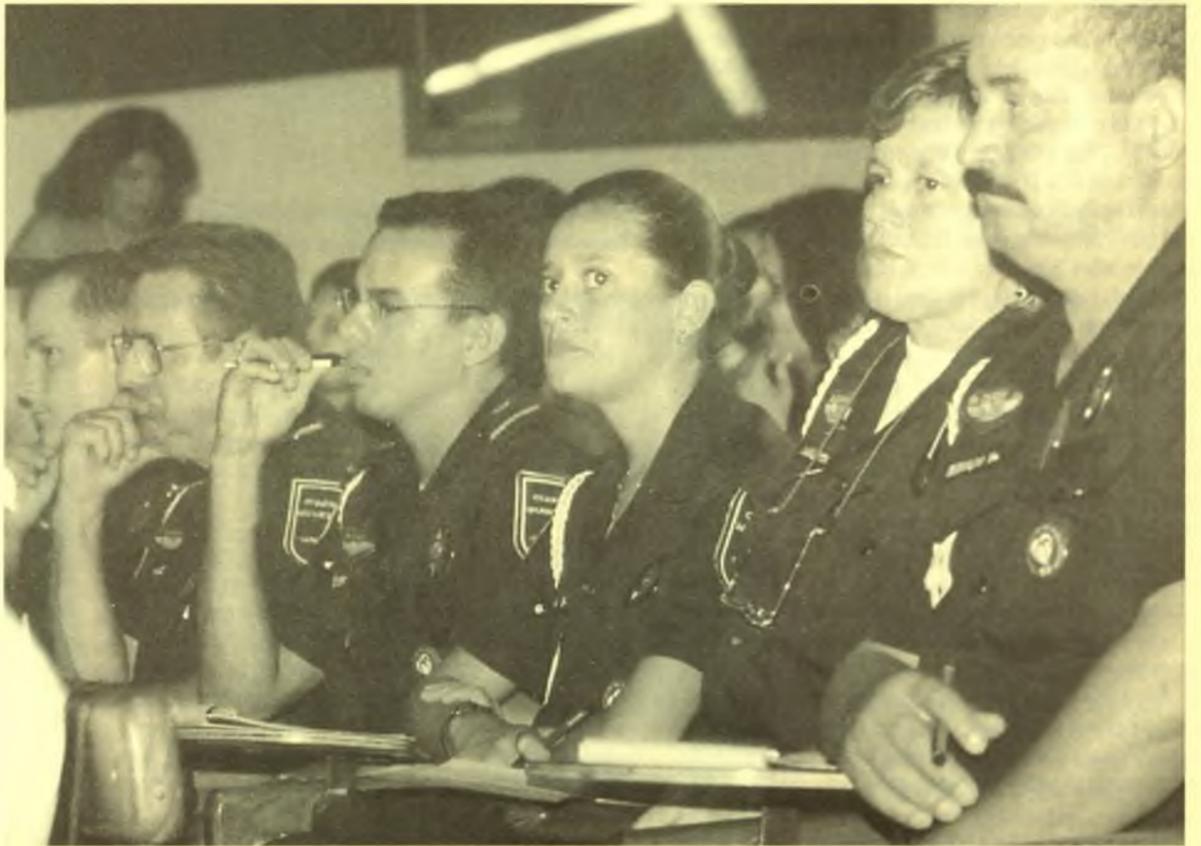
Textos de
JOÃO MAURÍCIO DA ROSA
jmauricio@reitoria.unicamp.br

Obviamente não faltaram citações a Andinho, apelido do seqüestrador Vanderson de Paula Lima, que se projetou nacionalmente, a partir de Campinas, como um dos mais audaciosos criminosos do país. Dentre os doze debatedores do “Simpósio Segurança Urbana – Desafio Regional e Nacional”, mesmo aqueles que não utilizaram Andinho explicitamente como exemplo, deixaram subentendido que ele é um dos frutos da desigualdade econômica e de outros males sociais, maior entrave para o combate à violência que atemoriza os brasileiros.

Parido na favela do Jardim São Fernando, mal sabendo escrever seu nome, o seqüestrador de 23 anos serviu para ilustrar a tese de que a universalidade da educação e o acesso aos serviços públicos essenciais são imprescindíveis para a prevenção da criminalidade. O reitor Hermano Tavares, durante conferência de abertura do evento, afirmou que nenhum cidadão consciente pode achar possível quebrar esta cadeia de violência sem atuar na base, o que significa, entre outras coisas, se preocupar com a educação.

Outra tese dominante no encontro, e que vai contra a corrente, é de que a violência – traduzida em números de homicídios corriqueiros – continua a mesma na periferia, ten-

Guarda Municipal de Campinas marca presença no simpósio: todos abertos a ouvir propostas



CARTA DA UNICAMP

Os integrantes das mesas de trabalho do Simpósio “Segurança Pública – Desafio Nacional e Regional”, e o público presente, apelam às autoridades governamentais em todos os níveis que atuem para o alcance de uma convivência solidária e fraterna entre os brasileiros. Para tanto, recomendamos as seguintes medidas de correção a serem consideradas:

- 1** Correção das políticas no campo da educação, investindo cada vez mais nos valores éticos e morais, além de estender o direito à educação para todos;
- 2** Corrigir os rumos da economia buscando o desenvolvimento sustentável, inclusive como meio para enfrentar os problemas oriundos da exclusão social.
- 3** A democratização dos meios de comunicação e a busca de desempenho mais ético entre seus profissionais para que estes, de fato, exerçam a função social que o país deseja.
- 4** Chamar a sociedade civil a participar mais efetivamente dos processos de análise e busca de soluções, para que a segurança urbana seja alcançada dentro dos parâmetros democráticos e humanísticos.
- 5** Que as universidades se envolvam cada vez mais, através de seus acadêmicos e pesquisadores, oferecendo seus conhecimentos, soluções e planos que levem à segurança urbana.
- 6** Que as autoridades governamentais, em todos os níveis, invistam na criação do policiamento comunitário, na valorização do policial cidadão e na sua atuação profissional.

Campinas, 13 de março de 2002.

do ressoado na mídia apenas porque ousou bater às portas da classe média, por meio de latrocínios (roubo seguido de morte) ou seqüestros. A “onda de violência”, na verdade, é uma “onda de insegurança”, segundo atesta uma pesquisa do Instituto São Paulo contra a Violência, organização não-governamental que reúne as mais poderosas empresas do país, a USP e a FGV.

O simpósio, realizado no dia 13 de março no Centro de Convenções da Unicamp, foi concebido exatamente com esta finalidade. Diagnosticar as causas e apontar soluções para o problema da segurança urbana. Promovido pela Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais (Cori), o evento foi dividido em

duas mesas, com características diferentes: pela manhã, reuniram-se representantes de entidades sindicais, religiosas e institucionais; à tarde, autoridades políticas e judiciais, além de um representante da OAB e outro da imprensa, o jornalista Heródoto Barbeiro, da Rede CBN e TV Cultura.

Segundo o professor Mohamed Habib, coordenador do Cori, ao organizar este simpósio, a Unicamp consolida sua participação na discussão das questões sociais prementes, contribuindo com suas propostas para solução desses problemas, como vem fazendo há quatro anos. “Durante este período a Universidade abriu suas portas para uma integração muito forte com a soci-

idade, em acordos e projetos com entidades e também com instituições e prefeituras de mais de 25 cidades localizadas ao redor do campus”, ressaltou o professor.

Habib lembrou que os problemas sociais atingem mais da metade dos países do mundo e 75% de suas populações, graças à política econômica posta em prática nos últimos 30 anos. “O meio acadêmico é a alavanca do desenvolvimento social. Sem o seu conhecimento não é possível fazer um diagnóstico correto e apresentar soluções. Esta é a função social da universidade e, sendo pública, a Unicamp tem um compromisso ético com a sociedade que a sustenta”, declarou.

Violência real ou apenas sensação de insegurança?

Pesquisa do Instituto São Paulo mostra que os homicídios permanecem concentrados nos bairros pobres

A violência tornou-se notícia principal da mídia porque ousou deixar os limites periféricos para bater na porta das casas mais abastadas, através de seqüestros e latrocínios. É o que aponta uma minuciosa análise feita por especialistas do Instituto São Paulo contra a violência. Mais do que violência real, a população está sofrendo de sensação de insegurança, pois os homicídios comuns continuam restritos aos bairros mais pobres com esmagadora vantagem.

Em São Paulo, por exemplo, no Jardim Ângela, favela da zona sul, ocorrem 116,23 homicídios para cada 100 mil habitantes. Já em Moema, bairro nobre da mesma região, o índice é de 4,11 no mesmo universo. Pelo estudo, referente ao ano de 2000, o índice de homicídios por 100 mil habitantes foi de 53,22 na Capital; 50,18 na Região Metropolitana de São Paulo; 20,36 no Interior e 34,77 no Estado. As vítimas são predominantemente da faixa etária de 18 a 21anos, com cerca de 74% do total (1995).

Esses resultados foram apresentados pelo presidente do Instituto São Paulo, empresário Eduardo Capobianco, durante o Simpósio sobre Segurança Urbana realizado na Unicamp. “A sensação de insegurança se instalou entre a população a partir dos seqüestros e dos latrocínios, que atingem a elite e por isso a mídia dá maior relevância”, argumenta, lembrando que foram registrados 306 casos de seqüestros no ano passado.

Esta sensação, segundo Capobianco, tornou-se mais intensa com os assassinatos dos prefeitos de Campinas Antônio Costa Santos, o Toninho, e Celso Daniel, de Santo André, e o atentado contra o prefeito de Embu. Esses casos teriam sido a gota d’água para a população, que em fevereiro de 2001 viu uma rebelião simultânea em 29 prisões do Estado, envolvendo 27 mil detentos que fizeram inúmeros reféns.

“Vivemos uma sensação monstruosa de insegurança quando trabalhamos com um patamar tão elevado de homicídios por grupos de 100 mil habitantes. Em Campinas, o crescimento dos homicídios era significativo, mas não considerado grave, pois não afetava a elite local. Tanto que a Unicamp, um centro de excelência, nunca esteve envolvida com o problema de forma tão intensa”, observou Capobianco.

Sistema penal – Para o empresário, qualquer projeto de combate à violência em São Paulo não deve deixar de considerar a população carcerária, lembrando que o Estado tinha em 2001 mais de 94 mil presos – ou 256,82 para cada grupo de 100 mil habitantes. Pelas estatísticas de 1996, São Paulo tinha 48 mil



Capobianco: “Detentos logo estarão de volta”

presos, dos quais 15 mil estavam recolhidos em delegacias, de onde é mais fácil fugir.

Somado a isso, 58% dos detentos estavam na faixa de 18 a 30 anos de idade, e só 18% do universo de encarcerados tinham condenações superiores a 20 anos. “Isto significa que os presos, em esmagadora maioria, logo estarão de volta ao nosso convívio, despreparados para se reintegrar à comunidade e mais aptos a cometer crimes maiores.

Custo econômico – Além de tirar vidas, a violência tem um custo econômico significativo. Um estudo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) calculou, em 1998, que o Brasil perde US\$ 80 bilhões com o custo da violência, ou seja, 10,5% do PIB (Produto Interno Bruto). De acordo com Capobianco, a Câmara Americana de Comércio, que reúne as maiores multinacionais no Brasil, definiu que este ano o tema prioritário de suas assembleias será a violência, pois está havendo recusa de muitos executivos em vir para o Brasil temendo os seqüestros.

“Isso representa muito em termos de fuga de capitais e impedimento de um desenvolvimento econômico mais elevado. Conseqüentemente, propicia condições econômicas favoráveis para o crescimento da violência, provocando um círculo vicioso interminável”, analisa

O que faz o Instituto São Paulo

O Instituto São Paulo contra a Violência foi criado em 1997, marco da chamada “Epidemia da Violência”. São 17 entidades associadas, que representam grande parte da produção econômica brasileira, como Fiesp, Febrabam e Bolsa de Valores de São Paulo, e da produção de conhecimento, como USP e Fundação Getúlio Vargas.

Entre os projetos prioritários do Instituto estão o Disk Denúncia, o Fórum Metropolitano de Segurança Pública e o Observatório de Direitos Humanos. Na área de políticas públicas, a organização participa do Conselho Interdisciplinar de Segurança Pública, da Comissão Especial para Redução de Letalidade em Ações Envolvendo Policiais; da Comissão Estadual de Polícia Comunitária e do Conselho de Acompanhamento das Estatísticas Policiais.

O Observatório, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP, visa capacitar 27 grupos de jovens para analisar as causas e apontar soluções para o problema; fortalecer grupos e organizações comunitárias; produzir relatórios da cidadania e formar uma rede nacional de observatórios nas áreas de São Paulo, Rio, Porto Alegre, Vitória, Salvador, Recife e Pesqueiro (PE) e Belém.

O Disk Denúncia, já bastante divulgado, bateu recorde de chamadas. Implantado há pouco mais de um ano, saltou da média de 2.254 ligações mensais no ano passado, para 6.217 em janeiro, desvendando cinco casos de seqüestro. Atualmente o serviço já está disponível em Campinas, no Rio de Janeiro e em mais de mil cidades mundo afora.

Foto: Neldo Cantanti



Barbeiro, da CBN e TV Cultura: “Mídia é co-autora da discriminação”

QUADROS DA VIOLÊNCIA

SÃO PAULO

Homicídios	Número/2000	Hom./100mil
Capital	535	53,22
RMS	8.811	50,18
Interior	3.827	20,36
Estado	12.638	34,77

Moema (1999)	4,11
Jardim Ângela (1999)	116,23

CIDADES

Homicídios	Hom./100 mil
São Paulo (1998)	55,8
Diadema (1997)	146,1
Rio de Janeiro (1998)	52,8
Belford Roxo (1997)	76,5
Medellin (1995)	248,00
Cali (1995)	112,0
Cidade da Guatemala (1996)	101,5
San Salvador (1995)	95,4
Caracas (1995)	76,0
Cidade do México (1995)	19,6
Buenos Aires (1998)	6,4

PAÍSES

Homicídios	Ano	Número	Hom./100 mil
Brasil	1998	41.916	25,9
EUA	1999	15.533	5,7
México	1995		17,1
Argentina	1997		8,8
França	1997		1,6
Japão	1996		1,0

POPULAÇÃO ENCARCERADA

Estado/Pais	Presos	Presos/100 mil hab.
São Paulo (2001)	94.737	256,82
Prisão	60.984	
Polícia	33.753	
Brasil (2001)	223.220	132,64
Prisão	161.368	
Polícia	61.852	
Estados Unidos (1993)		529
Rússia (1995)		690
França (1995)		95
Inglaterra (1995)		100
Espanha (1995)		105
Portugal (1995)		125

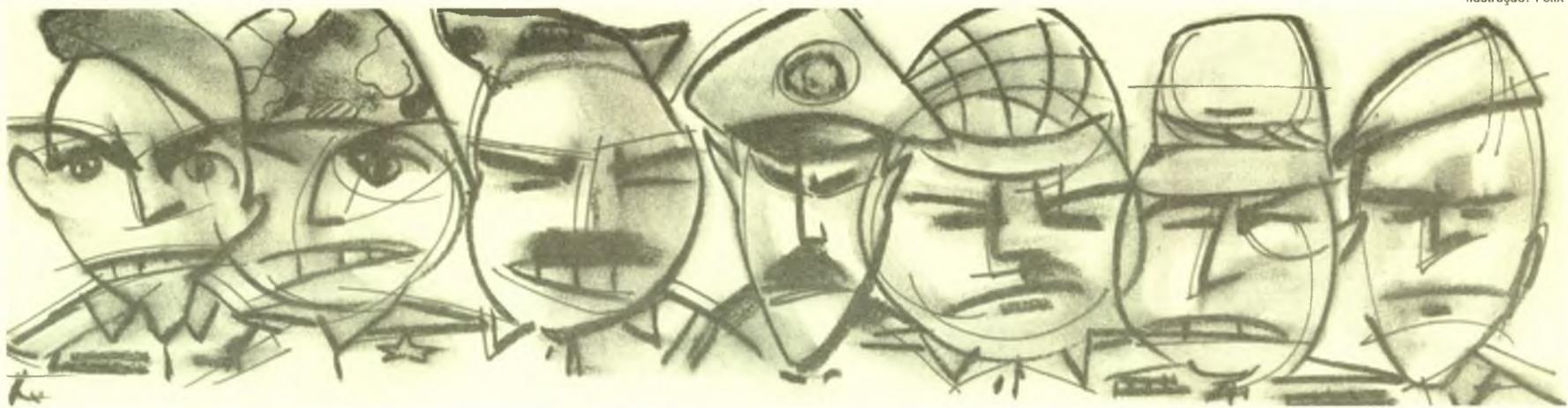
‘Sensacionalismo gera r

O veículo de comunicação é o responsável e o jornalista co-autor das violações e discriminações que se perpetram contra acusados de práticas anti-sociais. A imprensa, particularmente a TV, atua com um olho na câmera e outro no monitor que expressa o índice de audiência. A exploração de notícias sensacionalistas em geral resulta em audiência, mas também pode gerar mais violência.

A crítica é do jornalista Heródoto Barbeiro, âncora do Jornal da CBN, um noticiário matutino da rádio de mesmo nome

e do Jornal da Cultura, programa noturno da TV Cultura de São Paulo, emissora estatal paulista. Ele lembra que o efeito da mídia na vida dos seus alvos é devastador, quando divulga notícias falsas em seus equívocos de apuração. Para ilustrar, ele se recorda do clássico “caso da Escola Base”, em São Paulo, onde uma notícia sensacionalista denegriu irremediavelmente a reputação dos responsáveis pela escola, acusados de exploração sexual contra seus alunos.

“Foi uma trama de tais proporções que passou a ser um verdadeiro divisor



Criminalidade de massa

Segundo o juiz José Henrique Rodrigues Torres, não existem fórmulas para aferir a real incidência da criminalidade, porque é inimaginável o número de subnotificações de delitos que passam ao largo das estatísticas. O aumento de punições e repressões, acrescenta, tem como objetivo chamar a atenção para o que ele chama de "atrato fenômeno da criminalidade de massa", em detrimento dos crimes sem penalidades praticados apenas pela classe dominante e muito em voga nos tempos atuais: os econômico-financeiros.

"Esta subnotificação acaba gerando a falsa ideia de que a violência e a insegurança estão ligadas à criminalidade, e oculta o caráter violento de outros fatos não criminalizados qualitativa e qualitativamente, muito mais danosos, que levam à miséria e excluem pessoas do acesso básico à educação, trabalho, moradia, saúde. E nós ficamos preocupados com homicídios, sequestros e até mesmo com o terrorismo islâmico".

O que fazer para conter a chamada violência? Torres admite não possuir todas as respostas certas, mas sabe apontar as erradas: não é o recrudescimento do sistema penal, não é a elevação das penas, não é a redução das garantias individuais, não é acabar com os direitos humanos. "A solução é romper com este ciclo de miséria, de desigualdade, de injustiça social e implementar rapidamente políticas sociais transformadoras".

Com ironia, o juiz sugere, como alternativa para conter a criminalidade explícita que apavora a classe privilegiada, a criação nas prisões de uma universidade do "crime dourado". "Quem sabe se, ensinando aos presidiários noções de direito, direito financeiro, economia, bolsa de valores, mercado financeiro, enfim, dando-lhes um chá de sabedoria, eles continuariam praticando crimes, mas não esta violência que nos incomoda?", questiona. E acrescenta uma máxima: "A fraude é um apêndice de Deus, porque fez escorrer ouro onde antes escorria sangue".

Mas, ao lembrar o regime ditatorial que predominou no Brasil por 21 anos, Torres não brinca. "Vivamos sob o império da injustiça, do terror do estado, da tirania. E o preso político era tratado como traidor da pátria, sob o argumento de que estávamos numa guerra e isso justificaria o sacrifício da liberdade. Foi uma época em que o cidadão e seus direitos ficaram em segundo plano, em nome da segurança nacional".

A ideologia da segurança urbana

Juiz vê na chamada 'tolerância zero' uma repetição do que ocorreu na ditadura, quando a sociedade ficou submissa às forças de repressão

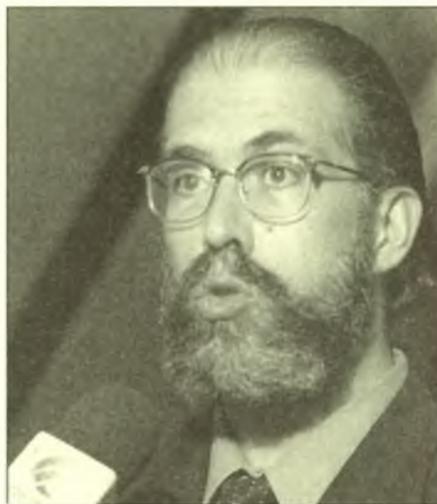
JOÃO MAURÍCIO DA ROSA
jmauricio@reitoria.unicamp.br

A "ideologia da segurança nacional", em vigor durante o regime militar entre 1964 e 1985, está renascendo com uma nova roupagem: a da segurança urbana. Enquanto a primeira, a pretexto de combater o comunismo, deu todo o poder às Forças Armadas, a segunda, propagando o fim da violência, está caminhando no sentido de entregar os direitos dos cidadãos ao controle das forças policiais de repressão, ou seja, às polícias estaduais.

"Tudo vai sendo repetido: a lei e a ordem querendo comandar os nossos dias. Hoje é a chamada 'tolerância zero', desde que seja para a classe subalternizada", alerta o juiz José Henrique Rodrigues Torres, do Tribunal do Júri e diretor do Fórum de Campinas. Ele se refere à classe dos moradores da periferia das grandes cidades, atualmente estigmatizados como fonte de crescimento da violência, pré-julgamento que ele vê com sérias reservas do alto de sua experiência profissional.

"Integrantes da classe subalternizada, principalmente, acabam sendo demonizados por esta ideologia que impõe um processo penal seletivo, cruel e excludente. E esta guerra contra a violência acaba elegendo a segurança urbana como um bem único, que justifica o sacrifício de todos os demais e de todas as garantias constitucionais", advertiu Torres durante seu pronunciamento no simpósio "Segurança Urbana: Desafio Regional e Nacional", realizado na Unicamp em 13 de março.

O juiz questiona se a violência realmente cresceu ou se ela ocupa as manchetes por ter atingido a classe dominante, através de seqüestros e latrocínios (homicídio seguido de roubo). "A violência aumentou mesmo ou será que o que incomoda é o deslocamento geográfico desta violência? Enquanto estava restrita à periferia e não nos atingia, ninguém se importava com quem era morto ou violentado nas favelas", observa, lembrando que, como



Juiz Torres: deslocamento geográfico

presidente do Tribunal do Júri de Campinas, julga cerca de 200 casos de homicídios ou tentativas anuais, atuando também junto ao sistema penal há mais de 20 anos.

"Há dez anos eu venho dizendo isso. É grande o número de homicídios em Campinas nas áreas marginais, mas a questão só se torna preocupação quando ousa sair da periferia para atingir a classe privilegiada", analisa. Esta preocupação, além do alarde jornalístico, está estampada na mobilização do Poder Legislativo. Torres lembra que a lei dos crimes hediondos foi elaborada no Congresso Nacional quando a elite começou a ser atingida pelos seqüestros. "Uma lei que obteve um efeito píffio, ridículo", define.

Repressão – A votação de leis repressivas é o que leva o juiz a se preocupar com a volta das restrições dos direitos impostas pelos militares. "Há um pedido, quase todos os dias, para o recrudescimento do sistema penal, para o aumento das penas, pelo fim das garantias. E se fala na adoção de pena perpétua e até pena de morte", adverte.

As leis repressivas, segundo Torres, já chegam ao cúmulo de criminalizar pessoas que incitem outras a fazer vasectomia. "Há uma preocupação em se criminalizar tudo quanto é conduta, o que pode resultar no aniquilamento absoluto de todas as garantias constitucionais, em nome de uma ideologia de segurança urbana".

Este recrudescimento da repressão, à moda do militarismo recentemente banido do Brasil, é entendido por Torres como um paradoxo do neoliberalismo em vigor. O Estado se minimaliza na política social e se agiganta na repressão penal. "É um Estado vigilante e onipresente, que busca os bodes expiatórios da criminalidade e da violência, que procura encontrar fantasmas para legitimar esta ideologia de inimigos públicos da segurança urbana", acusa.

mais audiência, mas também mais violência'

de águas na imprensa do país. "Fizemos contra os donos da escola uma denúncia construída em cima da investigação de um delegado, que os jornalistas simplesmente aceitaram como verdadeira, sem qualquer confirmação. A transformamos em reportagem caluniosa e usurpadora dos direitos humanos". Mais tarde a própria *TV Cultura* iria apurar os fatos, desmentir as investigações oficiais e corrigir o erro.

Barbeiro lembra que mais tarde toda a mídia repetiria o erro, desta vez no episódio que ficou conhecido como "crime do Bar Bodega". "A polícia prendeu três ra-

pazes e mostrou-os à imprensa. O caso ganhou destaque e, uma semana depois, um promotor veio a público dizer que tudo era uma farsa e que os rapazes confessaram mediante tortura".

Receituário – Jornais mais sensacionalistas, segundo Barbeiro, costumam chamar suspeitos de ladrões ou assassinos, como se já tivessem sido julgados. "Este é o receituário do jornalismo que exacerba emoções e transforma alguns jornalistas em policiais, juízes e, às vezes, executores da sentença".

A mídia eletrônica noticiando os fatos no mesmo dia em que ele acontece, e a imprensa reproduzindo no dia seguinte com grandes cartazes nas bancas de jornal, completam-se com força para inspirar a indignação da população diante de um crime; e, no imaginário popular, o criminoso tem de pagar severamente, sem conforto. "Tem de ser atirado às masmorras, como aquelas mostradas em rebeliões. Uma cela fétida com um monte de pessoas empilhadas. É um bandido julgado pela mídia e que deve começar a pagar imediatamente. É um estímulo à

vingança e não à Justiça. É isto que a mídia incita", observa.

Heródoto Barbeiro sugere que representantes da sociedade civil e de entidades de defesa dos direitos humanos façam uma marcação cerrada sobre a mídia, para que respeite os limites estabelecidos pelo código de ética. "A imprensa não altera a legislação penal, mas tem forte dose de influência sobre tudo isso. A sua contribuição social não pode parar no sensacionalismo e na espetacularização da notícia", argumenta o jornalista.

Com que roupa se vai ao crime?

Não bastassem o desemprego e a miséria, as classes pobres continuam sendo vítimas do estigma 'preto, pobre, ladrão'

Foto: Antoninho Perri

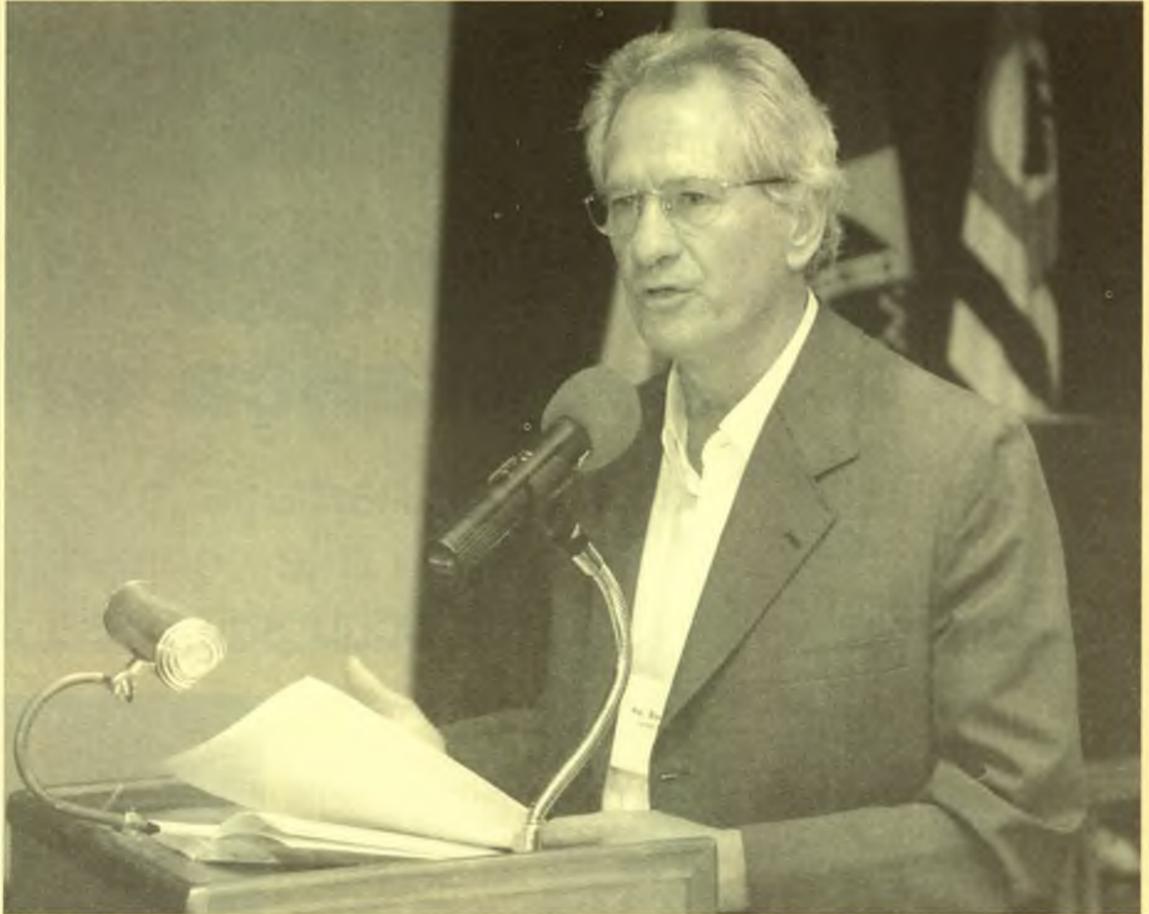
Anova roupagem da criminalidade ainda não é suficientemente conhecida por suas vítimas. “Mas nada tem a ver com o estigmatizante adágio popular ‘preto, pobre, ladrão’”, afirmou o padre Benedito Ferraro, em sua conferência no simpósio sobre Segurança Urbana promovido pela Unicamp. “Há muito tempo a criminalidade se tornou organizada e ligada ao narcotráfico, tendo enorme poder econômico e corruptor, contando com a cumplicidade direta de parte do aparato de segurança pública que mantém ligação, em grande parte conhecida, com o sistema de corrupção política”.

Ferraro, professor do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas da PUC-Campinas, esteve no evento representando a Igreja Católica. Ele lembra que muitos especialistas já desconfiam desta associação imediata da pobreza com a criminalidade, embora haja uma realidade muito presente sobre esta relação. Cita informações do economista da Unicamp Marcio Porchmann, dando conta de que, quanto mais cresce a pobreza, há mais estímulo à violência, indicando que para combatê-la é necessário melhor distribuição de renda e também o combate à pobreza.

Em Campinas, segundo a Acic (Associação Comercial e Industrial), 16,7% da população economicamente ativa estão desempregados, o que corresponde a aproximadamente 83 mil pessoas. Dados do Dieese para a Região Metropolitana de Campinas ampliam este contingente para 100 mil pessoas.

O padre recorda que a Igreja vem alertando desde o Documento de Medellín (Colômbia, 1968) que a forma de organização da sociedade é uma violência institucionalizada. Em 1979, o Documento de Puebla (México) corroborava

Padre Ferraro, da PUC de Campinas: “Muitos já desconfiam desta associação imediata de pobreza com criminalidade”



o primeiro e classificava a sociedade e sua organização como “pecado social”. “Ou seja: o pecado está embrenhado nas próprias dimensões da sociedade econômica, política e culturalmente”, explicou, referindo-se ao fenômeno da exclusão social e lembrando o Documento da CNBB nº 61, onde a entidade define as transformações do movimento dos trabalhadores a partir dos anos 90: “Antes protestavam contra a exploração, agora nem mais

explorado o trabalhador pode ser, pois não tem emprego: é desnecessário como mão-de-obra e desinteressante como consumidor de baixa renda”.

“Agora, após tê-los marginalizado, chegam a vê-los como perigosos para a sociedade e criminosos em potencial”, acusou Ferraro. “Precisamos colocar a segurança como questão de cidadania e o grande problema nisso é a despolitização da segurança pública. Não

podemos achar que a segurança seja apenas uma questão de repressão policial”, argumentou. Para ele, as camadas mais pobres, ao mesmo tempo em que são alvo principal no recrutamento para a criminalidade e suas principais vítimas, também são o setor mais vitimado pelo aparato repressivo, punitivo e menos protegido pelo Poder Judiciário. “E ainda são estigmatizados segundo a famosa associação ‘pobre, negro, ladrão’”.

A cidade fragilizada

Secretário afirma que camelôs, perueiros e especuladores de terras formam base para agravamento da violência

Foto: Neldo Cantanti

Hoje secretário de Estado de Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes lembra-se de que o trânsito já foi a principal causa de mortes violentas em Campinas. Naquela época em que o poder de fogo dos criminosos ainda não tinha chegado ao patamar atual, os acidentes nas vias provocavam 53% das mortes por causas externas; depois vinham os homicídios, afogamentos, queimaduras, etc., somando 47%. Em 1993, quando assumiu a pasta municipal de Transportes, o secretário viu registrados 354 mortos no trânsito. No ano passado foram 102, frente a 666 homicídios.

Fernandes fez esta comparação durante o simpósio sobre Segurança Urbana na Unicamp, para apresentar um exemplo de que é possível reverter um quadro estatístico trágico, e para alertar que ainda há muito a ser feito contra todas as formas de violência. Recordou as ações de sua gestão para diminuir as mortes no trânsito em Campinas, às vezes consideradas radicais: a obrigatoriedade do cinto de segurança, a implantação de radares nas vias e de fiscalização eletrônica nos semáforos, além de ampla campanha educativa. Iniciativas que foram alvo de protestos iniciais, mas que resultaram em importante redução na quantidade de acidentes, notadamente aqueles com vítimas graves.

Na opinião do secretário, a cidade está fragilizada, graças à ação de uma elite que comandou a invasão de áreas urbanas para livrar-se dos encargos dos loteamentos convencionais. “Não estou falando os despossuídos do MST, mas de grandes proprietários”.



Fernandes: trânsito como exemplo de medidas contra violência

Além das invasões de áreas para moradia nas regiões periférica, Fernandes define o centro de Campinas como uma área totalmente tomada por ambulantes, carroleiros, camelôs e flanelinhas, entre outros. “Um problema que não é só de Campinas, mas de 67 municípios de três regiões metropolitanas onde tenho discutido muito a questão”.

Novo olhar – Para ele, esse esquema de trabalho propicia a distribuição de produtos de origem duvidosa, contrabandeados, e até mesmo o furto de roubos de carga, uma modalidade que faz centenas de vítimas nas estradas que cruzam a região. O secretário avisa que é hora de estender um olhar diferente aos camelôs e parar de achar que são somente pessoas vitimadas pelo desemprego. “Tem coisa bem mais forte por trás dos camelôs, há grandes fornecedores, gente que possui muito capital”, denuncia.

O outro fenômeno que preocupa Fernandes é o dos perueiros, que surgiram em 1997, depois de sua gestão na Setransp. Ele foi contra a entrada de perueiros na cidade, acreditando já na época que o desemprego não era a causa de tantas lotações. Atualmente, segundo ele, é possível ver que estava certo, pois existem perueiros comprando micro-ônibus de R\$ 80 mil, enquanto a imprensa começa a associar um famoso assaltante com frotas do transporte alternativo. “Camelôs, perueiros, invasões, pensões, bares e hotéis clandestinos são uma mistura que oferece base para grande parte da violência que vivemos hoje em Campinas”, resume.